

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL



REVISTA DO INSTITUTO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO DISTRITO FEDERAL

Goiânia-GO  
Kelps, 2017

Copyright © 2017 by Vera Ramos et al

**Editora Kelps**

Rua 19 n° 100 — St. Marechal Rondon– CEP 74.560-460 — Goiânia — GO

Fone: (62) 3211-1616 – Fax: (62) 3211-1075

E-mail: kelps@kelps.com.br / homepage: www.kelps.com.br

**Diagramação:** Marcos Dignes

www.dignesdiagramacao.com.br

CIP – Brasil – Catalogação na Fonte

**BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS**

RAM	Ramos, Vera et al.
rev	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. - Vera Ramos et al. – Goiânia: / Kelps, 2017
	256 p. il.
	ISSN:2525-6653
	1. Artigos. 2. História. 3. Brasília. I. Título.
	CDU:981(81):(051)

Índice para catálogo sistemático:

CDU: 981(81):(051)

**DIREITOS RESERVADOS**

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

2017

## EXPEDIENTE

**Editor de publicações:** Afonso Ligório Pires de Carvalho

**Revisão:** Tarcízio Dinoá Medeiros

**Capa:** Oswaldo Sergio (Dinho)

### DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

**Presidente:** Affonso Heliodoro dos Santos

**1ª Vice-Presidente:** Vera Ramos

**2º Vice-Presidente:** Osmar Alves de Melo

**Secretário-Geral:** Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira

**1º Secretário:** Mercedes Gassen Kothe

**2º Secretário:** Napoleão Valadares

**1º Tesoureiro:** Eugênio Giovenardi

**2º Tesoureiro:** Tarcízio Dinoá Medeiros

**1ª Diretora de Biblioteca:** Cleusa Neves das Silva Lopes

**2º Diretor de Biblioteca:** José Santiago Naud

**Diretor de Publicações:** Afonso Ligório Pires de Carvalho

**Orador Oficial:** Fagundes de Oliveira

### CONSELHO FISCAL

#### Titulares:

Lincoln Magalhães da Rocha (Presidente) e Roberto Castello.

#### Suplentes:

Sérgio Mário Pasquali, William Almeida de Carvalho e Márcio Cotrim.

## **CONSELHO CONSULTIVO**

Adirson Vasconcelos (Presidente), Alberto Martins da Silva, Anderson Braga Horta, Cleusa Neves da Silva Lopes, Danilo Gomes, Fabio de Sousa Coutinho, José Carlos Brandi Aleixo, Nina Tubino e Paulo Castelo Branco.

## **COMISSÃO DE ÉTICA E ADMISSÃO**

Vera Ramos (Presidente), Anderson Batista de Melo, Anderson Braga Horta, Eugênio Giovenardi, Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho, Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira e Napoleão Valadares.

## **COMISSÃO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

Carlos Valoussiére de Castro Brandão (Presidente), Albene Miriam Menezes Klemi, Aldo Paviani, Anderson Batista de Melo, Cristina Maria Costa Leite, Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira e Mercedes Gassen Kothe.

## **COMISSÃO DE HISTÓRIA ORAL**

Cleusa Neves da Silva Lopes (Presidente), Adirson Vasconcelos, Hugo Studart, José Theodoro Menck, Maria de Souza Duarte, Napoleão Valadares e Roberto Castello.

## **CONSELHO DE PRESERVAÇÃO DE BRASÍLIA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE - CONBRAS**

Vera Ramos (Presidente), Affonso Heliodoro dos Santos, Carlos Valoussiére de Castro Brandão, Danton Eifler Nogueira, Eugênio Giovenardi, Heliete Bastos, Márcio Cotrim, Osmar Alves de Melo, Paulo Castelo Branco e Tânia Batella.

## **EQUIPE EDUCACIONAL**

Denise Coelho Silva Rabello, Ivana Caldeira de Oliveira, Otávio Alves de Oliveira e Telma de Fátima Ferrão de Lima.

## SUMÁRIO

- 9 EDITORIAL – ORGULHO E COMPROMISSO  
AFONSO LIGÓRIO
- 11 PARANOÁ, UM LAGO MULTISSECLAR  
ADALBERTO LASSANCE
- 31 AS TRÊS CAPITAIS DO BRASIL  
ADIRSON VASCONCELOS
- 43 DOUTOR ANTÔNIO MARTINS DE AZEVEDO  
PIMENTEL  
ALBERTO MARTINS DA SILVA
- 47 DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA À METRÓPOLE  
POLINUCLEADA – A CIDADE DESEJADA  
ALDO PAVIANI
- 63 ALTIPLANO  
ANDERSON BRAGA HORTA
- 69 UMA CIDADE MÁGICA NO SERTÃO DE GOYAZ  
DANILO GOMES
- 75 BRASÍLIA: ASAS AO DESENVOLVIMENTO DO  
RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO  
DENISE MOTA PEREIRA DA SILVA
- 83 PRECE NATALÍCIA A BRASÍLIA  
FAGUNDES DE OLIVEIRA
- 85 POEMA DA MATURIDADE
- 86 BRASÍLIA REVISITADA A ADIRSON VASCONCELOS  
JOÃO CARLOS TAVEIRA
- 89 SOB O SIGNO DA CRUZ  
PE. JOSÉ CARLOS BRANDI ALEIXO

- 95 SONHO REALIZADO Nº 193, OP. 187  
97 SONETO Nº 59, OP. 127, Nº 1  
LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA CERQUEIRA
- 99 PARA ENTENDER O TOMBAMENTO DE BRASÍLIA E A  
PORTARIA 314 DO IPHAN  
MARIA ELISA COSTA
- 103 PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE  
NAPOLEÃO VALADARES
- 107 CARTA DA ÁGUA: DA ESCASSEZ À TRANSIÇÃO  
HÍDRICA  
NEWTON CASTRO  
EUGÊNIO GIOVENARDI
- 115 BRASÍLIA
- 117 IMAGENS DA CORTE  
NINA TUBINO
- 119 BRASÍLIA E O JEITINHO BRASILEIRO  
OSMAR ALVES DE MELO
- 123 DA GENEROSIDADE DE BRASÍLIA  
SILVESTRE GORGULHO
- 125 VOCÊ CONHECE BRASÍLIA?  
VERA RAMOS
- 131 UBERABA E A PROFECIA DE D. BOSCO  
WILLIAM ALMEIDA DE CARVALHO
- 137 NOSSO GOVERNO SEMPRE FOI DO DISTRITO  
FEDERAL. AFRONTANDO A CONSTITUIÇÃO  
E A LEI ORGÂNICA, ROLLEMBERG MUDOU  
PARA GOVERNO DE BRASÍLIA.  
WÍLON WANDER LOPES
- 143 RELAÇÃO NOMINAL DOS SÓCIOS ACADÊMICOS

## ORGULHO E COMPROMISSO

---

AFONSO LIGÓRIO<sup>1</sup>

---

Em dezembro, faz 30 anos que Brasília foi elevada pela UNESCO a Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. É um galardão do qual, nós moradores, devemos nos orgulhar e estar sempre lembrados. Poucas capitais do mundo conseguiram tão invulgar honraria. O título confirma o valor excepcional e universal de um sítio que, a partir do nada, resultou na cidade mais moderna do mundo.

O diretor-geral da UNESCO, em 1987, fixou a data histórica em 11 de dezembro, que marca a inserção de Brasília nesta lista e confirma o valor excepcional e universal de um sítio que deve ser protegido para benefício não apenas dos seus moradores, mas da humanidade, conforme recomenda o organismo internacional.

Este reconhecimento declarado da parte de um órgão mundial como a UNESCO dá a dimensão do valor desta cidade. Desde então, de acordo com o compromisso assumido, na época, pelo chefe do executivo do DF cumpre às autoridades e seus moradores, zelar pelo que foi construído a partir do nada e que o órgão da ONU aprovou.

---

<sup>1</sup> Editor de Publicações e Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 35. (Patrono: Mário Augusto Teixeira de Freitas)

As regiões definidas no início como de interesse da preservação, incluíram: áreas habitacionais dos lagos Sul e Norte, Aeroporto Internacional, Núcleo Bandeirante, Acampamento da Metropolitana, Velhacap, Candangolândia, Paranoá, Jardim Zoológico,, Setor de Postos e Motéis, Setor Rodoviário de Transportes e Cargas, setor de Indústria e Abastecimento, Setor de Parques, setor de Armazenagem e Abastecimento, Setores de Oficinas Norte e Sul, Setor de Garagens, Parque Ferroviário, Octogonal, Cruzeiro Novo e Velho, área do Hospital das Forças Armadas, Setor de Indústrias Gráficas, Setor Militar Urbano, Setor de Grandes Áreas Norte, Parque Nacional de Brasília.

A praça dos Três Poderes fica preservada tal como se encontra. Os terrenos do canteiro central do eixo monumental são considerados “non aedificandi” até a Torre de TV e entre a torre e praça Buriti. Cada Superquadra conta com um único acesso para automóveis. Nas superquadras Sul e Norte, os blocos são sob pilotis. Nas sequências de 102 a 116, de 202 a 216 e de 302 a 316, os blocos residenciais terão seis pavimentos sob pilotis. Na sequência de 402 a 416 os blocos terão três pavimentos sob pilotis. Outras especificações são expostas em leis complementares, conforme o crescimento da cidade.

O gabarito dos edifícios também foi preocupação desde o início, tudo constando de leis específicas obedecendo a gabaritos pré-determinados. Em razão de desobediência alguns construtores respondem juridicamente.

Brasília, portanto, é uma cidade cujo planejamento, se foi ideia genial, principalmente de dois arquitetos, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, além do presidente Juscelino Kubitschek; teve aprovação de um organismo mundial, a UNESCO, que a reconheceu e confirmou como Patrimônio Cultural da Humanidade.

# PARANOÁ, UM LAGO MULTISSECLAR

---

ADALBERTO LASSANCE<sup>1</sup>

---

## 1. UMA INTRODUÇÃO PARA SER LIDA

Sabe-se de antemão que o tema deste artigo é pouco conhecido e até polêmico em seu conteúdo. Mas, nem por isto, a sua divulgação deve ser protelada indefinidamente.

Ao pesquisador, ao escritor não cabe agir à moda da avestruz. Não divulgar informações – em especial as de caráter histórico e geográfico – como também esconder os fatos que contenham erros, seja por comodismo ou com receio de ficar exposto ao debate público, não é justificativa consistente.

Estou convencido de que algumas informações aqui divulgadas poderão ensejar uma árdua polêmica. Mesmo quando se é detentor de elementos concretos que dão suporte sólido à defesa de uma tese aparentemente inusitada, nem sempre é agradável polemizar.

Mas, é evidente que cada cidadão tem séria responsabilidade coletiva quando identifica fatos acontecidos em uma determinada época e que resultaram em erros aceitos

---

1 Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 38. (Patrono: Antônio Americano do Brasil). Coautor e Coordenador da implantação do SICAD – Sistema Cartográfico do Distrito Federal/CODE-PLAN/GDF.

passivamente durante tantos anos consecutivos, sem qualquer questionamento.

Informar corretamente, esclarecer e, por que não, debater, é também, neste caso, provocar a retificação de um equívoco – onde não se buscam responsabilidades – mas o conhecimento verdadeiro de fatos históricos e geográficos pouco divulgados e quase esquecidos na memória do tempo.

O que não se deve é perpetuar os três erros cometidos num documento tão importante como o Decreto 10.829/87, cujo memorial descritivo deu origem ao tombamento de Brasília, porém de forma errônea na descrição dos seus limites, inclusive deixando de fora o Tombamento do Lago do Paranoá. Afinal, esses erros têm que ser corrigidos.

E, com isto, se conseguirá por certo a elucidação de um engano que se cometeu com relação a Brasília e ao “plano piloto” de Lúcio Costa, bem como resgatar a memória da existência, outrora, de um lago mais que secular onde hoje se encontra o Lago do Paranoá, e que foi perpetuado no plano piloto de Lúcio Costa.

Conforme Glaziou – seu idealizador – relatou em 1896, o lago “navegável em todos os sentidos” (...) “cujo cunho de aformoseamento que essas belas águas correntes haviam de dar à nova capital despertariam certamente a admiração de todas as nações”.

## **2. A ORIGEM DO LAGO DO PARANOÁ<sup>2</sup>**

***A cronologia de sua história: 1896 – Glaziou e o lago, um multissecular acidente geográfico.***

É pouco divulgada a origem do Lago do Paranoá.

---

2 A grafia do topônimo “Lago do Paranoá” origina-se da sua formação oriunda do represamento do Rio Paranoá.

Para preencher esta lacuna, são aqui apresentados os antecedentes históricos que se anteciparam à sua concepção e alguns episódios relacionados a um dos mais importantes elementos do projeto urbanístico da capital brasileira. Diferentemente do que muitos pensam o desenho do lago não foi obra da imaginação humana.

A Natureza antecipou-se à criatividade do homem.

Ao contrário do que se pensa o desenho do lago não decorreu da imaginação ou da criatividade de Lúcio Costa, autor do projeto urbanístico de Brasília, embora isso não desmereça a sua genialidade.

Na verdade, o mapa topográfico da região produzido pelo Relatório Belcher e fornecido aos participantes do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil já fazia constar os limites de um futuro lago. A integração desse lago ao projeto da nova capital era, portanto, um dos elementos obrigatórios do Concurso.

A citação de um lago natural pode parecer contraditória ou absurda quando se sabe que o atual Lago do Paranoá é artificial, uma vez que a sua formação decorre da construção de uma barragem executada pelo homem.

Mas o que poucos sabem é que a concepção de um lago para a nova capital do Brasil foi decorrente da existência, outrora, de um lago natural existente pelo represamento de vários cursos d'água formadores do Rio Paranoá.

Essa descoberta e a concepção de um novo espelho d'água no mesmo local devem ser creditadas ao botânico francês Auguste François Marie Glaziou, então diretor dos parques e jardins do Rio de Janeiro, citado no Relatório da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, (2ª Comissão Cruls), em 1896.

Na teoria e na prática a ideia do lago foi, assim, anterior à própria concepção do “plano piloto” de Brasília. Mas, de onde ou de quem surgiu a proposta de um lago para a nova capital brasileira? Em que momento ou circunstância essa ideia foi imaginada?

Muitos cogitam da ideia inicial ter sido de Juscelino, associando a Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte ao lago em Brasília. A cronologia histórica dos fatos, entretanto, contraria essa hipótese.

Para comprovar esta afirmação temos que voltar no tempo, retroagir na história, identificar documentos de autenticidade e de valor histórico e científico irrefutáveis, que nos levam à certeza de que os dados e as informações aqui divulgados são até hoje verdadeiramente irretorquíveis.

Do relatório de Glaziou transcreve-se resumidamente os seguintes trechos:

(...) “estudando tudo: qualidade do solo, vantagens das águas, caráter do conjunto da paisagem, etc., cheguei a um vastíssimo vale banhado pelos rios Torto, Gama, Vicente Pires, riacho Fundo, Bananal e outros; impressionou-me profundamente a calma severa e majestosa desse vale”.

(...) “Entre os dois chapadões, conhecidos na localidade pelos nomes de Gama e Parnauá<sup>3</sup> existe imensa planície em parte sujeita a ser coberta pela águas da estação chuvosa; outrora era um lago devido à junção de diferentes cursos d’água formando o rio Parnauá; o excedente desse lago, atravessando uma depressão do chapadão, acabou, com o carrear dos saibros e mesmo das pedras grossas, por abrir nesse ponto uma brecha profunda, de paredes quase verticais, pela qual se

---

3 Mantida a grafia da época - leia-se Par-nau-á, hoje denominado Paranoá

precipitam hoje tôdas as águas dessas alturas. É fácil compreender que, fechando essa brecha com uma obra de arte (dique ou tapagem provida de chapeletas e cujo comprimento não exceda de 500 a 600 metros, nem a elevação de 20 a 25 metros) forçosamente a água tornará ao seu lugar primitivo e formará um lago navegável em todos os sentidos, num comprimento de 20 a 25 quilômetros sobre uma largura de 16 a 18”.

“Além da utilidade da navegação, a abundância de peixe, que não é de somenos importância, o cunho de aformoseamento que essas belas águas correntes haviam de dar à nova capital despertariam certamente a admiração de tôdas as nações”.

Desse texto de 1896, torna-se indubitável que a paternidade da ideia se deve ao Botânico Glaziou. Como também fica evidente que, mais uma vez, a exemplo do que aconteceu com o traçado das margens do lago, foi a Natureza que inspirou o homem na concepção do Lago do Paranoá, definitivamente incorporado ao projeto urbanístico de Brasília.

Por isso a estranheza de que ele não tenha sido incorporado no Decreto nº 10.829/87, que instituiu os limites do Plano Piloto de Brasília, e não tenha sido incluído no seu tombamento como Patrimônio Cultural da Humanidade.

### **3. 1954 – RELATÓRIO BELCHER**

#### **A cota mil define o desenho do Lago**

O RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE A NOVA CAPITAL DA REPÚBLICA, conhecido como RELATÓRIO BELCHER, resultou do contrato firmado entre o governo brasileiro e a firma

Donald J. Belcher and Associates (Ithaca, New York), destinado ao levantamento de uma área de 50.000 km<sup>2</sup> para seleção do local onde seria implantada a nova capital do Brasil.

Esses serviços, contratados por iniciativa da Comissão de Localização da Nova Capital – presidida pelo Marechal José Pessoa – foram realizados em apenas 10 meses, no período de abril de 1954 a fevereiro de 1955. Caso esses mesmos serviços fossem executados por intermédio de serviços de campo, seriam necessários mais de 10 anos para a sua conclusão e, assim mesmo, com o sacrifício de alguns detalhes.

Para o retângulo de 50.000 km<sup>2</sup> foram produzidos por processo aerofotogramétrico<sup>4</sup> os seguintes mapas:

- Topográficos: escala de 1:50.000 com curvas de nível espaçadas de 20 m.
- Utilização da Terra
- Mapas Geológicos
- Mapas de Solo para Agricultura
- Mapas de Solo para Engenharia
- Mapas de Drenagem

O Retângulo foi dividido em 18 quadrículas destinadas aos diversos estudos realizados. Também foi apresentado um jogo de mapas gerais na escala de 1:250.000, em que eram mostrados a Geologia, a Utilização da Terra, os Solos para Engenharia e os Solos para Agricultura. Além desses, também foi feito um mapa do Retângulo na escala de 1:100.000.

Os cinco sítios selecionados executados na escala de 1:25.000, referem-se a:

---

<sup>4</sup> Técnica ou ciência aplicada de levantamento topográfico que utiliza fotografias aéreas para a execução de fotointerpretação e de mapeamentos cartográficos em escalas diversas.

- Topografia
- Drenagem
- Utilização da Terra
- Solos para Agricultura
- Solos para Engenharia
- Geologia

Nessa extensa área foram selecionados pelos especialistas cinco “sítios” denominados pelas cores Castanho, Verde, Azul, Amarelo e Vermelho, num total de 5.000 quilômetros quadrados. As cores dos “sítios” visavam às questões de segurança, somente liberadas após a aprovação final do Relatório Belcher.

A execução dos mapas dessa área foi decorrente de levantamento aerofotogramétrico realizado pela Geofoto Ltda. Nos mapas de topografia e de drenagem executados na escala de 1:25.000, referentes à área finalmente escolhida – o “*Sítio Castanho*,” – evidenciava-se a cota de 1.000 metros acima do nível do mar como o coroamento ideal para o espelho d’água do futuro lago, consolidando assim a concepção formulada por Glaziou em 1894, mas somente divulgada em 1896, pelo Relatório da 2ª Comissão Cruls.

Portanto, o desenho do futuro lago foi determinado pela topografia de uma região já assinalada historicamente em mapa de 1751 pelo cartógrafo Tosi Colombina, como também no Mapa dos Julgados da Capitania de Goiás, de Thomaz de Souza, em 1777/1778.

O Relatório Belcher, em 1954, consolidou tecnicamente e de forma irrefutável a viabilidade da materialização da proposta de Glaziou.

#### 4. 1955 – O PRIMEIRO “PLANO PILOTO”

##### Raul Pena Firme e outros

Decorrente da conclusão do Relatório Belcher em 1955, o Presidente da Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil, Marechal José Pessoa, solicitou aos professores Raul Pena Firme, Roberto Lacombe e José de Oliveira Reis a elaboração de um estudo preliminar para a nova capital.

Desse estudo consta a proposta da formação de um lago nas imediações da cidade, mediante a construção de uma barragem no Rio Paranoá. No desenho apresentado para a futura Capital, esse lago abarcou a cidade pelos seus lados Norte, Sul e Leste, e sua orla na cota mil de altitude determinou os limites e o próprio partido urbanístico incorporando o futuro lago.

Essa mesma exigência passaria a integrar a carta aditiva ao edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, que seria realizado no ano seguinte, ou seja, em 1956.

Nesse desenho observa-se o traçado pioneiro apresentado por Raul Pena Firme e sua equipe, em 1955, anterior, portanto, ao lançamento do Concurso.

Como pode ser observado, o *lago* vislumbrado por Glaziou ganhava mais adeptos de sua implantação.

Assim, a ideia inicial de Glaziou, secundada por Raul Pena Firme e seus companheiros, seria concretizada no edital do concurso que estabelecia a *formação de um lago* integrado ao projeto do “plano piloto”, de acordo com os elementos fornecidos pelo Relatório Belcher.

Portanto, essa exigência do concurso para a formação de um lago na paisagem de Brasília comprova, irretorquivelmente, *que ele não poderia ser dissociado do projeto urbanístico, e muito menos do seu tombamento futuro.*

## 5. 1957 – O PLANO PILOTO DE LÚCIO COSTA E O LAGO DO PARANOÁ

A constatação de Glaziou, ainda no século XIX, quanto à existência anterior de um represamento no Rio Paranoá, teria que esperar até a metade do século XX para ser retomada. A sua percepção seria viabilizada pela técnica da aerofotogrametria mais de sessenta anos depois e, a partir daí, é que medidas concretas foram executadas para a *construção de um novo lago* nas imediações da futura capital, como resultado da documentação técnica integrante do Relatório Belcher.

Assim, com base no mapa de drenagem referente ao Sítio Castanho, produzido no Relatório Belcher – a partir de levantamentos aerofotogramétricos – *a orla do futuro Lago do Paranoá* integrou obrigatoriamente todos os 26 “planos pilotos” propostos para Brasília, por exigência do edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil e do qual foi vencedor o de nº 22, de autoria de Lúcio Costa.

Na realidade, foi o desenho da *orla do “futuro” Lago do Paranoá* que caracterizou previamente os limites do projeto urbanístico de Brasília, ao Norte, ao Sul e a Leste, na cota mil de altitude. *O lago nasceu criativamente*, portanto, antes da própria concepção da Cidade – Capital Federal.

Como curiosidade da *integração do lago ao traçado urbano da cidade*, vários desses planos pilotos apresentaram propostas de ocupação das penínsulas norte e sul, desenhadas pelo traçado caprichoso da *orla do lago*.

Entretanto, Lúcio Costa não fez nenhuma alusão ao aproveitamento urbanístico das duas penínsulas que deixaram, assim, de integrar o plano piloto por ele apresentado. Com referência ao seu plano, este, aliás, foi um dos poucos pontos

criticados pelos membros do júri internacional que julgou o Concurso.

Porém, quanto aos demais aspectos *da integração do lago ao plano urbanístico de Brasília*, Lúcio Costa deu-lhes a devida e competente atenção. Tanto é que, da concepção da cidade, o lago continuou sendo seu elemento paisagístico mais importante.

## 6. 1957 – O REPRESAMENTO DO RIO PARANOÁ “O grande lago que se vai formar”

A capa da Revista Brasília (Ano I, nº 2), de fevereiro de 1957 – publicação mensal da NOVACAP – exibia uma planta topográfica contendo o relevo e assinalando a mancha urbana da futura cidade de Brasília e o *contorno de um lago* – “o grande lago que se vai formar pelo represamento do rio Paranoá”.

*“A cidade de Brasília confinará a nordeste, a leste e a sudeste com o grande lago que se vai formar pelo represamento do rio Paranoá, cujas águas inundarão os terrenos de desnível natural situados abaixo da quota mil. De interesse urbanístico que não há mister encarecer e de belíssimo efeito panorâmico fácil de antever-se, esse lago terá nada menos de cem quilômetros de margens ribeirinhas e cerca de seis quilômetros de largura no ponto máximo desta. À sua beira, refletindo-se nas águas serenas e azuladas, localizar-se-ão o Palácio Residencial, o Hotel de Turismo e a Colônia de Férias. Além do caudal do Paranoá, o grande represamento receberá ainda as do ribeirão Bananal, ribeirão Torto e córrego Fundo (hoje conhecido como Riacho Fundo); dará calado a embarcações de mediano porte e oferecerá ensoladas (sic) e formosas praias arenosas aos banhistas da cidade.”*

A Revista Brasília, nº 3, de março de 1957, publicou na capa o desenho topográfico da área onde se situaria Brasília, assinalando em sua correta posição geográfica o esboço simplificado do plano piloto de Lúcio Costa circundado parcialmente pelo *futuro Lago do Paranoá*. Na primeira página o texto evidenciava - “Em nossa capa: dentro da área da nova Capital, *entre os dois braços do grande lago a formar-se com o represamento do rio Paranoá*, o traçado urbanístico de Brasília preconizado pelo “projeto Lúcio Costa”.

A execução das obras da barragem do Paranoá, contratada com a empresa norte-americana Construtora Planalto, previa a conclusão da obra para o dia 21 de abril de 1960, data da inauguração de Brasília.

O cronograma das obras, entretanto, não vinha sendo cumprido pela empreiteira e as fortes chuvas atrasavam constantemente a execução dos trabalhos. Advertida pelo próprio Presidente Juscelino Kubitschek, a Construtora Planalto admitiu não concluir a obra no prazo estabelecido, em razão do atraso no cronograma, alegando que as fortes chuvas impediam o andamento normal das obras. O contrato foi rescindido com a Construtora Planalto e Juscelino convoca a empresa Camargo Correia para retomar a obra concluindo-a no prazo estabelecido.

Apesar das gigantescas dificuldades desse desafio, principalmente quanto ao atraso do cronograma e à estação chuvosa particularmente severa, (*quando Juscelino rebateu que na Holanda se construíam “diques” dentro do mar*), a Construtora Camargo Correia enfrentou o problema e encerrou a obra da Barragem do Paranoá no prazo inicialmente previsto.

Em 12 de setembro de 1959, aniversário de JK, a barragem estava concluída, iniciando-se a inundação do Lago do Paranoá. Como curiosidade, alguns anos depois o dono da construtora

comentaria que “aquela obra lhe tinha dado um enorme prejuízo”<sup>5</sup> O “desmatamento do lago”, necessário à construção da barragem, que chegou a envolver até 5.000 operários da Novacap, também encerrava seus importantes trabalhos.

Em 21 de abril de 1960 Brasília, a nova Capital do Brasil, foi inaugurada, tendo como moldura delineada pelo contorno caprichoso da Natureza *a orla do Lago do Paranoá* situada a mil metros acima do nível do mar.

Banhada pelas águas plácidas do lago idealizado por Glaziou, cumpria-se assim o seu vaticínio em 1896: “*o cunho de aformoseamento que essas belas águas (...) haviam de dar à nova capital despertariam certamente a admiração de todas as nações*”.

Brasília já nascia bela, esplendorosa, ostentando toda a sua formosura de cidade moderna, arrojada, única no mundo, e até mesmo futurista, beijada carinhosamente pelo vai-e-vem tranquilo das águas do lago multissecular prenunciado por Glaziou.

## **7. 1987 – A DEFINIÇÃO DOS LIMITES DO PLANO PILOTO E O TOMBAMENTO DE BRASÍLIA**

Até 1987 inexistia uma definição formal da área a ser considerada como “*plano piloto*”. Mesmo entre os técnicos de arquitetura e urbanismo que trabalhavam nos projetos e os engenheiros e candangos que executavam as obras, mas, especialmente entre a população, havia uma grande controvérsia do que era realmente o denominado “plano piloto”, onde alguns incluíam ainda o Lago Norte e o Lago Sul, e até mesmo outros setores que também nunca fizeram parte dele.

E, na verdade, essa definição da área física e a conceituação formal da área do “plano piloto” somente viriam

---

5 SILVA, Ernesto, em entrevista com o autor.

a ser definitivamente explicitados por intermédio do Decreto 10.829/1987, em seu artigo primeiro, conforme os seguintes parágrafos:

“§ 1º A realidade físico-territorial correspondente ao Plano Piloto, referido no caput deste artigo, deve ser entendida como o conjunto urbano construído em decorrência daquele projeto. (...)

§2º A área a que se refere o caput deste artigo é delimitada a *Leste pela orla do Lago Paranoá*, a *Oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA*, a *Sul pelo Córrego Vicente Pires* e a *Norte pelo Córrego Bananal*, considerada entorno direito dos eixos que estruturam o Plano Piloto.”

Estava, pois, definido formalmente o que, a partir do Decreto nº 10.829/87, seria entendido como “plano piloto”. E essa definição é que ensejou o tombamento pelo IPHAN dessa área parcial de Brasília e o seu reconhecimento pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Infelizmente, esse memorial descritivo e a respectiva planta constante do referido decreto contêm três erros bastante sérios quanto aos aspectos históricos e à sua localização geográfica, mas que passaram despercebidos. Por isso, mesmo contendo esses erros, Brasília foi tombada e em seguida reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade.

## **8. OS LIMITES ERRADOS DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA**

### **Uma situação que ainda perdura**

Na redação do memorial descritivo constante do Decreto nº 10.829/87, três erros referentes à sua localização geográfica comprometem seriamente a correta redação do referido documento. Para melhor compreensão, transcreve-se o memorial descritivo, sendo assinaladas em **negrito** as expressões erradas:

“Art. 1º...

§ 2º – A área a que se refere o caput deste Artigo é delimitada a **Leste pela orla do Lago Paranoá**, a Oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA, ao Sul pelo **Córrego Vicente Pires** e ao **Norte pelo Córrego Bananal**, considerada entorno direito dos dois eixos que estruturam o plano piloto”.

O primeiro erro ocorre pelo fato de que, no mapa apresentado, o limite Leste do “plano piloto” foi assinalado pela orla do Lago, **deixando de fora e excluindo**, portanto, da delimitação do “plano piloto”, **toda a lâmina d’água do Lago do Paranoá**.

O segundo erro cometido refere-se ao **Córrego Bananal como limite Norte do “plano piloto”**. Acontece que existem no DF três córregos denominados Bananal, mas todos **estão localizados em outras bacias hidrográficas** do Distrito Federal<sup>6</sup>.

Na Região Administrativa onde se situa Brasília, o único curso d’água denominado *Ribeirão Bananal*<sup>7</sup> é exatamente o que deságua no Lago do Paranoá, o que não deixa nenhuma dúvida de ser este o seu nome correto.

O terceiro erro cometido refere-se ao **Córrego Vicente Pires** como sendo o **limite Sul do “plano piloto”**. Na verdade, esse curso d’água denomina-se *Riacho Fundo*.

Esses erros implicam, inclusive, a alteração dos próprios limites físicos estabelecidos na legislação referida, porquanto o Córrego Vicente Pires é afluente do Riacho Fundo e este sim, é que deságua na embocadura com o Lago do Paranoá.

Portanto, esses erros tornam-se ainda mais graves, uma vez que divergem da verdadeira nomenclatura e da localização correta dos acidentes geográficos envolvidos.

---

6 Grupo de Trabalho para Revisão da Toponímia dos Cursos D’Água do Distrito Federal, do qual o autor foi membro. CODEPLAN, 1994. Vide também folhas 103 e 153 do SICAD. 1975. Mapeamento na escala 1:10.000. Acervo do autor.

7 Vocabulário Geográfico do Estado de Goiás. Maio de 1942. Edição IBGE/1957. Acervo do autor.

Por consequência, induzem ao erro as autoridades, a mídia, os autores de livros didáticos, os professores, alunos e a população como um todo, quanto ao verdadeiro perímetro que deveria ter sido estabelecido corretamente no Decreto nº 10.829/87.

Historicamente, o Relatório Cruls (2ª Expedição – 1896) já citava a proposta de Glaziou para a *formação de um lago*.

Tecnicamente, o Relatório Belcher em 1954/1955, definiu em seu Mapa de Drenagem a cota altimétrica de 1.000 metros acima do nível do mar, e que seria a cota correspondente à *orla do futuro lago*.

Decorrente, portanto, do Relatório Belcher, o primeiro “plano piloto” não oficial de Raul Pena Firme e outros, também *incorporava o lago à nova capital*.

Assim, a ideia de Glaziou para a *formação de um lago*, depois integrado ao plano da nova Capital, concretizou-se por intermédio do estudo de drenagem apresentado no Relatório Belcher, e passou a ser um elemento obrigatório na apresentação dos projetos que participaram do concurso para o plano piloto de Brasília.

Tanto é que, desde o “plano piloto” de Raul Penna Firme e outros, como também os 26 planos pilotos apresentados, *todos continuam a orla do lago como limite parcial e obrigatório do projeto urbanístico de Brasília*.

Apesar disso, tanto no memorial descritivo como na planta anexa do Decreto nº 10.829/87, o Lago do Paranoá foi excluído do referido “plano piloto” de Brasília, cuja área seria tombada posteriormente pelo IPHAN e reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade sem que o lago fizesse parte integrante do memorial ou do desenho. Assim, o Lago do Paranoá ficou ***excluído*** do tombamento de Brasília.

Mas, ainda assim, como se pode constatar pelos argumentos citados, não há como dissociar o *Lago do Paranoá* do “plano

piloto” de Brasília. Dessa forma, só é possível supor que houve um lapso, um lamentável equívoco ao serem elaborados o memorial descritivo e o desenho da área definida por Lúcio Costa como “plano piloto”, que é uma área parcial de Brasília, ou seja, seu “centro histórico”, delimitado para fins de tombamento e de reconhecimento pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Cinco anos depois, a Portaria nº 314 do IPHAN, de 8 de outubro de 1992 – que definiu os critérios de proteção do conjunto urbanístico de Brasília – ainda persistiu no mesmo erro, ao transcrever na íntegra o memorial descritivo constante do Decreto nº 10.829/87.

Infelizmente, esses erros no art. 2º do Decreto nº 10.829/87 ainda continuam em vigor, mas precisam ser corrigidos com a possível brevidade. Isto evitará a continuidade do entendimento equivocado por grande parte dos órgãos públicos, das autoridades e da população, sobre um assunto tão importante no contexto histórico e geográfico de Brasília.

Em 1989, em decorrência da Lei nº 049, o autor elaborou o mapa e o memorial descritivo que originaram o Decreto nº 11.921, de 25 de outubro do mesmo ano, que estabeleceu os novos limites territoriais de 12 Regiões Administrativas do Distrito Federal, incluindo a RA I – Brasília.

Nesse Decreto, ao introduzir no respectivo memorial descritivo os limites urbanos corretos de Brasília e da respectiva Região Administrativa I, os erros existentes no Decreto nº 10.829/87 foram corrigidos, porém constam ainda do seu texto e consequentemente do texto do próprio Tombamento de Brasília.

Assim, os nomes do *Córrego Bananal* e do *Córrego Vicente Pires* foram substituídos por *Ribeirão Bananal* e *Riacho Fundo*, respectivamente. E o espelho d’água, correspondente à cota mil de

altitude acima do nível do mar, foi incorporado definitivamente à cidade de Brasília<sup>8</sup>.

Porém, como já disse antes, a toponímia da sua hidrografia, onde o Lago do Paranoá se acha inserido, não foi corrigida até hoje no referido Decreto nº 10.829/87, mas os acidentes geográficos continuam no mesmo lugar. E o lago sempre pertenceu intrinsecamente a Brasília.

Como foi citado nesta matéria, o lago já existia antes de Brasília. Na concepção urbanística de Brasília, o lago foi o elemento primordial, até mesmo para definir os contornos do desenho de Lúcio Costa. Portanto, se Brasília foi tombada, não há como deixar de fora o Lago do Paranoá nem deixar de corrigir os erros quanto ao *Córrego Bananal* e ao *Córrego Vicente Pires*.

## 9. A INCLUSÃO DO LAGO DO PARANOÁ NO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA

### Correções ao Decreto nº 10.829/87

Para a correção do Decreto nº 10.829, de 14/10/1987, a nova redação deve ser a seguinte:

“Art. 1º...

§ 2º A área a que se refere o caput deste artigo é delimitada ao Norte pelo Ribeirão Bananal; ao Sul pelo Riacho Fundo; a Leste, pela orla do Lago do Paranoá, compreendendo o espelho d’água definido pelas suas margens na cota altimétrica de 1.000 metros acima do nível do mar; e, a Oeste, pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA, também denominada DF-003”.

Inúmeras críticas e reclamações são feitas quanto ao fato de se apontarem erros ou se levantar polêmica, sobre assuntos que

---

<sup>8</sup> Memorial descritivo e mapa elaborados pelo autor em 1989 – (GDF/Sucar/Gerar).

há anos constam de forma errada até mesmo em documentos oficiais, como é o caso.

Essa é a parte espinhosa do pesquisador. Ele acaba sendo apontado como um permanente contestador e acusado de buscar publicidade do seu trabalho, ou de vaidade, com o objetivo de promoção pessoal.

Na verdade, a pesquisa constante, permanente, trabalhosa e muitas vezes desgastante, é um dever de ofício para aqueles que abraçam uma causa.

E, na busca incessante de dados sobre determinados acontecimentos, depara com erros ou omissões que deturpam a realidade, modificam a informação, confundem a história ou mudam a geografia de episódios relevantes, como o tombamento de Brasília pelo IPHAN e o seu reconhecimento pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Evidentemente, entende-se que os lapsos cometidos não foram propositais. Afinal, pessoas sérias e uma instituição séria não iriam cometer enganos intencionais. Mas, “errar é humano”, porém são erros que não podem persistir sob o risco de se perpetuarem.

## **10. AS INVASÕES DA ORLA DO LAGO DO PARANOÁ**

### **Uma agressão que precisa ser reprimida permanentemente**

Há muitos anos consecutivos a orla do Lago do Paranoá vinha sendo violentamente agredida e desrespeitada em seu traçado original, delineado pela própria Natureza.

A maioria dos clubes – grande parte deles vinculados direta ou indiretamente a órgãos públicos do Governo Federal e do Distrito Federal, e principalmente os inúmeros proprietários de lotes particulares às margens do Lago do Paranoá – vinham praticando absurdas agressões à sua orla, criando “marinas”, aterrando e construindo às suas margens em áreas “nonaedificandi”,

e apropriando-se de áreas incontestavelmente públicas, sem que houvessem providências eficazes por parte das autoridades competentes para coibir esse abuso.

Por força dessas construções e dos continuados aterros ilegais, encontrava-se agressivamente alterada a orla delineada na cota mil do projeto original de Lúcio Costa. Uma comparação de fotos aéreas a partir de 1964 (USAF) e de 1975 (SICAD)<sup>9</sup>, com fotografias mais recentes ou imagens de satélite, comprovam o absurdo dessas invasões.

E, a cada ano que passava, pela convicção da impunidade e na certeza do fato consumado, mais e mais agressões eram cometidas sem que a sociedade tomasse conhecimento de medidas enérgicas e efetivas para coibir essa prática tão rotineira quanto nociva.

A antevisão transcrita na Revista Brasília, de fevereiro de 1957, de que o *Lago do Paranoá* “oferecerá ensoladas (sic) praias arenosas aos banhistas da cidade”, já parecia perdida no tempo como um sonho do passado.

A realidade era bem diversa. Esses banhistas e as “ensoladas e formosas praias arenosas” transformaram-se em privilégio de alguns poucos, que preferiram trocar a dádiva da Natureza a todos oferecida pelo desfrute pessoal e privativo de uma ocupação ilegal. Com ferro, cimento e pedras, desenhavam uma nova e agredida orla no *Lago*.

Pergunta-se então: até onde a prática dessas agressões, quase que totalmente isentas de coibição ou até mesmo de demolição, não eram decorrentes da exclusão do *Lago do Paranoá* dos limites legais do “plano piloto” de Brasília, instituídos pelo Decreto nº 10.829/87?

A inexistência do Tombamento com relação ao *Lago*, contribuiu, a meu ver, para que essa prática se estendesse por tantos anos. Foi mais um motivo dificultando as ações das autoridades

---

9 SICAD – Sistema Cartográfico do Distrito Federal/CODEPLAN/GDF.

para exercerem o seu poder de polícia para impedir ou punir fatos notórios, de domínio público, citados cotidianamente pela mídia ao longo de tanto tempo.

O *Lago do Paranoá* não está incluído legalmente pela legislação de proteção da área tombada, porque ele foi excluído pelo IPHAN e em consequência pela UNESCO, devido aos erros apontados no Decreto nº 10.829/87.

Apesar disso, o atual Governo do DF, a duras penas, finalmente se mobilizou no sentido da retomada da orla do *Lago do Paranoá*. Mas, até quando e por quanto tempo?

Esta matéria alerta para o problema e expõe a realidade dos fatos que são públicos e notórios. Também incentiva o debate sobre o assunto, além de apresentar propostas concretas para que os erros possam ser corrigidos permanentemente, desde que haja humildade para reconhecê-los e vontade política e autoridade para coibi-los.

Esse engano, a meu ver, prejudicou em muito a defesa do *Lago do Paranoá* quando por muitos anos consecutivos, suas margens foram indevidamente ocupadas e tiveram até mesmo alterados os limites estabelecidos pela cota mil constantes do Projeto de Lúcio Costa.

Aterros, "marinas", piscinas e campos de esporte e lazer invadiram durante muitos anos a *orla do Lago* impedindo até mesmo o acesso democrático daqueles que queriam usufruir de suas águas.

A publicação desta matéria vem muito a propósito da comemoração do Tombamento de Brasília pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, que completa agora em 2017 seu aniversário de 30 anos.

Os esclarecimentos e as informações prestadas nesta matéria são uma modesta contribuição do autor, especialmente no que se refere ao ***PARANOÁ, UM LAGO MULTISSECLAR***.

# AS TRÊS CAPITAIS DO BRASIL

---

ADIRSON VASCONCELOS<sup>1</sup>

---

**T**rês cidades brasileiras, ao longo dos últimos cinco séculos, têm sediado o Poder Nacional e abrigado os seus dirigentes, na condução dos destinos do nosso Brasil.

Estas são as cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Brasília.

Do seu descobrimento, em 1500, pelo navegador português Pedro Alvares Cabral, aos nossos dias (2017), o Brasil viveu tempos de Colônia (até 1822), de Império e de República, a partir de 1889.

Ao longo desse tempo, o Brasil formou-se como Nação livre, independente, soberana e democrática.

Vale recordar que o País nasceu de forma pacífica e cristã, em 1500, com os índios recebendo os portugueses, nossos descobridores, de maneira cordial, num Porto Seguro, tendo como primeiro acontecimento a celebração do *Sacrifício da Cruz*, assistido por portugueses e indígenas. À noite, no céu da terra de Santa Cruz, as estrelas do Cruzeiro do Sul.

Nossos colonizadores criaram um território com o formato de um coração, símbolo do amor: 8,5 milhões de quilômetros quadrados; oito mil quilômetros de costa marítima. Mais de duzentos milhões de habitantes, neste início do primeiro Século do III milênio (2017).

---

<sup>1</sup> Jornalista e professor de História, Acadêmico do IHG-DF, do qual é um dos fundadores (1964) e o presidido por muitos anos. Cadeira nº 27 (Patrono: Francisco Adolfo de Varnhagen)

As conquistas políticas, sociais e econômicas do brasileiro ocorreram mais pela inteligência, pelo trabalho, pelo discernimento, pelo espírito cívico que pela força, pela conquista belicosa, pela guerra. Exemplos: a Independência, a Proclamação da República, a Libertação dos Escravos, a Revolução Industrial, a Ocupação do Interior e outros mais.

As aristocracias políticas e econômicas (e, acidentalmente, as militares) têm dirigido os destinos da Nação, com sede na Capital: Salvador, de 1549 a 1763; Rio de Janeiro, de 1763 a 1960; e Brasília, a partir de 21 de abril de 1960 aos nossos dias (2017).

## **Salvador**

A primeira Capital brasileira foi a cidade de Salvador, no litoral da Bahia. Inicialmente, chamada de Salvador da Bahia de Todos os Santos.

A Bahia de Todos os Santos representou o ponto decisivo para a escolha de Salvador, em razão das facilidades que oferecia aos navegadores portugueses para o escoamento do pau-brasil extraído e da cana-de-açúcar cultivada no Recôncavo Baiano e em outras zonas do Nordeste.

Ali, o Governo de Portugal instituiu o sistema do Governo-Geral para colonizar e administrar o Brasil, em sucessão ao processo de Capitânicas Hereditárias, pelo qual a Colônia fora dividida em faixas de terras concedidas à chefia de particulares nobres da confiança de Dom João III. Este sistema não prosperou por sabidas razões. Daí a mudança para o sistema de Governo-Geral, a partir de 1549.

Tomé de Souza foi designado governador com assento na Capital Salvador. Ao chegar, elevou a Vila existente na Colina à categoria de cidade. Adotou uma série de providências, inclusive um traçado urbanístico para adequar Salvador ao *status* de cidade-Ca-

pital do Brasil. Fez de Salvador, também, um Porto Marítimo para apoio às navegações para o Oriente e para as exportações de açúcar.

Ao longo dos séculos XVI e XVII (e até meados do XVIII), Salvador vinha desempenhando de forma morosa, mas politicamente organizada, a sua função de Capital do Brasil.

### **Ouro nas Minas Gerais**

Todavia, passa a correr a informação de que, no centro-sul da Colônia, são descobertos minérios preciosos na região das Minas Gerais.

Repercutem, então, no início do século XVIII, as notícias sobre as caravanas de bandeirantes, principalmente de São Paulo, que descobriam ouro, no Centro Sul.

Este fato novo, de sentido socioeconômico alvissareiro, desloca as atenções e interesses da Colônia e da Corte Portuguesa, principalmente, para tais riquezas nas Minas Gerais.

### **Rio de Janeiro**

Ante a necessidade de transportar o ouro e outras riquezas minerais das Minas Gerais para vendas e exportações, os bandeirantes buscam encontrar um porto marítimo mais próximo. Abrem caminhos transpondo as Serras do Mar e da Mantiqueira, até chegarem à cidade do Rio de Janeiro, onde existia um porto marítimo, ainda incipiente.

É a febre do ouro! Uma marca do século XVIII, na Colônia e em Portugal. E no mundo. A corrida de Minas ao Rio de Janeiro é tanta que se fizeram necessárias ampliações e reformas de urgência no pequeno Porto do Rio de Janeiro para atender o movimento sempre crescente.

Tamanha a repercussão que a “*cobiça estrangeira*” coloca “*olhos grandes*” na cidade do Rio de Janeiro, que chegou a ser inva-

dida belicamente (Duclerc, em 1710, e Duguay-Trouin, em 1711). Mas, felizmente, foram expulsos.

## **Capital do Brasil**

O Rio de Janeiro se projeta e se faz o grande centro econômico do Brasil. Por esta e outras razões, em 1763, uma Carta Régia, editada pela Corte de Portugal, transfere a sede do Governo do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro contava com uma população de 50 mil habitantes.

A par do êxito da mineração de ouro das Minas Gerais, o Rio de Janeiro promove o desenvolvimento da agricultura. A cana-de-açúcar começa a ser produzida na região de Campos. Tem início a plantação de café com sementes vindas do Pará (onde era plantado desde 1727), e o sal marítimo passa a ser produzido em Cabo Frio. Uma fábrica de aguardente é instalada em Parati.

De repente, uma grande surpresa!

Portugal é ameaçado e invadido por tropas francesas de Napoleão.

A Família Real Portuguesa deixa Lisboa, em novembro de 1807, rumo à Colônia Brasil. Em 23 de janeiro de 1808, o Príncipe Regente D. João desembarca em Salvador, de onde segue, em março, para o Rio de Janeiro, já Capital do Brasil, desde 1763. Na sua estadia em Salvador, decreta a Abertura dos Portos do Brasil às Nações Amigas.

O Rio de Janeiro abriga a Família Real Portuguesa e seu séquito, em 1808. Mais de 10 mil pessoas. Toda a administração governamental lusitana. O Rio explode em crescimento. Lavouras imensas de café, açúcar, algodão e tabaco. Tráfico de escravos em navios negreiros vindos da África, aos milhares. Pesca, em escala, na Baía de Guanabara. Carta-Lei de 1810 cria a Real Academia

Militar. Chegam famílias imigrantes suíças e alemãs. O Rio é ponto de partida de Expedições Científicas: do alemão von Eschwege, dos austríacos Pohl e von Maltteses, do toscano Raddi e dos bávaros von Spix e von Martius. Nova Friburgo é fundada, em 1920. A população subira para 330 mil habitantes, sendo 170 mil escravos.

O Rio de Janeiro é a Capital de fato e de direito do Brasil.

Ainda na década de 1820, o Príncipe D. Pedro rompe com Portugal e, em 7 de setembro de 1822, lança seu grito de guerra “*Independência ou Morte!*”. Em outubro, D. Pedro I é proclamado Imperador do Brasil.

A cidade do Rio de Janeiro é reconhecida e elevada a Capital do Império do Brasil.

Em sendo Capital do País, é administrada por ministros do Império.

Com a abdicação de D. Pedro I, em favor do seu filho D. Pedro II, em 1831, o Rio de Janeiro permanece Capital, inclusive durante a Regência. Período de grande desenvolvimento! Em 1854, Mauá faz o escoamento da produção agrícola de via férrea ligando o Porto de Mauá à Serra da Estrela, o que promoveu grande desenvolvimento para Nova Friburgo, Barra do Piraí, Barra Mansa, Resende, Macaé e Campos. Além do Porto do RJ, a produção do RJ, MG, SP e ES é exportada pelos portos de Parati, Angra dos Reis e Mangaratiba. Em 1888, a Princesa Isabel decreta a Abolição da Escravatura, o que prejudica muito a produção agrícola, mas que se recupera, principalmente, com a presença de imigrantes europeus.

Em 1834, o Rio de Janeiro tem o seu território reconhecido como Município Neutro, a exemplo de Washington e outras capitais federais do mundo, cujos territórios têm a designação de Distrito Federal.

Em 1824, depois da Independência, Dom Pedro I outorgou a primeira Constituição instaurando, no Brasil, a Monarquia, até

a Proclamação da República em 1889, com a adoção do federalismo. Em todo este período a cidade do Rio de Janeiro manteve-se Capital do Brasil, e assistiu a todos os episódios históricos relacionados às Constituições de 1934 e 1937, outorgada, esta, por Getúlio Vargas. Também, a Constituição de 1946.

### **A Capital do Brasil no Interior Central**

Os brasileiros do século XVIII já pensavam na mudança da Capital do Brasil para o interior do País, paralelamente aos sonhos de Independência e de República.

A mudança da Capital, do Rio de Janeiro para o Brasil Central, foi um ideário do Mártir da Independência do Brasil, o Tiradentes, ainda na fase em que o Brasil era Colônia de Portugal.

O nome “Brasília” para a nova Capital Federal interiorana foi proposto no início do século 19, pelo Patriarca José Bonifácio, em 1823.

Perseverantes, os brasileiros perseguiram este sonho durante os tempos do Brasil Império e, depois, na fase republicana brasileira.

A primeira Constituição Republicana, a de 1891, determinou a mudança da Capital do Brasil do litoral para o Planalto Central. O assunto é lembrado em 1934 e 1937 e, finalmente, determinado na Constituição de 1946. Três Comissões examinaram e trabalharam a iniciativa de fixação na Capital do País interiorana, com fundamento em determinações de quatro Cartas Magnas.

Em 1955, um homem de decisão firme, corajoso e de espírito cívico forte chamou a si aquele propósito de muitos brasileiros e assumiu a missão de construir uma Nova Capital para o Brasil no interior Central: o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A 21 de abril de 1960, o Presidente JK tornou realidade aquele ideal de várias gerações nacionais, construindo e inaugu-

rando Brasília, a Capital de todos os brasileiros, no interior central do País, no Planalto Central Goiano, entre os Paralelos 15 e 20.

Dos tempos de 1960 aos nossos dias (2017), Brasília tem cumprido a sua função de Capital Federal, de centro polarizador do desenvolvimento da imensa região interiorana, o Centro-Oeste e o grande Norte brasileiros. Brasília é hoje uma cidade agradável de se viver, própria ao trabalho eficiente, ao devaneio e à especulação intelectual. E caminha rumo à sua grande missão civilizadora, a partir do ano 2000.

### **O Adeus à Cidade Maravilhosa**

Quando a cidade do Rio de Janeiro transferiu à nova Capital Brasília a missão de Capital do Brasil, quem mais exaltou este momento histórico foi o Presidente da República de então, Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1960.

JK, ao se despedir dos cariocas, na manhã de 20 de abril, no seu último despacho no Palácio do Catete, agradeceu, em nome do País, “o apoio, a compreensão, o desprendimento e o espírito autenticamente nacional da população” desta cidade. E concluiu JK: “É com extraordinária emoção que, em nome do Brasil, faço esta despedida. Sinto que o Brasil cresceu, que o Brasil não é o mesmo.”

Esta despedida - acrescentou JK - é, na realidade, menos uma despedida e muito mais um encontro.

Retribuindo as atenções dos cariocas, disse o Presidente Juscelino “já ter falado ao povo pela *Voz do Brasil*”, e estava, de fato, pesaroso de “deixar uma cidade que me recebera, tão bem e tantas provas de carinho me dera. Falei, pois, com emoção, ao dizer o meu adeus à Cidade Maravilhosa”. Muitas homenagens foram prestadas pelo povo carioca, nos dias 19 e 20. A Câmara de Vereadores, da cidade do Rio de Janeiro, nas despedidas, con-

cedeu ao Presidente Juscelino e à sua esposa Sarah, os títulos de *Grandes Beneméritos da Cidade*.

### **Capital Turística e Capital Cultural**

E a Cidade do Rio de Janeiro continuou e continua *Maravilhosa*. E linda!

Suas paisagens e suas instituições constituem monumentos ao encantamento turístico e à evolução humana: o Cristo Redentor, o Corcovado, a Academia Brasileira de Letras, o IHGB, o IHGRJ, a Biblioteca Nacional, a Baía de Guanabara, o Maracanã, a Ilha Fiscal, a Cinelândia, o Pão de Açúcar e seu bondinho, o Teatro Municipal, a Igreja de Nossa Senhora da Glória, o Museu Nacional, *as Escolas de Samba, a Fórmula 1, a Orquestra Sinfônica Brasileira, a Academia de Belas Artes*, o Aterro do Flamengo, a Praia de Copacabana, o Jardim Botânico, a Floresta da Tijuca, os espaços públicos, o Parque da Tijuca, o Parque Pedra Branca, o Passeio Público, a Lagoa Rodrigo de Freitas, a Lagoa Marapendi, os cinemas, as TVs, a Bienal do Livro, o Polo de Cinema, Museus, Teatros e casas de espetáculos, sem esquecer os valores das Artes e da Literatura que permanecem sempre vivos e lembrados, como Machado de Assis, Olavo Bilac, Carlos Drummond Andrade, Clarice Lispector, Rachel de Queiroz, Nélida Piñon, Arnaldo Niskier, Domício Proença Filho, Carlos Nejar, Noel Rosa, Ari Barroso, Cartola, Ataulfo Alves, Chico Alves, Luiz Gonzaga, Humberto Teixeira, Dorival Caymmi, Maísa e Chico Buarque, entre tantos outros ícones!

### **Rio e Brasília, Cidades-Irmãs**

As cidades do Rio de Janeiro e de Brasília se fizeram, então, irmãs de ideais cívicos, em abril de 1960.

O Rio vivendo o mérito institucional do dever cumprido, em sendo por 197 anos a Capital do Brasil. E Brasília, iniciando

uma nova fase histórica no Brasil, a partir de 21 de abril de 1960, em prol, igualmente, dos ideais pátrios de independência, soberania e desenvolvimento social, econômico e cultural, na construção de um Brasil de homens e mulheres felizes.

No correr destes anos do primeiro Século do Terceiro Milênio, o Rio de Janeiro, que já era portentosa, mais se consolidou como *Cidade Maravilhosa*, na feliz expressão musical de André Filho (1935), que tem hoje o foro de *Hino da Cidade do Rio de Janeiro*. A cada dia mais se afirma como Capital Turística e Capital Cultural do Brasil, admirada e querida de todos os brasileiros e, até, estrangeiros.

Brasília nasceu de um sonho nativista e de uma visão futurista de brasileiros durante 171 anos, ao longo da História da Colônia, do Império e da República.

Brasília não foi uma improvisação mas, um ideal que amadureceu por quase dois séculos de vida nacional.

Quando visitou o local para iniciar as obras de construção da cidade-Capital, o presidente Juscelino Kubitschek teve uma visão de futuro, ao afirmar:

“Desde Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País, e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.”

Não menos futuristas foram suas palavras, na inauguração da cidade:

“Daqui, do centro da Pátria, levo o meu pensamento a vossos lares e vos dirijo a minha saudação. Explicai a

vossos filhos o que está sendo feito agora. É sobretudo para eles que se ergue esta cidade-síntese, prenúncio de uma revolução fecunda em prosperidade. Eles é que nos hão de julgar amanhã”.

Nestes episódios e em tantos outros, verifica-se que todo o pensamento do presidente JK, em relação a Brasília, é de sentido futurológico.

Um ou dois meses antes do seu falecimento, o presidente Juscelino disse-me (lembro-me como se fosse hoje!), no Edifício Manchete, no Rio de Janeiro, esta frase inspirada e cheia de clareza em relação a Brasília: *“Adirson, Brasília será a Capital do Terceiro Milênio. Viva e verá.”*

E Brasília, neste recente período histórico de 1960 aos nossos dias (2017), tem buscado a sua fixação e a sua consolidação como Cidade-Capital do Brasil, a par do seu objetivo institucional de centro da administração federal, pelos Três Poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário, a par de ser um polo de irradiação de desenvolvimento socioeconômico do Centro-Oeste e do Grande Norte do Brasil.

O Instituto Histórico e Geográfico do DF tem sido um instrumento valioso – desde 1964 -, quando foi fundado por Saulo Diniz e nós outros seus companheiros, para a difusão deste ideário cívico, inclusive de se fazer do Instituto, a partir de nossa gestão na Presidência, *uma Grande Sala de Aula da História de Brasília* com o slogan de que *“só se ama aquilo que se conhece”*. Hoje, em 2017, a Diretoria comandada pela presidente em exercício Vera Ramos trabalha, com toda força e todo vigor, para que o IHG-DF seja o grande instrumento deste processo civilizatório, oferecendo às crianças e aos jovens estudantes de Brasília toda a didática e a pedagogia sobre a Brasília de ontem, de hoje e do amanhã. Uma

missão que se identifica com os ideais pátrios de seu Patrono, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Com o surgimento da geração brasiliense, o homem síntese, fruto de uma integração nacional, crê-se que haverá de construir-se, com o tempo, uma nova aristocracia: a do espírito, da inteligência, do pensamento. Esta terá como fundamento a retidão de vida individual e coletiva. Uma fase de aperfeiçoamento social, intelectual e moral. O espírito prevalecerá sobre a matéria e a cidadania será plena e responsável.

E Brasília haverá de ser o centro polarizador e irradiador para o Brasil – quiçá para o mundo! – da evolução espiritual, do poder do pensamento. E, aí, ocorrerá um novo ciclo na terra: o homem valorizando o transcendental, a espiritualidade. Terão plena aceitação os princípios da fé cristã, da igualdade de direitos e deveres, da liberdade responsável e da solidariedade entre os homens.



# DOUTOR ANTÔNIO MARTINS DE AZEVEDO PIMENTEL

---

ALBERTO MARTINS DA SILVA<sup>1</sup>

---

BRASÍLIA é uma realidade iniciada com os sonhos, defendida com os ideais e concretizada pela visão de homens predestinados.

A COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL, denominada Missão Cruls, criada pelo Presidente da República Marechal Floriano Peixoto, em 1891, contou, entre os seus 22 expedicionários, com a colaboração do médico higienista carioca Antônio Martins de Azevedo Pimentel, autor do Anexo IV do Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central, do astrônomo chefe da Comissão, Luiz Cruls, professor da Escola Superior de Guerra e diretor do Observatório Nacional do Rio de Janeiro.

Doutor Antônio Martins de Azevedo Pimentel, nasceu na cidade de Valença, Rio de Janeiro, de uma família de ricos fazendeiros, em 14 de maio de 1844. Era filho de Jacinto Martins Pimentel e dona Justina de Azevedo Pimentel, e neto do português dos Açores Francisco Martins Pimentel, proprietário de parte da Fazenda São Manoel, adquirida por herança da viúva do coronel Ignácio José Nogueira da Gama, seu pai, e dona Maria Carolina

---

<sup>1</sup> Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 10. (Patrono: Deodoro da Fonseca)

Velasco da Gama. Desde os anos de 1890, a fazenda São Manoel pertencia à família Martins Pimentel.

Antônio Martins de Azevedo Pimentel foi aluno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde concluiu o curso em 1884, defendendo a tese intitulada “Quais os melhoramentos higiênicos que devem ser introduzidos no Rio de Janeiro para tornar esta cidade mais saudável”. Como membro da Comissão Cruls fez parte de um dos grupos chefiado pelo astrônomo Luiz Cruls, que demarcou o vértice sudoeste (SW), em 4 de outubro juntamente com o capitão-mecânico Eduardo Chartier e o oficial da Guarda Nacional Felicíssimo do Espírito Santos.

No Anexo IV, doutor Pimentel analisou o Planalto Central, sua orografia e hidrografia, sua riqueza mineral, florestal e sua botânica, suas águas medicinais, seu clima e a patologia da área demarcada. Doutor Antônio Pimentel era um estudioso dos assuntos sobre a mudança da capital, tendo sido um colaborador do jornal “Informação goiana”, criado pelo goianense Henrique Silva (1865-1935), também integrante da Comissão Exploradora. No “Informação Goiana”, doutor Antônio Martins de Azevedo Pimentel foi um dos mais intensos colaboradores, tendo escrito os seguintes trabalhos:

- Goiás na Patologia.
- A lobeira.
- Futuro da navegação fluvial.
- A riqueza mineral do Planalto.
- A mudança da capital.
- Águas minero-medicinais.
- O Planalto Central do Brasil.
- Fundação da nova capital sob o ponto de vista político, social e humano.

- Descrição física do Planalto Central.
- A tentativa de uma descrição física do Planalto Central.
- Fundação da nova capital. Goiás, o nordeste e a aeronavegação.

Foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 6 de maio de 1894, tendo publicado em sua Revista vários trabalhos sobre os temas Planalto Central e Mudança da Capital. Na cidade do Rio de Janeiro foi secretário da Comissão de Saneamento, químico do Laboratório de Inspetoria Geral de Higiene - onde desenvolveu estudos químicos de importância -, médico adjunto do Hospital do Carmo, médico da Caixa de Socorro D. Pedro V e livre docente de higiene da Faculdade de Medicina. Quando residiu na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo, foi professor da Escola de Farmácia e Odontologia, além de desenvolver estudo de micrografia atmosférica no Observatório Nacional, onde se integrou em 1889 como especialista em higiene e saneamento. Doutor Pimentel foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Além dos trabalhos publicados em “Informação goiana” e revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deixou as seguintes obras:

- A nova Capital e o Planalto Central, 1894.
- Subsídios para o estudo da higiene.
- Os nossos silvícolas, 1910.
- Antigas e atuais vias de comunicações, terrestres e fluviais.
- A viagem do dr. Fritz Krauser ao Araguaia, 1910.
- Conferência sobre as origens dos primitivos habitantes do Brasil, 1911.
- Parecer acerca dos trabalhos de Carlos de Laert.

- O Brasil Central, 1907
- Orquídeas do Espírito Santo, 1918.

Doutor Antônio Martins de Azevedo Pimentel faleceu na cidade de Ribeirão Preto, em 24 de dezembro de 1928, com oitenta e quatro anos de idade. Foi o precursor da historiografia brasiliense.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, MARTA DE. Medicina, Climatologia e redes científicas. A investigação do Observatório Nacional no 4º Congresso Médico Latino-americano. Exposição internacional de higiene. Rio de Janeiro. 1909.

CAMILO-COURA. Catálogo de teses (1833-1985) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. UFRJ.1985.1º vol. Pag. 302.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros. Revista do IHGB. 1993. RJ.

MIRANDA, ANTÔNIO. Notícia Bibliográfica sobre Dr. Antônio Martins de Azevedo Pimentel. Precursor da historiografia brasiliense. Thesaurus Editora. 1985. Brasília.

NEPOMUCENO, MARIA DE ARAÚJO. A Informação Goiana. Universidade Federal de GOIÁS. 2003.

QUEIRÓS, EUNÁPIO. Mudança da Capital do País. Parecer da Comissão Parlamentar. In Boletim Geográfico. Julho. 1949. Rio de Janeiro.

SENNA, NELSON DE CASTRO. Veredas de Brasília. A Expedição geográfica em busca de um sonho. IBGE. 2010. Rio de Janeiro.

SILVA, ALBERTO MARTINS DA. A Mudança da Capital Federal. Auditório do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Sessão Comemorativa do Centenário da Instituição.2005.

SILVA, ALBERTO MARTINS DA. Os técnicos militares da Missão Cruls. DF LETRAS. 1993. Brasília.

# DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA À METRÓPOLE POLINUCLEADA – A CIDADE DESEJADA<sup>1</sup>

---

ALDO PAVIANI<sup>2</sup>

---

## Introdução

Sob o ponto de vista político-administrativo, o Distrito Federal (DF) é uma das unidades da Federação, o equivalente a um Estado, sempre citado ao serem referidas os outros 26 Estados; o IBGE, igualmente leva em conta que o DF contém apenas um município – Brasília, subdividido em 31 Regiões Administrativas (RAs)<sup>3</sup>. Como todo município, Brasília, além da área urbana, possui território rural. Por essas duas compartimentações, coincidentemente, Brasília e o DF se superpõem em termos territoriais (Figura 1).

Geograficamente, Brasília é o DF urbano, que é composto por núcleos do Município de Brasília, as anteriormente denominadas cidades-satélites, na atualidade elevadas à condição de RAs, como referido e detentoras de gestores dos respectivos territórios. O centro de Brasília é o Plano Piloto, ou RA 1. Nele estão sediados os

---

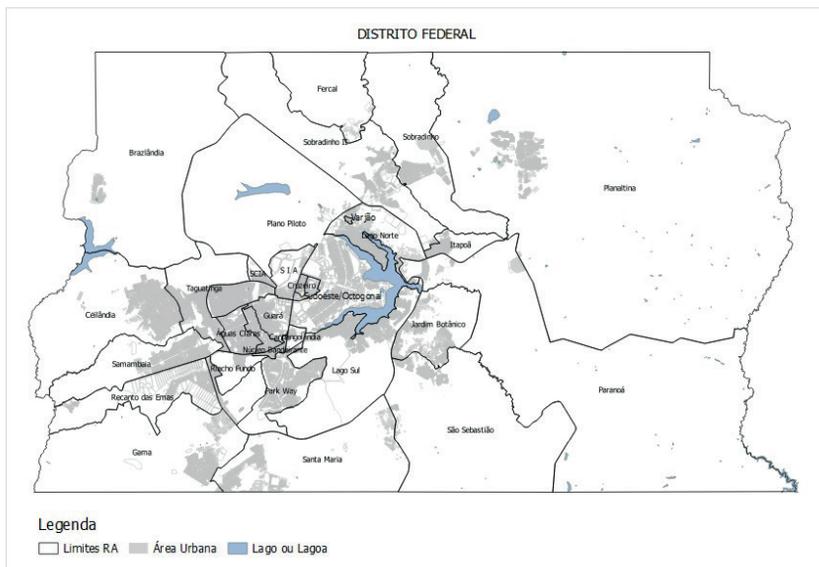
1 Adaptado e atualizado a partir dos meus artigos: “A Capital e o futuro projetado”. (*Correio Braziliense*, 1º./2/2017, Caderno Opinião, p. 11) e de “Brasília: do Plano Piloto à metrópole em formação”, (*Correio Braziliense*, 9/11/2015, Caderno Opinião, p. 11).

2 Professor Emérito da UnB, Pesquisador Associado do Departamento de Geografia e do NEUR/CEAM/UnB e Acadêmico do IHG- DF – Cadeira nº 127 (Patrono: Francesco Tosi Colombina)

3 A RA 1 Plano Piloto foi assim denominada pela Lei Nº 1.648, de 16 de setembro de 1997.

três poderes da República e o Governo do Distrito Federal (GDF). Por essa circunstância, o Plano Piloto é detentor de 41,53% dos postos de trabalho do DF, segundo pesquisa da Codeplan<sup>4</sup>. Sintetizando: com 5.779,99 km<sup>2</sup>, o DF possui pequena área de reflorestamento, espaços naturais, área rural e núcleos urbanos disseminados no território<sup>5</sup>.

Figura 1 – Mapa das Regiões Administrativas do Distrito Federal



## Evolução urbana em Brasília

Há alguns anos, Brasília foi exibida em foto tirada do espaço por tripulante da Estação Espacial Internacional. Aos olhos de todos

- Outros dados encontram-se na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2015, p. 91.
- Para melhor compreensão dos percentuais de cada uso da terra, acima, ver de autoria de Glauber das Neves et alii Texto para Discussão nº 19/julho de 2016 – *Padrões das mudanças de cobertura da terra no contexto das grandes bacias hidrográficas do Distrito Federal*. Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br>, acesso em 20/7/2017.

aparece uma cidade tentacular, em nada assemelhada à proposta inicial do genial urbanista Lúcio Costa. Alguns perguntarão “o que aconteceu”? A resposta é simples, o Plano Piloto de Brasília, pensado como a Capital Federal, foi superado por improvisos que emendaram novos núcleos urbanos visando a acomodar a leva de imigrantes que procuraram oportunidades na construção de Brasília. Desde a criação improvisada de Taguatinga, em 1958, “cidades-satélites” foram projetadas sucessivamente nos anos seguintes, o que deu ao conjunto urbano um formato muitíssimo diverso do bem arquitetado centro da Capital.

Em síntese, a mudança no padrão de povoamento de cidade “fechada” no Plano Piloto para a ocupação de vasto território do DF com núcleos múltiplos redesenhou a Capital. A rigor, nos anos 1970/1980, em que o polinucleamento formatava a geografia local. A partir daí a evolução urbana mudou o quadro urbano e define uma cidade que apresenta o novo desenho - um *continuum* urbano irreversível e, pior, com tendência à conurbação<sup>6</sup> assemelhada a qualquer outra grande cidade brasileira.

Outra questão parece, então, surgir: que vantagens e/ou desvantagens apresentariam ambas as formas de ocupação do território? Ou dito de outro modo: que ganhos ou perdas teriam o polinucleamento e a conurbação? Em primeiro lugar, considere-se o DF a menor unidade da Federação, ambos os modelos de ocupação do território estarão inseridos em espaço bastante compacto. Em segundo lugar, cada localidade projetada é diversa das demais, sem padrão assemelhado de urbanismo. Em terceiro, cada cidade-satélite foi desenhada para receber um volume populacional diverso em razão dos respectivos territórios. Por exemplo: o Núcleo Bandeirante com 4,67 km<sup>2</sup> foi consolidado com 21.000 habitantes

---

6 O *continuum* urbano ou conurbação será atenuado se medidas de planejamento urbano forem adotadas, em breve, sobretudo com a descentralização de atividades nas RAs com oferta incipiente de postos de trabalho.

(1960). Ceilândia, em 44,57 km<sup>2</sup>, abrigou 82.000 moradores transferidos das “grandes invasões” (1971). Hoje, Ceilândia possui 489.351 moradores, enquanto o Núcleo Bandeirante, apenas 25.072 habitantes (PDAD/2015/2016 – Codeplan).

O grande benefício do polinucleamento é ambiental. Cada núcleo urbano encontra-se separado de outro por extensa vegetação, o que aumenta a qualidade da natureza e evita as “ilhas de calor” que cidades compactas apresentam. Ademais, menores espaços construídos permitem a infiltração da água da chuva e reduz as erosões. A grande desvantagem se encontra no fato de que as cidades foram implantadas para proporcionar apenas moradia aos seus habitantes e não moradia e local onde trabalhar próximo. A não ser Taguatinga e o Núcleo Bandeirante, todas as demais RAs possuem menor capacidade para reter seus moradores em atividades locais.

Por sua vez a conurbação proporciona a junção de localidades, que une um núcleo a outro, o que facilitaria o uso de transportes públicos e evitaria o deslocamento para vencer grandes distâncias, se cada localidade dispusesse de atividades para a respectiva população ativa. A desvantagem se encontra no padrão assemelhado de atividades, o que não gera movimentos pendulares para o trabalho de uma RA para outra. Outra desvantagem é a ambiental, pois a criação de grande mancha urbana (Fig. 1) destruirá largas porções do bioma cerrado e, com isso, impermeabilizará o solo com construções, vias e estacionamentos. Também as nascentes serão destruídas, o que já está acontecendo em espaços muito urbanizados em todas as RAs. Outro problema com a conurbação é a dos alagamentos e da violência das enxurradas, sobretudo em períodos de aguaceiros de verão, o que tem acontecido em Ceilândia por ter a maior superfície construída do DF.

## O Distrito Federal e a periferia goiana

Brasília ocasionou a expansão populacional para além de seus limites em território goiano. Todavia, as oportunidades de aquisição da casa própria ou a compra de um terreno para construção foi proporcionada por empresas privadas. De modo assemelhado, a atuação no DF foi pelo ator estatal. Em Goiás, a venda de terrenos ou de casas populares foi proporcionada pela iniciativa privada - imobiliárias, sobretudo. Nos limites do DF, o setor imobiliário fez surgir conjuntos habitacionais igualmente no formato de núcleos múltiplos, disseminado no território. Essa periferia passou a ser denominada de Periferia Metropolitana de Brasília (PMB) e abriga doze municípios populosos – cinco com mais de 100.000 habitantes - como Águas Lindas (197.530 habitantes), Formosa (108.466), Luziânia (189.225), Novo Gama (102.949) e Valparaíso de Goiás (168.961).<sup>7</sup> Nos municípios criados ao sul do DF, apenas nos últimos dez anos começaram a implantar infraestrutura e atrair atividades. Todavia, o volume de postos criados é insuficiente para ocupar a população economicamente ativa (PEA), composta de 514.284 pessoas, das quais 467.576 possuem trabalho remunerado. Por este motivo, os deslocamentos diários de trabalhadores para o DF ocasionam congestionamentos nas estradas federais (BRs), principalmente nas primeiras horas da manhã e ao fim da tarde. São atrativas as ocupações existentes no Plano Piloto de Brasília e em algumas das RAs de maior porte, como Ceilândia, Taguatinga, Sobradinho e outras.

Com referência à periferia metropolitana, saliente-se que passou a ser denominada de Periferia Metropolitana

---

<sup>7</sup> População da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), Codeplan/2013, p. 24.

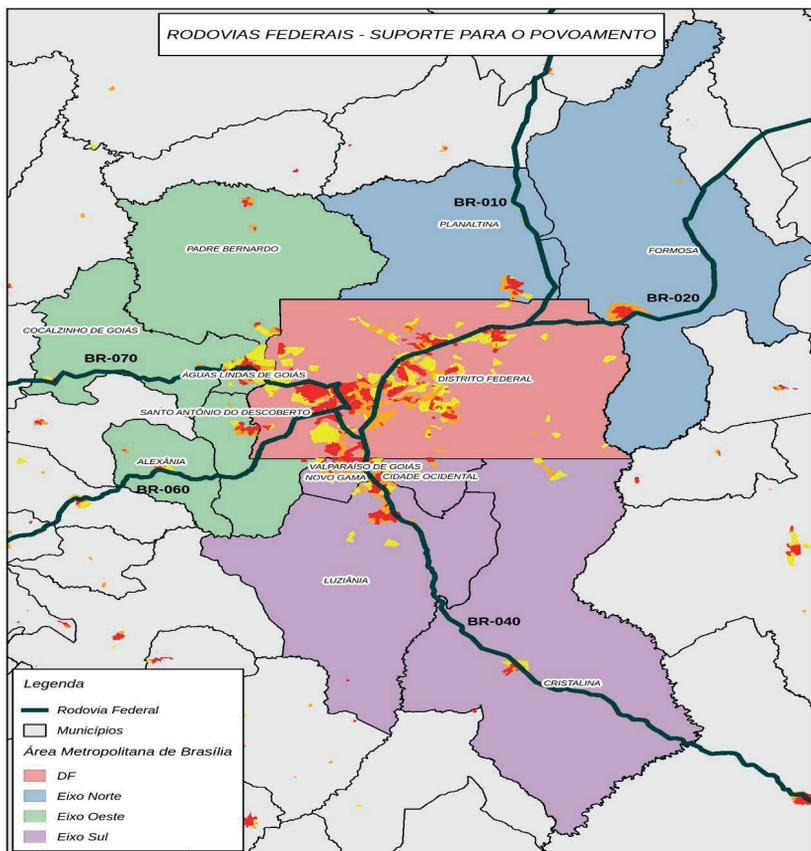
de Brasília (PMB)<sup>8</sup>, em lugar de Entorno – considerado excludente e pejorativo. Ao menos em Geografia, o termo Entorno não se configura como um “lugar” ou região. Ademais, não se encontra esse termo no *Vocabulário de Geografia Urbana* do Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH). Mas, há **exúrbio** com essa conotação de periferia metropolitana, termo sem uso na geografia brasileira. Por isso, propugnamos que se utilize termo mais apropriado, que é Periferia Metropolitana de Brasília, pois o território goiano contíguo apresenta profundos laços sociais e econômicos com o DF e está, funcionalmente, atuando como parte da metrópole brasiliense (Fig. 2). Ainda segundo a PMAD/2013, 436.032 habitantes declararam ter como procedência o DF. Igualmente, 300.901 pessoas declararam ter nascido em algum lugar do DF. Por estes motivos, muitas pessoas dessa área ainda possuem vínculo empregatício na Capital, fazem compras, buscam atendimento médico ou outros serviços no centro – quase três milhões de habitantes no interior do DF e cerca de mais de um milhão na PMB, totalizando quatro milhões, segundo as estimativas da Codeplan.<sup>9</sup>

---

8 Ver Codeplan. *Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília* (Área Metropolitana de Brasília), na Nota Técnica n. 1/2014. Acessível em [www://codeplan.df.gov.br](http://www://codeplan.df.gov.br)

9 Para outras informações ver CODEPLAN: PDAD/2015 e PMAD/2015, no portal da Companhia.

Figura 2 – Mapa da Área Metropolitana de Brasília



A cada “onda migratória”, novos núcleos urbanos foram projetados para abrigar a população “excedente”, sobretudo assalariados e funcionários públicos. Também é funcionalmente dependente do Plano Piloto uma constelação de cidades-dormitório no estado de Goiás, a referida PMB e que resulta de loteamentos e assentamentos comercializados pela iniciativa privada, sobretudo a partir dos anos 70. Com esse processo em curso, formou-se AMB, como descrito. Essa metrópole passa a assumir as seguintes características:

- 1 - Povoamento polinucleado, com a disseminação, no território do DF e fora dele, na PMB, de núcleos urbanos. Esse povoamento em núcleos múltiplos tende à congestão urbana (ou conurbação), próprias das metrópoles brasileiras;
- 2 - Centralização da oferta de postos de trabalho e melhores serviços no Plano Piloto, impedindo que a maioria das cidades-satélites criem oportunidades de trabalho para as respectivas populações economicamente ativas (PEAs);
- 3 - Desequipamento funcional dos assentamentos populares, constituídos como verdadeiros núcleos dormitórios;
- 4 - Movimentos pendulares diários da população da periferia para o PP, ocasionando forte pressão sobre os meios de transporte. Deste tipo de povoamento resultou uma cidade segregada social e espacialmente, requerendo, hoje, fortes investimentos para reverter a *urbs* em *civitas*, como preconizaram seus idealizadores. Além disto, a administração da cidade é fragmentada e a gestão do território complexa, tendendo a se agravar no futuro.

Outro ponto a considerar é o de que há concordância no aspecto da elevada “qualidade ambiental” da Capital da República, se comparada às demais metrópoles brasileiras. Neste aspecto, assume-se uma visão histórica do processo de urbanização, com evolução secular nas metrópoles tradicionais, enquanto que, no caso de Brasília, ainda está no ar o pó das obras e o suor dos que a construíram, isto é, praticamente se compartilha o esforço para estruturá-la nos dias correntes. Por isto, sendo contemporâneos de sua história, todos têm claro que, no percurso construtivo e sem os cuidados adequados, a chamada “qualidade do meio ambiente” (aí perfeitamente ajustados os próprios construtores),

deverá sofrer alguns abalos ou mesmo cair. Por este motivo, tendo como parâmetros as demais grandes cidades brasileiras, a lição deverá ser aprendida, sobretudo quando ainda há horizontes para ajustamentos e possibilidades abertas para que não se cometam os equívocos em que as demais grandes cidades laboraram, regulando as variáveis da urbanização no DF.

Tem-se como certo o fato de que são justamente as transformações e mudanças, ocasionadas por uma crescente pressão da população, que irão definir o tipo de urbanização que Brasília terá nas próximas décadas, bem como a própria qualidade do crescimento físico e das estruturas correspondentes. Com esta equação, poderão ser acionados os mecanismos e as instituições necessárias à manutenção da qualidade de vida urbana para os brasilienses da atual e das próximas gerações.

Com base nos pressupostos acima, é importante analisar o quadro urbano em formação, sua dinâmica, seus dilemas e desafios para se ter uma urbanização democraticamente conduzida e um espaço urbano apropriado de forma justa e igualitária por seus habitantes e pelos migrantes.

Apesar do mito de “cidade igualitária”, a Capital não deixou de se submeter ao modelo existente nos demais centros urbanos: um centro bem aquinhado, em termos de infraestrutura, serviços, oportunidades de trabalho etc. e uma constelação periférica de bairros/subúrbios destinados à massa trabalhadora, quase sempre carentes em termos de facilidades e com baixa qualidade ambiental.

Assim, um grande contingente da população urbana do DF foi alocado em núcleos dispersos, nem sempre urbanos no sentido ocidental do termo. Enquanto o Plano Piloto, com apenas 7,23% da população urbana de Brasília (segundo a PDAD/2015), foi sendo constituído com os melhores equipamentos, serviços e

oferta de trabalho, as administrativamente denominadas cidades-satélites serviram quase tão somente para alojar o excedente populacional, sobretudo os favelados “transferidos” de pontos centrais da cidade. A história da Capital nos mostra que, tanto em períodos autoritários, quanto nos de liberdades individuais, o processo de periferização, com apartação socioeconômica se manteve, perpetuando um modelo de urbanização “sem responsáveis” diretos.

Ao se estruturar a cidade e mesmo quando emerge uma metrópole terciária/quaternária, expandindo-se para além dos limites do DF, ficou consagrado o modelo de povoamento extensivo, com núcleos distanciados entre si e em relação ao “core” ou polo gerador de atividades e empregos. A consolidação da cidade, sob este padrão continuado de povoamento, nos faz refletir sobre algumas questões, que a seguir se explicitam com o mais elevado desejo de se bem aproveitar o polinucleamento consolidado sem que apenas um segmento da população arque com os impactos da expansão adotada, grande parte do qual foi a base para a construção de Brasília, isto é, abertura de núcleos periféricos, destinando-os aos empobrecidos.

A Capital foi construída sob forte ritmo de trabalho: é o mitológico “ritmo de Brasília” presente nos inumeráveis canteiros de obras dos anos 50 e 60, no Plano Piloto, e por toda a cidade, mas um pouco atenuado nos dias correntes. Todavia, o “canteiro de obras”,<sup>10</sup> mesmo sendo o grande empregador no setor da construção civil não gera postos de trabalho permanentes. Este setor é muito rotativo e oscilante, não tem capacidade de dar novas oportunidades na proporcção da demanda por parte da PEA.

---

10 Sobre a cidade como canteiro de obras, ver Ribeiro, G. L. Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. In PAVIANI, A. (Org.) *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, pp. 25-53.

Por isso, em abril de 1997, havia 151.100 pessoas desempregadas, ou 18,2% da PEA. Já em maio de 2017, os desempregados eram 338.000 ou 20,4% da PEA, a segunda mais elevada taxa entre as metrópoles pesquisadas pelo DIEESE, ficando abaixo apenas de Salvador, com 464.000 desempregados ou 25,1% da PEA. Pequena queda na taxa de desemprego surgiu na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mais recente, de junho/2017: passou de 20,4% de maio para 19,9% ou de 338.000 para 329.000, em junho de 2017.<sup>11</sup>

Ademais, em tempos de crise, os outros setores acompanham a construção civil e desempregam. Muitas vezes o desemprego é permanente e fruto de um mecanismo próprio do “período técnico-científico informacional”: a geração de “lacunas de trabalho”, pela qual se eliminam postos ou não se criam novos na proporção da demanda da PEA em crescimento.

Programas de cunho econômico para incentivar ações empresariais, como o PROIN e o PRODECON, não surtiram os efeitos esperados por se apoiarem em oferta de terrenos para a implantação de indústrias e por serem capital intensivo, portanto, mão de obra excludentes. Além disto, há a questão de onde localizar as indústrias, em função de restrições ambientais e tecnológicas. Se baseadas em “tecnologia de ponta” têm enorme liberdade de localização geográfica, mas esta liberdade deverá ser restringida para fixação no interior do DF, pela existência de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e também porque boa parte do ano possui racionamento rotativo de água e suprimento de energia elétrica no limite.

Enfaticamente, recomenda-se que medidas para que postos de trabalho sejam descentralizados, pois o Plano Piloto detém cerca de 42% dos ocupados do DF, justamente os que

---

11 Ver a PED - DIEESE/CODEPLAN/Secretaria de Estado do Trabalho do GDF - junho de 2017

percebem os melhores salários. Por este motivo, a geração de postos de trabalho, em todos os setores da economia, no sentido da descentralização, é relevante, como foi a tentativa para ocupar o Centro Administrativo do GDF entre Taguatinga e Ceilândia, ainda em compasso de espera. Realizada essa possibilidade haveria geração de fluxos centrífugos de passageiros, com a vantagem de o GDF estar mais próximo às demandas populares e de desafogar o centro da cidade e da metrópole.

Um outro aspecto é o de que os assentamentos periféricos são implantados agredindo a natureza (plantas e solo), com raspagem prévia dos terrenos; quando nenhum vegetal permanece enraizado. Neste aspecto, é necessário apontar os exemplos de Ceilândia e de Samambaia, como os de maior dano ambiental, em termos desta “limpeza” com “preparo” de futuras erosões: as voçorocas. Estas se constituem em erosões e danos ambientais visíveis, quando, pela esterilização do solo, traz, inevitavelmente, o esgotamento de mananciais e a morte da vegetação ribeirinha, a mata ciliar. A vida de forma integral sofre, pois, sem água e sem vegetação não há vida animal, algo muito mais danoso do que parece à primeira vista.

Portanto, deve-se pensar sobre as medidas prévias a serem tomadas quando da “urbanização” dos assentamentos. Neles, há que se estancar a “semi-urbanização” e a política de “terra arrasada”, que deixam tratos de terra a nu, ao sabor das fortes chuvas de verão ou dos ventos do período seco. Note-se que, no período seco, o vento torna o ar dos assentamentos irrespirável; no período chuvoso, até o ato de sair de casa é problemático em razão da lama e das erosões que as chuvas torrenciais provocam. As chuvas torrenciais de 2016, arrancaram o asfalto de muitas ruas de Vicente Pires.

Uma outra questão candente é a dos “condomínios rurais”

ou condomínios habitacionais (com feições urbanas), encravados em áreas de destinação rural. Trata-se de uma problemática já debatida na Câmara Legislativa e que necessita de urgente tratamento das leis. A tarefa inicial será a de classificá-los sob o ponto de vista da legislação ambiental e agrária vigente. Os que forem classificados como ilegais por estarem em terras públicas ou sobre mananciais devem receber o tratamento idêntico ao dado, no passado, às “invasões” (favelas) do Plano Piloto, isto é, devem ser desconstituídos. O mesmo deverá acontecer aos que ocuparam mananciais ou matas galerias, protegidas por lei específica. Esses “loteamentos” devem ser “erradicados” e os responsáveis (grileiros) pelos mesmos submetidos às penas da Lei. Todavia, alguma proteção ou programa deve ser previamente definido para os incautos que foram iludidos ou que se submeteram às ações ilegais. Os que desrespeitaram a Lei devem ser levados ao julgamento da Justiça, não merecendo nenhuma indenização pelas benfeitorias implantadas sobre o terreno, já que a “ninguém é lícito desconhecer a Lei”.

Estas medidas, aparentemente duras, mas legais, devem servir de alerta para duas outras problemáticas: a primeira, ligada à falta (por alguns anos) de uma política voltada para a produção de habitações para a classe média, que aderiu a estes “loteamentos clandestinos”; a segunda, ligada à necessidade de moralizar o uso de bens públicos (terra) submetendo os cidadãos ao respeito às Leis para que, em pleno vigor o Estado de Direito, se acelere o amadurecimento da Democracia, uma aspiração de toda a Nação. A grilagem está intimamente associada à corrupção e aos delitos que devem ser combatidos.<sup>12</sup>

Além disto, sendo Brasília tida como o “paradigma de cidade

---

12 A respeito da grilagem no DF, a Câmara Legislativa realizou uma CPI, com grande quantidade de dados e depoimentos, que se encontram em alentada obra cujo título é *CPI da grilagem - Relatório Final*. Brasília: Câmara Legislativa do DF, 1995.

planejada”, caberia indagar: como recuperar as iniciativas do planejamento urbano, frente aos problemas levantados? Uma das primeiras iniciativas é urbanizar de forma globalizada ou melhor resgatar as práticas de planejamento compreensivo, deixando de lado as formas incrementalistas de atuar, pontualizadas, populistas e clientelistas. Isto é recomendável para a democratização do espaço urbano, socialmente construído. A máxima democrática, inserida em diversos dispositivos da Constituição, é pródiga em explicitar os direitos do brasileiro. Ora, os brasileiros, de norte ao sul, ao constituir socialmente seus espaços, deverão, também de forma democrática, ter acesso ao seu produto. No caso em pauta, o produto é a cidade e os espaços que construíram. Nos distanciando deste paradigma (o acesso social aos bens e à urbs socialmente construída), estaremos gerando apartação socioespacial. Se faz necessário democratizar o acesso à terra, à habitação, à saúde e aos serviços, bem como à democratização das oportunidades de trabalho. O acesso ao trabalho será sempre uma fonte de pujança em uma terra dadivosa, quando não agredida e desigualmente distribuída.

Um outro ponto, muito importante, é estancar os assentamentos horizontalizados, que esterilizam largas porções do território do DF. Não há argumento para continuar com o modelo polinucleado de povoamento, sobretudo se os novos núcleos não forem contemplados com infraestruturas como a do trem metropolitano. Como terão acesso ao trabalho e aos serviços os assentados de forma esparsa e pontualizada no território?

Ao invés de novos assentamentos, há possibilidade de se adensar os núcleos existentes, com vantagem para os que já possuem infraestruturas básicas, vias de circulação asfaltadas, esgotamento sanitário e água tratada, escolas, postos de saúde e outras facilidades. Todavia, este adensamento deverá ser pensado

com medidas de verticalização da habitação, sem reproduzir o acontecido em Águas Claras – fora dos padrões do urbanismo e da arquitetura das demais RAs. É indefensável continuar com o povoamento esparso e linear, na base do modelo - um terreno, uma casa, uma família. Por que não construir apartamentos para os que forem retirados de assentamentos informais e/ou ilegais?

Ao se repensar o modelo de habitações esparsas/povoamento linear, em que só se pensou no morar, não se deve cair na armadilha da conurbação, referida acima. A soldagem de uma cidade a outra ou a outras, irá retirar todas as vantagens ambientais que Brasília pode ter em relação às cidades compactas, congestionadas, impermeabilizadas e desnudadas da vegetação revitalizante/despoluente como as demais grandes cidades brasileiras.

Ademais, deve-se considerar que as autoridades do GDF e de Goiás, poderão estar propensas a trabalhar no sentido da integração da PMB e o DF como um espaço complementar para o futuro desenvolvimento de uma metrópole constituída como um ente amparado legalmente. Com isso, serão estabelecidos programas e planos que visem a dotar a Área Metropolitana de Brasília (AMB) serviços públicos a terem gestão unificada pela gestão integrada da metrópole. Além disso poderá de forma unificada possuir condições para atrair e implantar indústrias, compatível com os diferentes graus de restrições ambientais. Será viável indicar o aproveitamento da abundante mão de obra e de grandes terrenos, a custos inferiores aos do DF.

A Capital Federal, descrita acima, permite indagar: qual será a Brasília que se quer? Provavelmente, cada qual terá um desenho de cidade já pensada, desejável. Todavia, como há espaços consolidados – permanentes - que não podem ser desconstituídos, há que se pensar em adaptar a cidade real aos

tempos atuais. Manter a cidade polinucleada poderá parecer a melhor solução se cada RA assumir complementos para oferecer atividades e serviços para reter trabalhadores e população em seu interior, num desenho de “cidade completa”. Além do mais, a cidade que se deseja não destrói a natureza, mantém a qualidade ambiental - vegetação e mananciais. Por outro lado, não será necessário ampliar vias para vencer grandes distâncias, pois a população estará ocupada em atividades locais, fruto de estímulos à descentralização. Igualmente, a frota de ônibus e os trens do metrô atenderão a demanda por transportes coletivos pelas mesmas razões. Por fim, a cidade que se quer tende a ser mais justa, não obriga os habitantes a desgastantes deslocamentos no interior da metrópole.

Do exposto, o que se recomenda é o retorno ao planejamento urbano com respeito às leis e à Natureza, ocasião em que se haverá de respeitar o homem, como alvo de toda iniciativa urbanizante. Neste caso, além das características que envolvem as ações para urbanizar se agrega um outro significado: ampliar os horizontes civilizatórios.

São os desafios e dilemas a enfrentar corajosamente para vislumbrar um futuro de melhor amplitude para a Capital de todos nós.

# ALTIPLANO

---

ANDERSON BRAGA HORTA<sup>1</sup>

---

**ANTES** do começo,  
era o sertão, só e ríspido.  
Vegetais cheios de ódio fitando os céus impossíveis  
e apontando a terra sáfara.  
Dedos torcidos de séculos.  
Bênçãos dissimuladas sob a raiva.  
Natureza virgem à espera da posse.

**SOB** a carne desidratada  
destas planuras  
já se pressentem — hígidas —  
as covas futuras.  
E dessa carne e dessas covas  
— morte aparente —  
já se pressentem fluindo em ouro  
arquivindouras  
fartas torrentes.

A vida na morte  
enraíza.

---

1 Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 46. (Patrono: Medeiros e Albuquerque)

## **DIALÉTICOS** pequis

de coração de ouro e farpas  
guardam-se verdes do grito áureo dos tucanos.  
Veados camuflados.  
Tatus embutidos.  
Arisca florifauna.

Ásperos minerais irônicos,  
no fundo, sorriem  
e esperam.

**A EROSÃO** comera o ventre da terra  
e chupara-lhe as lágrimas.  
De outras terras também calcinadas  
o húmus viria:  
mãos nodosas,  
magras mãos,  
mãos rudes, mãos férreas,  
— mãos —  
com o próprio  
sangue ralo de anemia  
regarão o alheio dia.

**VENTOS** e chuvas corroeram arestas,  
dispersaram resíduos,  
e o terreno está pronto: esqueleto  
à espera da carne.  
E vieram os pioneiros  
e rasgaram os mapas  
(no papel, o embrião): corpo  
à espera de uma alma.

**E VIERAM** os primeiros peões.

E vieram  
e voltaram  
no périplo (sem portos)  
da fortuna.

E vieram  
e voltaram  
e vieram  
no fluxo e refluxo  
da fome.

E vieram  
e ficaram  
plantados,  
árvores migrantes  
— torcidas de séculos —  
enraizando, úberes, dedos,  
salgando impossíveis céus.

**TODAS** as peças

no tabuleiro.  
Reis, bispos, torres.  
E os cavalos.

A batalha começou  
sem que ninguém desse por isso.

E em lances bruscos  
a cavalhada,  
dos flancos,  
da retaguarda,  
salta  
e atropela peões em marcha.

Silêncio  
de gritos  
coagulados.

Sacrificam-se os peões,  
ficam-se os reis.  
É a lei  
do xadrez.  
Mas onde o exército inimigo?

No imenso tabuleiro  
há um formigamento de cruces  
anônimas. Subterrâneos,  
os mortos  
suportam o peso  
do porvir.

ÁVIDA suga a terra  
as mil línguas da chuva.  
Intimidade.  
Poros abertos, solos refratários à lama.  
No entanto, há lama  
nos pés, nas máquinas,  
nas almas.  
Águas avolumam-se, pejando a represa.  
Grávidas terras falam ainda de uma pureza intratável.  
No ar seco, um vento áspero  
fala de lutas.

**NA CONFLUÊNCIA** das virilhas  
o dique  
represa os córregos.  
Basta um abrir de comportas  
e um rio  
irrompe em cólera.

Na confluência dos párias  
um dique.

**CRESCER** uma pétala  
na rosa-dos-ventos.  
Desviam-se para Oeste os rios do orvalho,  
de que o asfalto, o aço, o concreto,  
o abstrato,  
tudo é resíduo.  
Cruz resumindo sacrifícios,  
avião demandando o futuro.  
Símbolos.  
Reais são os mortos, alicerces nossos;  
real é o presente, imenso,  
bruto  
canteiro de obras.

**NO PLANALTO**, lenta,  
se abre:  
rosa superfaturada  
em vidro-plano e concreto.  
Contraditória  
rosa  
explosiva.

De tuas impurezas,  
de tuas asperezas,  
rosa queremos-te  
exata.

No altiplano de nossas esperanças,  
rosa-dos-homens  
construímos-te futura.

# UMA CIDADE MÁGICA NO SERTÃO DE GOYAZ

---

DANILO GOMES<sup>1</sup>

---

No meu tempo de menino, em Mariana, MG, década de 1940, o mapa do Brasil, no Grupo Escolar Dom Benevides, mostrava um pequeno quadrilátero, no Estado de Goyaz, indicando que ali seria implantada a Capital Federal. O sonho vinha do Patriarca da Independência, o político e cientista José Bonifácio de Andrada e Silva, passava pela profética visão de São João Bosco (o Dom Bosco de Turim), ganhava relevo na Constituição Federal de 1891.

E veio a célebre Missão Cruls (1892-1893), com a tarefa de demarcar a localização da nova Capital da República. Foi uma fantástica aventura capitaneada pelo astrônomo e geógrafo belga Louis Ferdinand Cruls (pai do escritor Gastão Cruls). Na sua equipe de brasileiros e europeus, havia pesquisadores, geólogos, geógrafos, botânicos, paisagistas, engenheiros e médicos. Recomendo a leitura do excelente livro “*Cruls - Histórias e andanças do cientista que inspirou JK a fazer Brasília*”, de Jaime Sautchuk (Geração Editorial, São Paulo, 2014).

A ideia da mudança recebeu aceleração no projeto geral da Marcha para o Oeste, do Presidente Getúlio Vargas.

Só faltava um Juscelino Kubitschek de Oliveira para tornar

---

<sup>1</sup> Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 54. (Patrono: Pe. Osvaldo Sérgio Lobo)

aquele velho sonho (que passou também pela cabeça do Marquês de Pombal) uma realidade palpável, de concreto, aço, vidro e vitral.

Já quando Governador de Minas Gerais, JK (o antigo menino pobre Nonô, de Diamantina) se mostrou um dinâmico “tocador de obras”, sob o lema “Energia e Transporte”. Em frente à nossa casa, a presença de grandes tratores revelava a pujança do trabalho a ser realizado: asfalto. A luz fraca e amarela dos sonolentos postes se transformaria: boa energia. Nós, meninos, às vezes subíamos nos grandes tratores parados, fora do horário de trabalho. Aquilo era uma novidade no paradeiro da primeira Capital de Minas. O Estado se transformaria. Era JK trabalhando, voando, dançando, sorrindo, agitando o braço em saudação ao povo que o amava (menos a UDN lacerdista e os invejosos de sempre).

\*\*\*

Fui estudar interno em Cachoeira do Campo (com os salesianos de Dom Bosco) e em Ouro Preto. Já estudava em Belo Horizonte, quando comecei a ouvir rumores sobre a construção de uma grande cidade no interior de Goiás (já sem y e sem z). Uma metrópole, planejada por Lúcio Costa, estava sendo erguida no Planalto Central do Brasil, no meio da poeira e debaixo do sol inclemente. Oscar Niemeyer projetava os palácios e mais monumentos da nova cidade. Israel Pinheiro dirigia os trabalhos como grande engenheiro e administrador. Bernardo Sayão enfrentava as estradas que se rasgavam no peito do sertão bravo, rumo ao Norte. Vários artistas compunham a equipe de Niemeyer, que contava também com o engenheiro calculista Joaquim Cardozo, poeta nas horas vagas. O médico pioneiro e futuro historiador Ernesto Silva continuava seu sério trabalho de consolidação do grande projeto. E JK comandava tudo, pedindo

pressa, visitando obras à noite, incentivando os candangos. E a cidade mágica crescia. O tempourgia e “rugia”, os adversários e inimigos bombardeando com severo fogo de barragem. Lacerda ironizava e imprecava, impiedoso Corvo. Eugênio Gudín falava de Brasília e de JK cobras & lagartos. O escritor Gustavo Corção, autor do famoso romance “Lições de Abismo”, e que era engenheiro, bradava que o Lago do Paranoá nunca encheria. No seu livro, já clássico, “Brasília Kubitschek de Oliveira” (Rio, Record, 2006, 5ª ed.), o historiador Ronaldo Costa Couto relata, à pág. 216:

“Engenheiro, Corção também escreveu: ‘Aquela terra é tão árida e inóspita que o lago de Brasília jamais encherá. A água será toda sugada pelo subsolo.’ Mais dúvidas, mais sombras, maior apreensão. Quando o Paranoá atingiu a cota mil e transbordou, JK, aliviado, mandou-lhe o seguinte telegrama: ‘Encheu, viu?’”

Alguns rapazes marianenses partiram para a grande aventura. Um deles, meu primo, não voltaria: numa briga de boteco, foi assassinado.

O ilustre historiador de Brasília, com vasta obra publicada, Adirson Vasconcelos, cearense que aqui chegou na aurora da construção, escreve, no seu Facebook 2017 (rede social), edição de 5 de abril de 2017: “A Cidade Livre, o Núcleo Bandeirante de hoje, é, em 1958, um grande centro de comércio, de atividades profissionais e diversão. Gente de toda parte. Brasília é uma integração. Tempo bom aquele! Idealismo, entusiasmo e espírito cívico.”

\*\*\*

Rubem Braga publicou, em 1951, a maravilhosa crônica “O sino de ouro”. Está no livro “A borboleta amarela” e também no volume “200 crônicas escolhidas”. Eis um trecho:

“Contaram-me que, no fundo do sertão de Goiás, numa localidade de cujo nome não estou certo, mas acho que é Porangatu, que fica perto do rio de Ouro e da serra de Santa Luzia, ao sul da serra Azul – mas também pode ser Uruaçu, junto do rio das Almas e da serra do Passa Três (minha memória é traiçoeira e fraca; eu esqueço os nomes das vilas e a fisionomia dos irmãos; esqueço os mandamentos e as cartas e até a amada que amei com paixão) – mas me contaram em Goiás, nessa povoação de poucas almas, as casas são pobres e os homens pobres, e muitos são parados e doentes e indolentes, e mesmo a igreja é pequena, me contaram que ali tem – coisa bela e espantosa – um grande sino de ouro.” E prossegue:

“Lembrança de antigo esplendor, gesto de gratidão, dádiva ao Senhor de um grã-senhor – nem Chartres, nem Colônia, nem S. Pedro ou Ruão, nenhuma catedral imensa com seus enormes carrilhões tem nada capaz de um som tão lindo e puro como esse sino de ouro, de ouro catado e fundido na própria terra goiana nos tempos de antigamente. É apenas um sino, mas é de ouro.”

Na epopeia de Brasília, é como se essa visagem de ouro, esse chamado da terra desconhecida e promissora, contribuísse para a corrida em direção ao Planalto Central. Atraía como um Eldorado, anunciando juventude, riqueza, liberdade, poder. Aquele lendário grande sino de ouro, do grande cronista capixaba, quem sabe, para alguns espíritos, tivesse funcionado como um mágico totem, arauto de um Reino Encantado? Um sino de ouro nos sertões de Goiás! Brasília: esse sino de ouro que atraía levas de brasileiros, de Minas, do Nordeste, do Centro-Oeste, de toda parte! Como se JK, em pessoa, o tocasse na solidão do Planalto, como numa capela de Diamantina!

\*\*\*

Em 1959 voltei a Mariana, para continuar estudando, desta vez no colégio Dom Frei Manuel da Cruz, dirigido pelo bem-aventurado educador Padre José Dias Avelar. O educandário integrava a benemérita Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC, de ensino gratuito. Ali fiquei até o fim do ano de 1960, quando voltaria a BH para estudar e trabalhar.

Assim, no dia 21 de abril de 1960 eu, quase às vésperas de completar 18 anos, estava em Mariana, na casa de meus pais. A alegre notícia da inauguração de Brasília estava em todos os cantos, em todas as bocas, em todos os jornais e rádios, até na incipiente televisão (em preto e branco), novidade que ainda não chegara aos nossos pagos. Nunca tivemos TV em casa. Só rádio.

E foi ouvindo o grande aparelho de rádio marca Telefunken, na sala de jantar, que, naquela noite, acompanhamos as festas da inauguração da fabulosa cidade mágica no coração de Goiás. Em casa éramos todos do PSD, todos juscelistas. Meu pai, Daniel Carlos Gomes, era o Prefeito pessedista da cidade. Meu tio, Celso Arinos Motta, era Deputado Estadual e amigo de Juscelino, que, Governador, vez por outra ia almoçar com ele o leitão pururuca que a empregada afro-descendente Maria Lourença preparava com capricho, perícia e bom tempero.

Meu pai, minha mãe Dorita Motta Gomes, meus irmãos e eu acompanhávamos a transmissão da Missa festiva, na voz patriótica e firme do locutor. Silêncio e emoção na sala. O velho Telefunken parecia flutuar no clima lúdico do notável acontecimento histórico. Quando o locutor anunciou que o Presidente da República chorava, assentado ao lado de Dona Sara, a nossa emoção, já à flor da pele, também explodiu. Meu pai, emotivo, dançador de tango e violonista na juventude, puxou o coro das lágrimas. Em efeito cascata, todos choramos numa tremenda emoção cívica. Pai, mãe e filhos, numa pequena cidade no coração barroco de

Minas, choraram com Juscelino. Em mim, essas lágrimas ainda não secaram. Uma corrente verde-amarela, com o belo azul do céu de Brasília, saiu do sertão do antigo Goyaz para inundar de júbilo, fé e confiança, a nossa velha cidade colonial. O chororô cívico por certo acontecia em inumeráveis casas brasileiras. Quantos choraram com JK, naquela Missa da inauguração! (A primeira Missa de Brasília, em 1957, foi celebrada por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, primo do meu avô Pedro Teixeira da Motta Júnior.)

Naquele noite, ao pé do velho rádio Telefunken, eu não sabia que, 15 anos depois, casado e com filho e filha, vindo de Belo Horizonte, desembarcaria na Rodoviária do Plano Piloto para morar e trabalhar na Capital que então se inaugurava, no meio das nossas lágrimas.

Vim para Brasília a convite do jornalista Paulo Cotta (primo da minha mulher, Jeanete), então assessor de imprensa do Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli.

Aqui fiz numerosos e leais amigos. Aqui meus filhos foram criados. Aqui nasceram meus quatro netos. Minha mulher e eu, perto de atingirmos as Bodas de Ouro, amamos Brasília. Mais que Patrimônio Cultural da Humanidade, título que lhe é muito caro, honroso e justo, concedido pela Unesco, Brasília é, para mim, a cidade mágica no coração de Goyaz, irmã mais nova de Goiânia, duas grandes realizações do povo brasileiro.

A saga de Brasília continua. JK tornou-se um estadista celebrado. Do alto do Memorial JK, obra que muito deve ao Cel. Affonso Heliodoro dos Santos, hoje com 101 anos, e pilar do IHGDF, Juscelino saúda o seu povo no gesto imortal.

Por tudo isso, aquelas lágrimas de outrora ainda não secaram...

# BRASÍLIA: ASAS AO DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO

---

DENISE MOTA PEREIRA DA SILVA<sup>1</sup>

---

Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras reais, não é uma flor de estufa como poderia ser. Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade o sonho foi menor que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito e me senti orgulhoso de ter contribuído.

(Lúcio Costa)

**P**retende-se, com este ensaio, relacionar o uso das vias de circulação de Brasília com a alfabetização cartográfica de alunos da educação básica, na perspectiva do desenvolvimento do raciocínio geográfico.

Observar o mapa de Brasília, por parte de estudantes do ensino básico, sem conhecer o seu plano urbanístico e sem nunca ter transitado pela cidade, não permite uma leitura da lógica viária, em que vias de circulação assentam-se em plataformas de diferentes níveis e onde há túneis que permitem sobreposição de vias.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGEA da Universidade de Brasília- UnB. Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal- SEDF. Membro do Grupo de Pesquisa em Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Geografia- GEAF/ UnB.

Quando trafegamos pelo Eixo L ou pelo Eixo W - ou como os brasilienses costumam dizer: eixinho de baixo ou eixinho de cima - em direção às superquadras ou seguindo para o Eixo Rodoviário - ou eixão -, transitamos de uma plataforma para outra, saindo de uma via assentada em uma plataforma mais alta em direção à outra que percorre uma plataforma mais baixa ou vice-versa.

Ao acessarmos a aba que permite transição de uma via para outra - popularmente conhecida por tesourinha, saímos de uma plataforma e acessamos outra, localizada em outro nível do terreno.

Esta alteração no nível do terreno e, portanto, da via, perfeitamente visível quando trafegamos pela cidade, não pode ser visualizada em um mapa geográfico, pois a representação plana não nos permite identificar que as vias estruturam-se sobre áreas desniveladas.

Parte-se, assim, da suposição de que a experiência e a vivência do uso do espaço da cidade de Brasília, denominada oficialmente Região Administrativa I, contribui para a apreensão de um complexo processo de desenvolvimento de competências associadas ao raciocínio espacial, doravante denominado raciocínio geográfico.

O desenvolvimento do raciocínio geográfico corresponde a um conjunto de habilidades que permitem ao aluno apropriar-se dos conhecimentos previstos para o componente curricular Geografia.

Ao elaborar uma definição para a expressão raciocínio geográfico, foram considerados os pressupostos teórico-metodológicos da Geografia bem como a complexidade inerente ao processo de aprendizagem.

Em busca de uma conceituação, Silva (2014), afirma que “o uso da expressão raciocínio geográfico implica pensar o ensino da Geografia na perspectiva de entendimento e compreensão da

realidade, num movimento de superação da Geografia, pautada por descrições e enumerações”, o que sugere que enquanto predominar um ensino que enfatize apenas a descrição e memorização ao invés de propor relações entre os fenômenos estudados pela Geografia, possivelmente não haverá evolução no desenvolvimento do raciocínio geográfico dos alunos.

O ponto de partida para compreender a ideia de raciocínio geográfico é a experiência/vivência do uso do espaço, que se inicia com o nascimento e as descobertas a partir do engatinhar, passando para os primeiros passos até os trajetos feitos a pé ou os longos percursos de carro ou avião.

Portanto, o desenvolvimento do raciocínio geográfico está diretamente vinculado às experiências com e no espaço, acumuladas ao longo da vida. O maior ou menor progresso de tal competência está associado à aquisição de um conjunto de habilidades, elaboração de conceitos e desenvolvimento de competências.

Ao raciocinar geograficamente, o aluno pensa o espaço simultaneamente e tridimensionalmente. Simultaneamente, porque diferentes eventos ocorrem no espaço ao mesmo tempo, fato que exige um entendimento interescalar e multiescalar sobre determinado fenômeno, que só pode ser compreendido numa interface do lugar com o mundo; das experiências vividas às experiências mentalmente concebidas. Tridimensionalmente, porque o mundo palpável possui três dimensões e ao estudar, por exemplo, uma paisagem ou um mapa cartográfico, é preciso decodificá-los numa lógica tridimensional, a partir das apreensões que são realizadas no percurso construído pelo educando em seu cotidiano, qual seja, o do uso do espaço.

A experiência do uso do espaço configura-se uma experiência histórica, social e cultural. Na medida em que se

experimentam situações reais de uso do espaço, os registros na memória das sensações vivenciadas permitem um retorno a elas sempre que uma nova experiência acioná-las.

Da mesma forma, o entendimento sobre o espaço também se dá a partir desse processo de interação do sujeito com a realidade, que é um processo cultural, mediado pelos sentidos e significados atribuídos aos elementos presentes no espaço através da cultura.

Essas noções espaciais, desenvolvidas ao longo da vida, de forma espontânea, são parte do desenvolvimento do raciocínio geográfico que, por sua vez, adquire intencionalidade no âmbito da educação formal na medida em que o professor de Geografia atua como mediador do processo, maximizando a capacidade do aluno de entendimento e compreensão da realidade.

Uma ferramenta que favorece o desenvolvimento do raciocínio geográfico é a cartografia, na medida em que permite ao aluno compreender o mapa como uma representação do espaço real e para tanto, exige-se, a priori, o entendimento de que a superfície terrestre é curva – em razão da forma arredondada do planeta – e toda forma de representação plana, conseqüentemente, implicará em deformações.

Da mesma maneira, representar Brasília em um mapa e fazer a leitura cartográfica deste, exige-se do aluno a habilidade de transpor um espaço que é tridimensional para sua representação plana. Por esta razão, “o ensino do mapa, para respeitar o processo de construção das noções espaciais, necessita partir de um trabalho preliminar, no qual a criança estabeleça relações diretas de si mesma no espaço, dos objetos entre si e desses no espaço” (ALMEIDA, 2010, p. 158).

Este trabalho preliminar, ao qual se refere a autora, corresponde à experiência no espaço da cidade, neste caso, Brasília, por meio de saídas a campo, em que os estudantes sejam

orientados a observar o trajeto percorrido, a perceber que as vias assentam-se sobre diferentes plataformas, a identificar o declive do terreno e como as vias da cidade foram pensadas e planejadas.

A experiência de percorrer a cidade, sob orientação do professor de geografia para posteriormente, estudar seu respectivo mapa, permite levar o aluno a relacionar os aspectos observados na paisagem com os elementos do mapa, inclusive peculiaridades do plano urbanístico de Brasília que só podem ser compreendidas, pelos estudantes, se vivenciadas.

A metodologia de vivenciar a experiência do espaço, enquanto ação preliminar para promover uma interface com sua representação no mapa geográfico, reduz as dificuldades dos estudantes pois primeiramente lhes é apresentada realidade e a partir da experiência concreta, o mapa e seu simbolismo.

Esse processo de se apropriar da cartografia como representação do espaço e de utilizá-la como mediadora na aprendizagem em geografia corresponde a mais um dos desafios da cartografia escolar: “a aquisição da linguagem cartográfica exige um aprendizado, feito na escola, principalmente em aulas de Geografia, com o apoio de uma metodologia que possibilite aos alunos superar essas dificuldades” (ALMEIDA, 2010, p. 158).

A cartografia escolar configura-se um dos conteúdos em que os professores de Geografia apresentam maiores dificuldades em ensinar. Isto relaciona-se, dentre outros fatores, com o currículo dos cursos de licenciatura em geografia, que não contempla a geografia escolar e as estratégias para ensino aprendizagem desta ciência no âmbito da educação básica:

Por não dominarem a didática específica para trabalhar a alfabetização cartográfica, muitos professores evitam trabalhar os fundamentos da cartografia com os alunos e a utilizam

simplesmente como ilustração de aulas, avaliações, e não como ferramenta que potencializa e favorece a aprendizagem em geografia, pois “o sucesso do uso do mapa repousa na sua eficácia quanto à transmissão da informação espacial, sendo o ideal dessa transmissão a obtenção, pelo leitor, da totalidade da informação contida no mapa” (SIMIELLI, 2010, p. 79).

Ao propor Brasília como cidade que permite desenvolver noções espaciais a partir de uma interface entre sua representação no mapa e o uso real de seus espaços, há que se considerar o fato de se tratar de uma cidade planejada e que o desenho de suas vias e a organização de seu espaço, favorecem sua visualização e compreensão.

Para o arquiteto urbanista Carpintero (1998),

Brasília é o exemplo mais acabado da produção brasileira em urbanismo e arquitetura. Cidade nova, localizada em uma região central do país, proposta desde o início do século XIX, em um sítio escolhido cuidadosamente, por critérios naturais e estratégicos, e construída num momento político de desenvolvimento e ufanismo patriótico (p. 25).

A cidade monumental não é admirada apenas por estudiosos como engenheiros, arquitetos e urbanistas, mas também exerce atração nos estudantes das escolas públicas e particulares de Brasília e seu entorno.

Pensar a cidade como objeto de estudo nas aulas de Geografia implica considerá-la como um conteúdo a ser apreendido na medida em que “a cidade é educadora: ela educa, ela forma valores, comportamentos, ela informa com sua espacialidade, com seus sinais, com suas imagens, com sua escrita” (CAVALCANTI, 2008, p. 74).

Uma metodologia de ensino de Geografia que considere a cidade como escala de análise, deve considerar uma variável cada vez mais presente na vida dos estudantes e ainda não completamente incorporada ao cotidiano das escolas: a tecnologia.

A tecnologia que se apresenta aos alunos via programas e aplicativos para celulares como o *Google Earth*, por exemplo, permite interações com o espaço que, em certa medida, se aproximam da experiência com a realidade vivida.

Os mapas planos, contudo, não permitem uma exploração intra-urbana nem a percepção de profundidade, largura e altura, enquanto ferramentas como, por exemplo, o recurso *street view* do *Google Earth*, que permite “caminhar” pelas ruas da cidade e identificar detalhes sobre a via, as casas, o comércio, inclusive sobre as pessoas.

Portanto, os recursos disponíveis em grande parte das escolas – especialmente públicas – são mapas em sua versão impressa, nos livros didáticos, ou para pendurar na parede. E muitos alunos sequer têm conhecimento sobre uma ferramenta tão poderosa como o *Google Earth*, que poderia auxiliá-los na aprendizagem sobre diferentes lugares do mundo.

Para que os elementos presentes nos mapas impressos façam sentido para os alunos, é preciso lançar mão de mecanismos que favoreçam uma leitura adequada dos mesmos.

A proposta aqui apresentada, de estudar Brasília a partir da experiência de suas vias de circulação, permite, ao estudante, ler com eficiência elementos presentes no espaço, anteriormente considerados completamente abstratos e sem significados. Além de promover o raciocínio geográfico, competência fundamental para compreender os sentidos e significados impressos no arranjo espacial de Brasília.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rosangela Doin. Uma proposta metodológica para a compreensão de mapas geográficos. In: ALMEIDA, Rosangela Doin (Org.). **Cartografia Escolar**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SIMIELLI, Maria Helena. O mapa como meio de comunicação e a alfabetização cartográfica. In: ALMEIDA, Rosangela Doin(Org.). **Cartografia Escolar**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. **Brasília: Prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo/SP, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade**. Campinas, SP: Papyrus, 2008. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

SILVA, Denise Mota Pereira da. **Raciocínio Geográfico e avaliação formativa: uma análise aplicada ao Ensino Médio**. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Brasília/DF, 2014.

# PRECE NATALÍCIA A BRASÍLIA \*

---

FAGUNDES DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

---

Salve, Brasília!

Aragem de esplendor e melodia, na grandeza Tempo e Espaço.

Encruzilhada do passado e do futuro, saudando a imensidão

Nas asas do condor.

Busca de sentimento inabalável, saudando a fé

Em tempo de oração.

Salve, Brasília!

Espaço maior, glória infinita, beleza na expressão singular

De uma existência alvissareira.

Encruzilhada do passado e do futuro, saudando a paz

Em tempo de bondade.

Mensagem de progresso da Pátria Brasileira, com cheiro de amor

E gosto de saudade.

Salve, Brasília!

Canção buscada na altivez dos tempos, de todos os momentos.

Amor sem dimensão, beleza sem limites, retrato iluminado

De uma raça arrojada,

Que não queda e não para e que vive feliz.

Colosso imensurável de grandeza mais fim,

No canto do poeta a imagem do País.

---

1 Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 61. (Patrono: Lauro Sodré)

Salve, Brasília!  
Sacrossanto pavilhão, símbolo de um povo arrojado,  
Que ama e tem fé e trabalha – alma alvissareira.  
Sentimento imaculado de esperança eterna  
Na grandeza da Pátria;  
Capital brasileira.

Salve, Brasília!  
Gigante perolário, na tua juventude, no teu aniversário,  
Nós te saudamos com fé e humildade, trabalho e muito amor.  
Templo de bondade, de busca interior,  
Humana, fraterna, justa e perfeita,  
Cidade universal, glória do Senhor.  
Salve, Brasília!...

\* Extraída das páginas 74/75 do livro *Cantigas de Tempo Novo* –  
Brasília – 1993 – N. A.

# POEMA DA MATURIDADE

(Nos 50 anos da Capital)

---

JOÃO CARLOS TAVEIRA<sup>1</sup>

---

Brasília abre as asas  
sob o céu,  
na imensidão do espaço  
sobre nós.

Brasília tece uma canção  
de amor,  
na gradação do azul  
de nossa voz.

Há nessa geometria  
de acalantos  
pequenos sons e arpejos  
simultâneos...

Há vida após a vida  
em cada traço,  
no refazer do sonho  
que sonhamos.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 70. (Patrono: Thomaz Antônio Gonzaga)

# BRASÍLIA REVISITADA

## A ADIRSON VASCONCELOS

Que sei de ti?  
Que sei de mim?  
Volto às origens  
de tudo: barro.

Tumulto e barro  
mal comprimidos  
no largo espaço  
do meu espanto.

Vagas lembranças  
de um pé-de-vento  
e o redemunho  
varrendo sonhos.

Desde o começo  
desta epopeia,  
homens e bichos  
se circunscrevem

em puídos mapas,  
em utopias  
de sonhadores  
do amanhã.

Volto ao passado,  
vejo o presente  
e a solidão  
frutificada.



# SOB O SIGNO DA CRUZ

---

PE. JOSÉ CARLOS BRANDI ALEIXO<sup>1</sup>

---

O trigésimo aniversário da inscrição de Brasília na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO é bom ensejo para reflexionar sobre a história da hodierna Capital do Brasil. Entre as numerosas dimensões dela, ocupa lugar de relevo a religiosa.

Em propalado sonho de 30 de agosto de 1883, Dom Bosco vaticinou o surgimento da terra prometida, entre os paralelos 15 e 20.<sup>2</sup>

O Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque<sup>3</sup> foi nomeado em outubro de 1954 pelo Presidente da República João Café Filho para dirigir a Comissão de Localização da Nova Capital. No início de fevereiro de 1955 ele, acompanhado do Marechal Mário Travassos e do médico Ernesto Silva, visitou o Planalto Central. Em Goiânia, solicitou ao Governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, como uma das três providências

---

1 Professor Emérito da Universidade de Brasília. Acadêmico do IHG-DF – Cadeira N°72. (Patrono: Pe. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota)

2 TAMANINI, Fernando. *Brasília: Memória da Construção*. Brasília: edição do autor, 2009, p. 112-119 (“O Sonho”); 2) CATALANO, Pierangelo et al. *Don Bosco e Brasília: Profezia, Realta Sociale e Diritto*. CEDAM-PADOVA, 1990. A Cura di Cosimo Semeraro; 3) VASCONCELOS, Adirson. *A Mudança da Capital. Brasília*. Brasília: Gráfica e Editora Independência Ltda., 1978, p. 70-78. Composto e revisado em S/A Correio Braziliense. A transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o interior do país foi determinada pelas Constituições de: 1891 (artigo 3°); de 1934 (artigo 4° das Disposições Transitórias); e de 1946 (artigo 4° das Disposições Transitórias).

3 Era sobrinho do Presidente Epitácio Pessoa, em cuja gestão foi lançada em Planaltina, aos 7 de setembro de 1922, a pedra fundamental da futura Capital.

urgentes: o erguimento de uma Cruz no ponto mais elevado da região destinada a sediar a futura Capital do país.

Convocado pelo Governador, Bernardo Sayão construiu, no ponto mais alto da futura cidade, o primeiro, compreensivelmente rústico, Campo de Pouso, em cuja margem mandou escrever, em letras de cal de quase cinco metros, o nome “Vera Cruz”.

Em 15 de junho de 1955, Bernardo Sayão, Vice-Governador de Goiás, acompanhado pelo Secretário da Fazenda José Peixoto da Silveira e pelo engenheiro Hermino Pedroso fez o primeiro pouso no campo por ele construído. Fincou na área uma cruz rústica. Em agosto foi substituída por grande cruzeiro preparado em Carpintaria de Planaltina.<sup>4</sup> O bairro circunvizinho recebeu o nome de Cruzeiro. Nas proximidades surgiu a Paróquia de Nossa Senhora das Dores.

Em 24 de fevereiro de 1956, junto ao Cruzeiro, o salesiano Cleto Caliman celebrou Missa Campal com a presença de Bernardo Sayão e de uma caravana de alunos do Ateneu Dom Bosco, de Goiânia, e do Ginásio Anchieta, de Silvânia.<sup>5</sup>

Em maio de 1956, no mesmo sitio, celebrou Missa Dom Abel Ribeiro Camelo, Bispo Auxiliar de Goiás e membro da Comissão de Cooperação para mudança da capital federal, criada pelo Governador de Goiás, José Ludovico, em 5 de outubro de 1955.<sup>6</sup>

Aos 2 de outubro de 1956, em sua primeira viagem a Brasília, o Presidente Juscelino Kubitschek — acompanhado do Governador da Bahia, Antonio Balbino, do Ministro da Guerra, General Teixeira Lott, e do Ministro da Viação, Comandante Lúcio

---

4 VASCONCELOS, Adirson. *As Cidades Satélites de Brasília*. Brasília: Edição do Autor, 1988, p. 336.

5 VASCONCELOS, Adirson. *Os Pioneiros da Construção de Brasília*. Brasília: Edição do Autor, 1992, 1º vol., p. 223.

6 VASCONCELOS, Adirson. *A Mudança da Capital: Brasília*. Brasília: edição do autor, 1978, p. 344.

Meira, e de outras personalidades — aterrissou na pista onde, posteriormente, surgiria a Rodoferroviária. Ele, sua comitiva e os anfitriões — entre os quais o Governador de Goiás Juca Ludovico e Bernardo Sayão (já Diretor Executivo da Nova Capital) — deslocaram-se logo para o grande Cruzeiro de madeira, no ponto mais alto da região.

Uma cruz de singular beleza encima a ermida de Dom Bosco, projetada por Oscar Niemeyer, a pedido de Israel Pinheiro. Em forma de pirâmide triangular, a primeira obra de alvenaria concluída em Brasília foi inaugurada aos 31 de dezembro de 1956. A ela afluem numerosos visitantes entre os quais, anualmente, muitos devotos em procissão terrestre ou náutica no domingo mais próximo de 30 de agosto, data do famoso sonho do santo italiano.

O grande urbanista Lúcio Costa, vencedor, em 26 de março de 1957, do Concurso do Plano Piloto, assim expôs a inspiração de seu projeto: “A presente solução nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da Cruz”.

Junto ao Cruzeiro, em lugar hoje situado entre o Memorial JK e a Catedral Militar, a 1.173 m de altitude, o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta celebrou a primeira missa, oficialmente programada, no dia 3 de maio de 1957, festa — no calendário litúrgico da época — da Santa Cruz. Assinalou o oficiante como três marcos culminantes da vida nacional: o Descobrimento em 1500, a independência em 1822 e a fundação da nova capital. Ao final, o Presidente Kubitschek, de improviso, apregoou:

O quadro da celebração da primeira missa, em Brasília, não será levado para o esquecimento: aí se vivia uma

hora que a história vai fixar. A 3 de maio Brasília torna-se autenticamente brasileira, porque desde as origens, o Brasil existe com a presença de Cristo. Com a Primeira Missa planta-se em Brasília uma semente espiritual... Que Brasília se modele na conformidade dos altos desígnios de Deus, que a Providência faça da cidade terrestre um reflexo da cidade divina.<sup>7</sup>

Nos dias 3 de maio e 12 de setembro (data natalícia do Presidente Juscelino Kubitschek) numerosas vezes os antístites de Brasília celebraram a missa, no mesmo sítio, onde pontificou o Cardeal Vasconcelos Motta. Oxalá, em cenário evocativo dessas efemérides, repitam-se tais cerimônias sagradas, tão caras ao saudoso Chefe de Estado diamantinense.

Em 2 de fevereiro de 1960 chegou a Brasília caravana de integração nacional composta de quatro colunas provenientes de Belém (Norte), Porto Alegre (Sul), Rio de Janeiro (Este) e Cuiabá (Oeste). Coincidentemente, formavam uma cruz. Na prece natalina a Brasília, escreveu Guilherme de Almeida, príncipe dos poetas brasileiros: “Agora e aqui é a Encruzilhada Tempo-Espaço, caminho que vem do passado e vai ao futuro. Caminho do Norte e do Sul, do Leste e do Oeste. Caminho de ao longo do mundo; agora e aqui todos se cruzam pelo sinal da Santa Cruz.”

Na inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, o Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, Patriarca de Lisboa, oficiou a Santa Eucaristia. No altar armado na Praça dos Três Poderes, estava a mesma cruz histórica da frota de Pedro Álvares Cabral diante da qual, em 1500, na Bahia, Frei Henrique de Coimbra celebrara a Primeira Missa do Brasil.

É relevante recordar que, na manhã de 21 de abril de 1975,

---

7 VASCONCELOS, Adirson. *Efemérides: as grandes datas de Brasília e JK*. Brasília: Thesaurus, 2009, p. 499-500.

o Governador do Distrito Federal, engenheiro Elmo Serejo Farias, doou, para sua guarda e conservação, ao Clube dos Pioneiros de Brasília, representado pelo seu Presidente Newton Egydio Rossi, a Cruz junto à qual foi rezada, em 1957, na futura capital da República, a primeira missa oficialmente programada. A solenidade ocorreu no mesmo local do histórico acontecimento, sendo uma das testemunhas o Arcebispo de Brasília, Dom José Newton de Almeida Batista. Essa Cruz encontra-se na Catedral de Brasília.<sup>8</sup>

A cidade sedia, desde 1995, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs.

Na auspiciosa comemoração dos primeiros cinquenta e cinco anos de Brasília, é salutar a lembrança das palavras que o Presidente Juscelino Kubitschek dirigiu, em 21 de abril de 1960, aos laboriosos candangos:

A vontade de Deus ergueu esta cidade. Com o pensamento na Cruz em que foi celebrado o Santo Sacrifício, peço ao Criador que mantenha cada vez mais coesa a unidade nacional, que nos dê sempre esta atmosfera de paz, indispensável ao trabalho fecundo, e conserve em vós, obreiros de Brasília, o mesmo espírito forte com que erguestes a grande cidade.

---

8 VASCONCELOS, Adirson. *Efemérides: as grandes datas de Brasília e JK*. Brasília: Thesaurus, 2009, p.404-405.



# SONHO REALIZADO Nº 193, OP. 187

---

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA CERQUEIRA<sup>1</sup>

---

Nesta vastidão de céus  
a não se encontrar fim a vista  
fincou-se Brasília,  
num dia de se poder esquecer jamais.  
A palavra afirmada em Jataí,  
sonho de gente com pensar grande,  
projetou-se sobre o virgem serradão  
e fez-se o X riscado no chão,  
gen de um projeto gigante.  
E foi chegando povo de todos brasis  
afluindo aos borbotões,  
verdadeira caudal de esperanças!  
Areia, brita, cimento e ferro,  
na estiagem – rubra poeira  
e lama no tempo de chuva.  
Cansaço, muito cansaço à noitinha.  
Comida simples, sono pesado  
e o sonhar era imenso como o horizonte.  
Aurora seguindo aurora...  
Brita, cimento, areia e ferro,  
brotava do cascalho o sonho;

---

1 Acadêmico do IHG-DF - Cadeira nº 85. (Patrono: Edgar Roquete Pinto)

surgiam do chão riscado por tratores  
os alicerces do monumento,  
marco de nova civilização,  
semente do progresso no coração do Brasil.  
Barro de suor e poeira feito,  
era o ânimo do candango,  
homem de braço forte  
e alma a transbordar do peito.  
Façanha nunca dantes vista.  
A cada aurora nova fé,  
novo orgulho ao sol poente  
- quanta vontade naquela gente!  
Brasília, a semente germinou  
e cresce viçosa esticando seus braços  
de concreto e fibra imensa,  
saudando o céu, por aqui mais largo,  
por aqui mais iluminado.

Um dia viu-se pronto o monumento.  
De um simples X materializou-se o sonho,  
perplexos todas as mentes e olhares,  
emoções dominavam os corpos.  
Rojões, lenços e bandeiras,  
música, risos e prantos!  
Enfim chegara o grande dia  
- Vinte e um de abril de mil novecentos e sessenta.  
Nonô, o grande Presidente chorava  
- Lágrimas de amor, pranto de herói  
a fertilizar este chão, por certo.  
Nonô, o grande Presidente sorria,  
naquele vasto riso de esperanças  
a se espalhar pelos sertões do campo aberto!

SONETO Nº 59, OP. 127, Nº 1  
(CATETINHO)

Quem o vê, construído em rude madeira,  
simplório, pequenino, caiado de branco,  
mal imagina que sentado em tosco banco,  
um homem simples mas de alma brasileira

timoneou dali a Pátria que, inteira,  
sacudia-se em ondas de progresso franco.  
E por todo o Brasil, como num grande arranco,  
a esperança nasceu, içou nossa bandeira.

Quem o vê, em madeira tosca, pequenino,  
mal imagina que lhe coube o destino  
ser palácio sem trono e, com muito carinho,

a casinha de tábuas brancas, resistindo  
à intempérie, nos faz lembrar um dia lindo  
em que o chamaram, tão somente – “Catetinho”.



# PARA ENTENDER O TOMBAMENTO DE BRASÍLIA E A PORTARIA 314 DO IPHAN

---

MARIA ELISA COSTA<sup>1</sup>

---

Quando o Governador José Aparecido propôs o tombamento de Brasília - apenas 25 anos depois de inaugurada - criou-se uma situação inédita: como tombar o que ainda estava em obras? O IPHAN até então tombava construções, mesmo em se tratando de proteger conjuntos urbanos, como Ouro Preto ou o Pelourinho.

Quem descobriu a solução foi o arquiteto Ítalo Campofiorito, que “captou” a essência da proposta de Lúcio Costa - Brasília “nasceu já pronta, como Minerva”, e foi implantada exatamente assim, como foi concebida – como roupa de adulto dentro da qual se colocou a capital recém-nascida. E foi essa sintonia absoluta entre concepção e implantação que tornou possível a transferência definitiva da capital.

Ítalo então propôs que se tombasse, exatamente, a concepção de Lúcio Costa, que definiu a configuração do espaço urbano através da estrutura viária, da volumetria construída e do paisagismo, estabelecendo critérios básicos de uso e ocupação do solo pertinentes a cada uma das chamadas ESCALAS URBANAS.

E’ disso que trata a Portaria 314 – que não tomba nenhuma construção: o que preservado é o projeto urbano. Vale dizer que

---

1 Arquiteta e Urbanista

a portaria 314 fornece os critérios necessários e suficientes para que se avalie se intervenções propostas (inclusive se aprovadas pelas NGBs da administração local), são ou não compatíveis com o conceito original da cidade, que o tombamento impõe que se preserve. Ou seja, em termos de música, o objeto do tombamento seria a “partitura” - “arranjos” sendo possíveis na medida em que não comprometam a partitura original.

## **BRASILIA E SUAS ESCALAS URBANAS**

Cada uma das ESCALAS URBANAS como definidas por Lúcio Costa tem um caráter próprio, que prevalece. Ou seja:

Na ESCALA MONUMENTAL o ritmo da ocupação é altivo, e sua intenção é conferir à cidade a dignidade inerente a uma capital, por meio da criação de uma paisagem construída bela, poderosa e identificada desde o primeiríssimo momento: o impacto da presença da Esplanada + Praça dos Três Poderes permanece o mesmo, desde 21/04/1960! Ali, a abordagem paisagística do Plano Piloto rege a presença do verde, de acordo com o que propõe a ESCALA MONUMENTAL - ou seja, canteiro central simplesmente gramado do Congresso até à Torre de TV (Roberto Burle Marx entendeu isso e abriu mão do seu projeto, mas o GDF, com apoio do IPHAN, não!!! Pode???), Praça dos Três Poderes tratada como praça seca, apenas com o fórum de palmeiras imperiais (pelo amor de Deus, que não inventem de plantar arvores floridas lá!!!)

Na ESCALA RESIDENCIAL o partido paisagístico atua de forma clara na configuração física e de uso que a constitui: a cercadura arborizada que determina o espaço próprio de

cada Superquadra, com sua entrada única para veículos, e seu interior mais próximo de um quintal comum de que de um jardim, ao mesmo tempo configuram um “remanso urbano” para o cotidiano, e, definindo no espaço, os grandes quadrados, permitem o indispensável diálogo visual entre escala Residencial e Monumental. Na Escala Residencial, a Bucólica faz suas inserções mais à vontade, e dá esse ar descontraído, que todo morador de Superquadra conhece muito bem, e que eu chamei há pouco de “quintal”, mais do que jardim. (aproveito para lembrar que o que foi chamado de SUPERQUADRA no Noroeste, NÃO É SUPERQUADRA, porque Superquadra de verdade não é lugar de passagem, por isso tem entrada única para veículos, o que cria um inesperado e simpático parentesco com a vila)

Na ESCALA GREGÁRIA - a última a ter tido condições de se configurar - ancorada no extraordinário ímã agregador que é a Rodoviária + a concepção dos dois Setores de Diversões, com suas pracinhas anexas, como complemento da própria Plataforma Rodoviária - aconteceu, a meu ver, um equívoco no desenvolvimento dos setores centrais, exemplarmente óbvio no infeliz Setor Comercial Norte - a ESCALA GREGÁRIA não quer saber de inserções bucólicas, tão bemvindas na Escala Residencial: o que ela pede são calçadas largas, confortáveis para se andar, pequenas praças, ramblas, percursos claros ... finalmente, estamos no ... centro da cidade!

E a ESCALA BUCÓLICA, finalmente, determina o modo de ocupação admissível no conjunto da área entre o “avião” e o lago, ou seja, o que e o como. É ela que rege a relação entre áreas *aedificandi* e não *aedificandi* ... na realidade, acho que todo brasiliense sabe do que eu estou falando! Ela quer franco

predomínio das áreas livres, não edificadas, e quando edificadas, impõe que a ocupação seja rarefeita, os gabaritos baixos, etc etc etc. (ou seja, tudo o que a especulação imobiliária odeia).

Voltando às “inserções”:

A ESCALA MONUMENTAL tem a sua, não quer saber de inserções, nem residenciais nem gregárias.

A ESCALA RESIDENCIAL admite e gosta de inserções de caráter bucólico, rejeita qualquer inserção monumental, e admite, com prazer, as inserções gregárias que são os comércios locais... desde que obedeçam, devidamente, ao projeto original.

A ESCALA GREGÁRIA e a ESCALA BUCÓLICA não gostam de inserções, são opostas e complementares na partitura musical do plano Piloto!

Para concluir, Lúcio *dixit*: “A coisa mais importante de Brasília é o simples fato de ela existir.” E digo eu: preservar a concepção original do Plano Piloto não é favor nenhum, é um mínimo de respeito ao testemunho vivo da incrível realização da nação brasileira que Brasília significa.

PS - Uma sugestão: antes de “interpretarem” O Plano Piloto, procurem compreendê-lo - por extenso.

# PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

---

NAPOLEÃO VALADARES<sup>1</sup>

---

Esta edição especial da nossa Revista tem como objetivo comemorar os trinta anos do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Em primeiro lugar, tem-se que louvar o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal pela iniciativa. Mais do que justa a comemoração e mais do que oportuna a edição especial da Revista.

Quando Juscelino Kubitschek, candidato à Presidência da República, disse em Jataí que cumpriria integralmente a Constituição, ou seja, que mudaria a capital do País para o Planalto Central, talvez não tivesse na cabeça o tamanho da empreitada. Não podia imaginar a grandeza da obra a ser construída.

Eleito e empossado, Juscelino botou a mão na massa. Presidente com um plano de governo, traçou metas. Diversas metas. E Brasília era a meta-síntese. Com pouco tempo, a cidade nascia como por encanto no meio do cerrado, com prédios, palácios e tudo o mais se erguendo com uma força que só podia vir do entusiasmo. O talento de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, o arrojo de Israel Pinheiro, a competência de Bernardo Sayão e

---

<sup>1</sup> Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 42. (Patrono: Carlos de Laet)

o esforço de muita gente boa na jogada ajudavam o Presidente a construir a capital mais moderna do mundo.

O povo, numa empolgação nunca vista, correndo de todos os cantos para o gigantesco canteiro de obras, a fim de conhecer, trabalhar e ajudar a construir a cidade em menos de mil dias.

Antes da inauguração, Brasília foi visitada por sete presidentes de repúblicas. E, entre muitas outras autoridades, teve a presença de André Malraux, escritor e ministro da cultura da França, que a chamou de Capital da Esperança.

Mas não faltavam os negativistas pregando que aquilo não ia dar certo, que era um sonho doido, que o Presidente ia dar com os burros n'água e por aí afora. Juscelino tinha adversários terríveis. E esses, com seus seguidores, metiam o pau, falando o diabo, usando as tribunas e entrando na justiça.

Naquele tempo, eu era menino e acompanhava os acontecimentos pelo rádio e pelas conversas de casa e de rua. Falava-se em outras coisas, mas a construção de Brasília figurava como conversa da primeira hora. Tudo era a Nova Capital, o progresso chegando ao interior, o sertão sendo desbravado, a realização da Marcha para o Oeste.

Minha família mudou-se para Formosa no início de 1958 e isso me fez ver o assunto mais de perto. Via trabalhadores partindo de minha terra para Brasília, numa candangagem aventureira e feliz. Trabalhavam, ganhavam dinheiro e voltavam (alguns) para mostrar que tinham ido, para mostrar o relógio de pulso, os óculos escuros, as botas de canos curtos, o rádio portátil que haviam adquirido. Principalmente para mostrar que tinham trabalhado em Brasília. Uns diziam ter visto Juscelino.

E um dia, em 1959, tive a oportunidade de conhecer a capital em construção. Um amigo de meus pais pediu permissão para me levar. Fomos num ônibus, que gastou umas duas horas para

percorrer os quase cem quilômetros de estrada de terra. Aliás, vim a conhecer asfalto nesse dia, já na chegada da Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante. E conheci muito pouco: o Palácio do Congresso ainda com os andaimes e a Cidade Livre com todas as casas de madeira: residências, lojas, restaurantes, bares, botecos.

No dia 21 de abril de 1960, Raimundo Campolina Diniz e seu filho Mauro passaram lá em casa, indo para a festa da inauguração. Iam assistir à grande festa. Meu pai não estava em casa. Pediram a minha mãe que me deixasse ir com eles. Minha mãe não consentiu, porque havia um rumor de que a cidade ia ser bombardeada naquele dia. Todo mundo falando. Diziam que, no dia da inauguração, os do Rio de Janeiro iam jogar bomba, não deixariam que fosse inaugurada a Nova Capital. Só sei que tudo ocorreu em paz, com muita pompa, muita alegria e muita emoção, a ponto de Juscelino chorar. Pudera! O povo cantando *Peixe Vivo...*

Voltei para Minas, fiz o curso ginásial e, no início de 1966, vim para Brasília, fazer o científico no Elefante Branco e depois Direito na UnB. E aqui estou, com a graça de Deus.

Brasília foi inscrita pela Unesco na lista de bens do Patrimônio Mundial em 7 de dezembro de 1987. Significa que Brasília pertence a todos os povos. Além de ter sido o primeiro bem contemporâneo a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, é detentora da maior área tombada do mundo: 112,25 quilômetros quadrados.

Isso é História. História digna de ser tratada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.



# CARTA DA ÁGUA: DA ESCASSEZ À TRANSIÇÃO HÍDRICA

---

NEWTON CASTRO<sup>1</sup>  
EUGÊNIO GIOVENARDI<sup>2</sup>

---

O Oitavo Fórum Mundial da Água, que será sediado em Brasília, em março de 2018, mobiliza o governo federal, os governos estaduais e municipais e um grande número de institutos acadêmicos e organizações não governamentais. As decisões que serão tomadas nesse evento terão efeito não só para o Brasil. Elas contemplarão os mais de 7,5 bilhões de habitantes humanos, além de muitos outros bilhões de seres vivos que constituem a biodiversidade do planeta.

As mudanças de comportamento climático, pelas quais atravessa o planeta, afetam o regime de chuvas e provocam situações extremas de longas estiagens ou inundações desastrosas. Esses eventos, com maior ou menor intensidade, se fazem sentir em todas as regiões do planeta.

Na organização da natureza, a água está disponível para todos os seres vivos. Alguns deles, como as árvores, são protetores dos cursos de água. Com exceção da espécie humana, todos os seres vivos convivem harmoniosamente com a água. Ao se tratar do uso da água pela espécie humana, deve-

---

1 Engenheiro Civil

2 Ecosociólogo e escritor. Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 94. (Patrono: Gilberto Freyre)

se considerar a demanda crescente e diversificada. Não existe no conjunto de riquezas naturais uma oferta específica de água para a espécie humana.

A intervenção humana no cenário natural, relacionada à reprodução e à sobrevivência, ocasiona distúrbios que podem ser danosos a todos os seres vivos que formam a biocomunidade de um bioma.

Na administração da captação e retenção das águas disponíveis para uso humano há que se considerar duas questões fundamentais: quanta água há e quantos são os que precisam de água, incluindo todos os seres vivos de um bioma. Um terceiro elemento, não menos importante, se acrescenta aos dois anteriores: quanto custa satisfazer equanimemente a gama diversificada de necessidades da população humana.

## **1) Situação atual**

O Oitavo Fórum Mundial da Água, com a participação dos órgãos oficiais e não governamentais do DF, se debruçará particularmente sobre as circunstâncias físicas específicas do Planalto Central. Por ser o berço das águas, o DF requer uma sábia e gradual mudança de paradigma dos habitantes brasilienses sobre a natureza.

A atual situação hídrica de escassez resulta do aumento da população, da urbanização desgovernada e de sua demanda diversificada. Agrava-se com a irregularidade e a diminuição das chuvas como efeito de mudanças climáticas. O conjunto desses fatores reduzem a capacidade de suporte geográfico do DF e conduzem ao empobrecimento da biodiversidade regional.

A inexistência ou o inadequado acompanhamento do balanço hídrico, o ineficiente gerenciamento de bacias hidrográficas, a

consequente devastação de matas ciliares, a extinção de nascentes e pequenos cursos d'água obrigaram os gestores a decidirem, com atraso, pelo racionamento generalizado no fornecimento de água.

Outros aspectos importantes que provocaram a escassez hídrica se referem ao descontrole do uso de águas subterrâneas por meio de poços artesianos (mais de 40 mil), a ações técnicas e políticas pouco significativas de captação de águas pluviais e ao escasso reuso de águas servidas.

Essas dificuldades são acrescidas pela pouca integração com as comunidades vizinhas que formam a Área Metropolitana, pelas perdas significativas (mais de 30%) de água tratada e pela especulação imobiliária desenfreada. Esses fatores provocam demandas fora de controle.

Agregue-se que a paralização das obras de Corumbá IV (GO) afetou igualmente o fornecimento de água à população do DF. Está, no momento, em curso a construção de usina de tratamento para fornecimento de água para 180 mil brasilienses retirada do Lago Paranoá com vazão inicial de 700 litros por segundo ou 60,5 milhões de litros por dia.

## **2) Situação desejável**

O consumo responsável e racional da água, fruto da educação ambiental e da aplicação rigorosa da legislação pertinente, propiciará um volume diário democrático e igualitário à população atendendo à indicação de órgãos de saúde pública nacionais e internacionais.

A irregularidade e a escassez de chuvas, segundo informações divulgadas, podem continuar por longo tempo. Esse alerta deve ser intensamente comunicado à população para despertar atitude consciente diante da escassez e gerar novos comportamentos. É

prudente assumir que as mudanças climáticas afetam fortemente o Planeta e, particularmente, o Cerrado brasileiro, o que implica mudança de costumes no uso da água, tanto na cidade quanto nas lavouras produtoras de alimentos.

Propõe-se para isso um processo salutar de transição hídrica.

A transição hídrica significa alteração de atitude, substituição de hábitos, mudança de conceitos, passagem, em relação à água, do modo atual de comportar-se a outro mais adequado. Trata-se de mudança de paradigma que implica olhar de maneira diferente a natureza.

*Ainda que os reservatórios cheguem a 100% e novas captações sejam feitas, é necessário que a população mude seu comportamento em relação ao uso da água.*

É imprescindível realizar o balanço hídrico do DF e da Área Metropolitana tanto no uso pessoal quanto na produção agrícola e industrial, cujos resultados devem ser apresentados, com transparência, à população.

Entre ações importantes e urgentes, propõe-se:

- investir fortemente no gerenciamento das bacias;
- criar programa específico de repovoamento das matas ciliares com espécies nativas;
- estabelecer, com a participação dos comitês de bacias, um monitoramento eletrônico das nascentes e dos pequenos cursos d'água para informação permanente à população;
- estimular e promover forte integração da população do DF com municípios vizinhos para avaliar a variação do potencial hídrico dos cursos d'água;
- fomentar ações de reuso da água e utilização da água da chuva;

- reduzir as perdas de água tratada a níveis não superiores a 10% e, ao mesmo tempo, intensificar sistemas de controle de perdas de rede.
- A ocupação irregular e a especulação imobiliária devem ser combatidas com rigor e sem tréguas.
- Orientar a população sobre a outorga e a finalidade do uso das águas subterrâneas e fiscalizar sistematicamente o volume utilizado por meio de relógios medidores.

### 3) Transição Hídrica

Entre as ações para o êxito da transição hídrica e a mudança de paradigma, sugere-se:

- Mapear e divulgar amplamente todos os nascimentos de corpos d'água da região do Distrito Federal e adjacências;
- Programar investimentos adequados a montante (águas acima) com a finalidade de proteção dos mananciais, mantendo uma linha intransponível de vegetação nativa;
- Ampliar o sistema de captação de águas da chuva nos prédios urbanos e rurais que favoreçam, por um lado, a recarga dos aquíferos e, por outra parte, reduzam a pressão sobre os reservatórios;
- Desenvolver tecnologias adequadas para reuso da água de acordo com a modalidade de seu uso;
- Informar a população sobre o consumo de água embutido na geração de energia elétrica. O consumo de dois quilowatts/dia por habitante necessita de 13 mil litros de água (6.600 litros para gerar um quilowatt). Não é de estranhar que as represas hidrelétricas se esvaziem;

- Incentivar alternativas de geração de energia elétrica. Poupar energia hidrelétrica é poupar água;
- Universalizar a educação ambiental para o correto uso da água;
- Avaliar o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) no que tange ao uso da água nas diversas atividades humanas, urbanas e rurais;
- Considerar os habitantes de municípios vizinhos afetados pela mesma situação da capital federal, pois pertencem ao mesmo ecossistema;
- Buscar intensa Cooperação com os Estados de Goiás e Minas Gerais no que tange aos recursos hídricos;
- Criar Comitês de Risco para as diversas atividades econômicas;
- Elaborar planejamento de curto, médio e longo prazos para implementação de medidas de caráter permanente;
- Cumprir a legislação que decreta a **água** como bem natural, de uso comum do povo, não sendo propriedade nem de órgãos públicos, nem de corporações ou pessoas físicas. Aos órgãos públicos compete o **gerenciamento** da água e não sua propriedade;
- Criar o Fundo de Gerenciamento e Controle do Uso da Água (Bolsa Água), com a responsabilidade de propor ações especiais e apoiar iniciativas educacionais, científicas ou outras pertinentes ao uso e à conservação dos corpos d'água. O Fundo será gerido pela sociedade civil, com participação de especialistas, empresas públicas e privadas e universidades;
- Assumir institucionalmente o **estado de Transição Hídrica**, estimulando ações continuadas e perenes;

- Estabelecer, com urgência, metas consistentes para os próximos meses; para os anos 2018 a 2022;
- Pôr em ação, com o apoio da mídia, um sistema de comunicação permanente sobre a escassez hídrica;
- Criar PORTAL DE TRANSPARÊNCIA com a disponibilização de todos os dados, estatísticas, consumos, disponibilidade hídrica e demais informações necessárias à participação e à fiscalização da população;
- Incentivar a organização popular de grupos de observação e informação sobre ações de proteção de nascentes e da vegetação nativa realizadas no âmbito do DF.

A caracterização do estado de Transição Hídrica permitirá a todos, permanentemente, travar contato com a realidade da escassez de água e da necessidade de cada um fazer sua parte de forma consciente.

Tratando-se de uma situação muito grave, todos somos responsáveis: órgãos públicos e privados, pessoas físicas e jurídicas, centros de ensino e pesquisa, além de outros agentes que podem agir de forma positiva.

O objetivo é a discussão de medidas e soluções para a atual e as próximas gerações, que podem não encontrar água suficiente e adequada às suas necessidades.

A ênfase deve ser dada à **mudança de comportamento** dos diversos agentes sociais, desde o cidadão comum até os organismos de controle e execução.

A Transição Hídrica há que ultrapassar governos, pois a natureza do problema não comporta desvios em relação ao tema central. Requer reavaliações permanentes, sem mudanças de curso ou paralização de ações.

A transição necessariamente perpassa toda a sociedade. A comunicação adequada e transparente estimulará a participação da população sem empecilhos burocráticos às soluções propostas.

*O estabelecimento de algumas metas de curto prazo, imediatamente propostas, poderá estancar problemas crônicos.*

As metas de médio e longo prazo deverão se estender, pelo menos, aos próximos 25 anos, de tal forma que as futuras gerações, por nossa desídia, não sofram consequências maiores.

Os meios de comunicação e a organização popular em defesa dos mananciais têm papel fundamental neste esforço de conscientização, divulgação e êxito da Transição Hídrica.

*Esta Carta da Água resume os debates realizados no Terceiro Seminário Águas Acima – Presente e Futuro das Nascentes, realizado em 30.3.2017, preparatório do Oitavo Fórum Mundial da Água. Foi promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico/DF, com a participação do Conselho de Arquitetos Urbanistas/DF, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/DF, da Ordem dos Advogados do Brasil/DF, da Embrapa e Emater/DF.*

# BRASÍLIA

---

NINA TUBINO<sup>1</sup>

---

Cheguei hoje,  
trinta anos depois  
do dia em que desejei,  
é bem verdade,  
mas por este amor  
que trago no peito  
por este cerrado imenso,  
pelo sol que brilha em tua face,  
pela linha circular de teu horizonte  
de tantas e tantas esperanças,  
quero hoje confessar  
minha paixão permanente,  
meu orgulho de brasileira  
em poder nesta terra vermelha  
pisar!  
Sentindo o cheiro verde de mato  
e saber que a história de tua saga  
foi plantada neste planalto  
por ordem expressa do Criador.  
Aqui sobreviverá a civilização  
e eu te sinto, Brasília amada,

---

1 Escritora, acadêmica. Membro do IHG-DF – Cadeira N° 95. (Patrono: Jofre Mozart Parada)

espargando luz por toda a Nação.  
E eu te vejo, Capital predestinada,  
palco das grandes decisões  
que um dia a América unificará.  
Por tua aura dourada  
teu sol o mundo atingirá  
e tua energia cósmica  
toda a humanidade sentirá.  
E nos cinco continentes do planeta  
Haverá gritos de louvor a tua glória.  
Brasília! Brasília!  
Terra da Promissão,  
baluarte do Evangelho  
neste coração do mundo,  
eu te saúdo e dou graças  
porque aqui cheguei,  
ainda com tempo de ver  
a tua glória na missão divina  
que Cristo com amor te ofereceu.

## IMAGENS DA CORTE

É noite no cerrado!  
No céu de Brasília  
Encanto e magia  
No azul profundo,  
bordado de estrelas,  
busco minha guia.

No horizonte escuro  
as imagens claras  
do poder do homem,  
plantado na terra.  
E as praças de concreto  
alinham-se em alas  
de desesperança.

A fé ergue pirâmides  
de esperança e encanto,  
viva na sabedoria dos profetas  
e na palavra dos evangelistas.

Brasília dorme  
nos memoriais de luz tênue  
onde homens de fé  
escreveram seus caminhos.

Neste silêncio,  
sem ação,  
contemplo meu País  
enquanto dorme,  
pergunto a Deus,  
onde há Nação?...

# BRASÍLIA E O JEITINHO BRASILEIRO

---

OSMAR ALVES DE MELO<sup>1</sup>

---

No dia 7 de dezembro de 2017, comemoram-se os 30 anos de inscrição do conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico de Brasília no Patrimônio Mundial da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

Brasília foi o primeiro conjunto urbanístico contemporâneo a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

À época, quando o governador José Aparecido anunciou o projeto de candidatar a nova capital do Brasil ao honroso título, eu era Secretário de Estado de Serviços Sociais do Distrito Federal, uma secretaria que depois foi subdividida em quatro ou cinco secretarias. Na oportunidade, fiquei do lado dos que não acreditavam na viabilidade da ambiciosa proposta. A razão do ceticismo era o fato de Brasília ser ainda uma cidade em construção. Não havia nenhum precedente. Todas as cidades contempladas com o título até então eram antigas, sempre com alguns séculos e algumas com milhares de anos.

Mas o governador, que era um visionário, não se impressionava com os precedentes da UNESCO. Entendia que Brasília era um monumento único do urbanismo e da arquitetura moderna, saído da vontade do Presidente Juscelino Kubitschek e das pranchetas e Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e, por essa

---

<sup>1</sup> Acadêmico e 2º Vice-Presidente do IHG-DF - Cadeira nº 130. (Patrono: Barão do Rio Branco)

razão, deveria ser contemplada com o título de Patrimônio da Humanidade. Nunca lhe passou pela cabeça o contemporâneo arrojado projeto de arquitetura e urbanismo de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, construído num deserto, tão ou mais ambicioso do que Brasília e que até então não cogitava de se candidatar ao título.

O governador foi em frente e venceu. O título foi deferido. Em minhas andanças por cinco continentes, estive em muitas cidades contempladas com o título de Patrimônio Histórico da Humanidade. Em todas elas existe uma coisa em comum: antes da concessão do título estavam ali intocadas, exatamente como foram construídas. Só no Brasil, os projetos arquitetônicos são desrespeitados impunemente, impiedosamente. Só para exemplificar, alinho algumas:

Paris, cidade milenar, com edifícios, via de regra, com três pavimentos, é a mesma cidade de antes de receber o título da UNESCO. Os espigões modernos de *La Defense* e de outros setores estão fora dos limites da Cidade Patrimônio Histórico da Humanidade. São Petersburgo, construída por Pedro, o Grande para ser a capital da Rússia, com edifícios com cinco pavimentos, também estão ali como são hoje desde que foram construídos há trezentos anos. Existem, como em Paris, conjuntos de espigões modernos, mas todos fora dos limites da cidade. Tanto numa cidade como na outra, qualquer mudança de gabarito resultaria em supervalorização dos imóveis. Mas a fome imobiliária não tem força nem na França nem na Rússia para vencer a arraigada cultura europeia de respeito às obras dos arquitetos.

Cidades medievais, como Carcassonne, na França, e Bruges, na Bélgica, estão preservadas e continuam vivas atraindo milhares de turistas de todo o mundo o ano inteiro.

Mas manter Brasília como Patrimônio Cultural da

Humanidade não é tarefa fácil. Não faltam pressões para modificar o projeto urbanístico e paisagístico de Lúcio Costa e arquitetônico de Oscar Niemeyer. Trava-se, há anos, luta surda contra as construções de natureza comercial das entrequadras da Asa Sul. Os comerciantes querem porque querem ampliar os espaços das lojas invadindo as áreas verdes que circundam os edifícios residenciais. E já obtiveram significativas vitórias nos acordos celebrados com as autoridades do Distrito Federal.

Na Asa Norte, os comerciantes também reivindicaram permissões para ampliação das lojas e o governo os atendeu ao regulamentar a ocupação de galerias e áreas públicas nos comércios locais. O decreto do governador Rodrigo Rollemberg estabelece limites e padrões para a ocupação das áreas seguindo as mesmas diretrizes estabelecidas para o comércio das entrequadras da Asa Sul, abrangendo as áreas públicas das quadras 100, 200, 300 e 400. Enquanto isso, as galerias dos prédios do comércio local poderão ser ocupadas sem necessidade de autorização do GDF, desde que haja concordância dos proprietários dos imóveis.

Há muitas outras distorções, mas, para não ficar enfadonho, listo apenas algumas: dois edifícios de grande porte, um no Setor de Rádio e Televisão Norte, o Brasília Rádio Center, e outro no Setor Sul de Rádio e TV, o Pátio Brasil, invadiram a área pública nos limites da W3 Norte e da W3 Sul. Entretanto, as invasões consumadas foram regularizadas, com o estreitamento das calçadas de uso dos pedestres.

Nesses casos, como em muitos outros, o público, o contribuinte, é que é punido pelas infrações, e não os incorporadores e os funcionários responsáveis pela liberação das construções e pela fiscalização das obras.

Em diversas superquadras no Plano Piloto, localizadas sobretudo na Asa Norte, muitos edifícios foram sobrecarregados

com um sétimo pavimento, as chamadas coberturas que são áreas de lazer. Oscar Niemeyer e seu ex-genro Carlos Magalhães a quem muito estimo e que também foi Secretário de Estado no governo José Aparecido, insurgiram-se contra o acréscimo de um pavimento naqueles edifícios. Conseguiram êxito na primeira instância, mas a 3ª Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região reverteu a decisão. Prevaleceu o entendimento unânime segundo o qual a questão demorou muito para chegar ao fim e criou uma situação consolidada no tempo. Os desembargadores também entenderam que as coberturas não trazem impacto visual nem ao meio ambiente e não representam prejuízo ao projeto original da cidade.

Mais uma vez, venceu a teoria do fato consumado, que se repetiu na regularização dos condomínios e nos acréscimos de três pavimentos no Edifício Barocat e de dois pavimentos nos Edifícios São Paulo e Anhanguera, todos no Setor Comercial Sul. Nesses casos, o pé direito dos edifícios foi reduzido drasticamente, mas manteve-se sua altura.

São obras do jeitinho brasileiro. Indisfarçavelmente, trata-se de violações da legislação em vigor. Enquanto houver o jeitinho, Brasília encontrará dificuldade em se impor como patrimônio cultural da humanidade. Enquanto houver o jeitinho, poucos serão os edifícios das cidades brasileiras que, em tempo relativamente curto, não serão demolidos ou implodidos, não se permitindo que se tornem antigos e passem a ser apreciados pelas novas gerações.

O jeito é tipificar o jeitinho como crime e aplicar-lhe penas rigorosas.

# DA GENEROSIDADE DE BRASÍLIA

---

SILVESTRE GORGULHO<sup>1</sup>

---

**B**rasília nasceu generosa, como terra das oportunidades. Generosa com quem aqui chegou antes mesmo de existirem brasilienses.

Generosa com quem veio a pé, a cavalo, de carroça, de jeep, de caminhão, de avião para fincar neste Planalto a Estaca Zero. Quem sabe, Brasília aprendeu com essa gente pioneira o espírito da generosidade?

Brasília tem generosidade camaleoa. Com ou sem censura, foi generosa com a democracia e com a ditadura.

Generosa com os partidos e partidários. Com os honestos e salafreiros.

Brasília é generosíssima com quem explora seu espaço sagrado: construtores, invasores, corretores e especuladores.

Brasília acolhe cineastas, fotógrafos e cinegrafistas. É generosa em megapixel.

Vindo de onde vierem, Brasília os seduz pelo céu. E se entrega escandalosamente em luz, sua matéria-prima: uma paisagem em azul – mar de cabeça pra cima.

Brasília é generosa com artistas, repentistas e desportistas.

Com a diversidade e com a arte por toda parte.

---

<sup>1</sup> Jornalista e ex-Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal

Brasília hospeda generosamente todas as diplomacias, credos e famílias.

Brasília é generosíssima com servidores públicos e privados. Com os bem e os mal-amados.

Para jornalistas, Brasília é uma generosa vedete: os fatos são eloquentes, as fontes e as informações são fartas e têm sempre notícia para salvar a manchete.

Brasília é generosa com arquitetos, escritores e com poetas. Do concreto e do afeto.

Generosa com os humildes e com os sem-destino. Com o ateu e o divino.

Também é generosa com os que querem o poder a qualquer preço. Brasília só quer justiça com os que fazem da invasão de privacidade e do lobby um jogo de barganha, ganância e cobiça.

Brasília é, sobretudo, generosa com os governantes. Com os amantes e os flutuantes. Com os bélicos e angélicos.

Generosa com aventureiros, grileiros, trapaceiros e curandeiros. Generosa com os místicos, políticos, causídicos e com tantos críticos.

Brasília é generosa com as cores, com os sabores, com os pássaros e beija-flores.

Brasília é generosa com os que buscam ar puro e um chão para chamar de seu. E até com os que cospem no prato que comeu.

Oh! Deus, até quando vai durar tanta generosidade?

Brasília é um sorriso, um abraço e um olhar à espera de reciprocidade.

# VOCÊ CONHECE BRASÍLIA?

---

VERA RAMOS<sup>1</sup>

---

**B**rasília é reconhecida internacionalmente pelo urbanismo de Lúcio Costa e pela arquitetura de Oscar Niemeyer, mas não é compreendida pela maioria dos brasileiros.

Os brasilienses gostam de viver aqui e elogiam a qualidade de vida que a cidade proporciona, porém não conhecem seu plano urbanístico e o conjunto de fatores que possibilitam esse sentimento de bem-estar urbano.

Turistas admiram sua beleza, mas criticam a cidade por não entenderem seu traçado urbano diferente e único.

Ocupantes de cargos públicos em geral, no âmbito do executivo, legislativo e judiciário, exercem funções desconhecendo informações básicas sobre Brasília. Dessa forma, não atuam no sentido da preservação, corrigindo desvirtuamentos ou resgatando conceitos. Tratam Brasília como uma cidade tradicional e geram intervenções equivocadas, nocivas e irreversíveis.

Há arquitetos e urbanistas que consideram ultrapassados os princípios norteadores da concepção urbanística de Lúcio Costa e almejam “aprimorar” o projeto, propondo alterações em características fundamentais da cidade, como as unidades de vizinhança. Em síntese, gostariam de fazer de Brasília outra cidade.

---

1 Presidente em Exercício do IHG-DF. Acadêmica – Cadeira N° 34. (Patrono: Ernesto Ule)

Há também intelectuais e acadêmicos que criticam seu urbanismo, com discursos repletos de teoria e pouca prática.

E, ainda, empreendedores imobiliários que querem aumentar as alturas das edificações, além de novas áreas para construir.

Nesse contexto, está a mídia que denigre a imagem da cidade em razão dos recorrentes escândalos políticos que assolam o país.

Assim, em meio a muita desinformação, discursos bem-intencionados, intenções não declaradas, propostas equivocadas e fortes pressões econômicas e sociais, o plano urbanístico de Brasília vem sendo continuamente descaracterizado. Agressões de toda ordem comprometem a autenticidade e a integridade desse patrimônio.

A proteção legal do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de Brasília, por meio do tombamento federal e distrital, o qualifica como Bem Cultural Brasileiro. A inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO lhe confere o *status* de Patrimônio Cultural da Humanidade. Esses títulos significam, acima de tudo, reconhecimento de valor.

O valor histórico é expresso por constituir obra-prima do gênio criativo humano, ilustrativa de um estágio significativo da história da humanidade; o principal artefato urbano produzido no século XX, em consonância com os princípios urbanísticos e arquitetônicos do Movimento Moderno; exemplar urbanístico excepcional e de impacto para a história do urbanismo; acervo arquitetônico excepcional e de impacto para a história da arquitetura; fenômeno geopolítico e social de grande desdobramento para a história brasileira; marco da concretização do processo secular de interiorização do país e ação grandiosa da sociedade brasileira integrada a uma estratégia de desenvolvimento e de autoafirmação nacional para o mundo.

Outros valores são identificados em Brasília. Dentre eles, o valor artístico, representado principalmente pela qualidade de sua arquitetura e pelo acervo artístico que a integra, e os valores simbólicos: a conquista de possibilidades futuras; um modelo de cidade; um novo modo de vida; a ética de seu urbanismo, com a predominância de áreas públicas sobre áreas privadas a indicar a prevalência do interesse coletivo sobre interesses individuais; as perspectivas e visadas públicas; o apreço pelo vazio na paisagem urbana.

Contudo, a proteção nas três instâncias de poder não tem sido suficiente para assegurar às gerações futuras a oportunidade e o direito de conhecer Brasília tal como foi concebida.

O que falta para que esse patrimônio seja, de fato, protegido? Falta, incontestavelmente, difundir informações sobre Brasília. Somente o conhecimento terá o poder de sensibilizar os cidadãos e de mudar a situação atual. A comunidade bem informada se mobilizará em defesa de seu patrimônio. Quanto maior o número de pessoas, maior força haverá para lutar contra as agressões ao patrimônio.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do então Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, atual IPHAN, afirmava com convicção:

“Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa do patrimônio de arte e de história de um país: é a educação popular!”

Fica a pergunta: será que isso, realmente, interessa ao poder público e a todos os segmentos da sociedade?

Se houver verdadeira opção política por preservar, serão implementadas ações de promoção do patrimônio cultural,

direcionadas a todos os segmentos da sociedade, incluindo a educação patrimonial, bem como ações para o fortalecimento institucional da proteção, incluindo a qualificação de servidores públicos, dentre outras.

É sempre bom lembrar os momentos da história de Brasília em que ocorreram, efetivamente, decisões convictas por preservar. Essas ações demonstraram sensibilidade e visão, além de profundo conhecimento e reconhecimento dos valores da cidade.

Logo após a inauguração, o Presidente Juscelino Kubitschek já demonstrava preocupação com a proteção da cidade e escreveu bilhete ao Presidente do IPHAN, Rodrigo Melo Franco, solicitando o tombamento:

Rodrigo,

A única defesa para Brasília está na preservação do seu Plano Piloto.

Pensei que o tombamento do mesmo podia constituir elemento, seguro, superior à lei que está no Congresso sobre cuja aprovação tenho dúvidas.

Peço-lhe a fineza de estudar essa possibilidade, ainda que forçando um pouco a interpretação do Patrimônio. Considero indispensável uma barreira às arremetidas demolidoras que já se anunciam vigorosas.

Grato pela atenção,

Abraço, JK<sup>o</sup>

Em seguida, a primeira Lei Orgânica do Distrito Federal estabelecia que qualquer alteração no Plano Piloto de Brasília dependeria de autorização em lei federal.

Anos mais tarde, graças à determinação do Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, depois Ministro da Cultura, as principais medidas de proteção se efetivaram: o

decreto distrital de preservação, a inscrição na lista da UNESCO e o tombamento federal.

É importante esclarecer que preservar não significa “congelar” o Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de Brasília, argumento bastante usado por aqueles que desconhecem o instrumento do tombamento e querem depreciá-lo. Preservar significa não perder de vista a postura original e fazer as adequações estritamente necessárias, mantendo conceitos e características essenciais da cidade.

Será que o crescimento quantitativo e irracional é o que realmente importa, a despeito, inclusive, da crise hídrica por que passa o Distrito Federal?

Será inevitável que nossa cidade-patrimônio venha a ter um futuro igual ao de tantas outras cidades brasileiras?

É claro que não! Brasília é uma cidade especial, que reúne atributos e requisitos para manter-se na vanguarda também no século XXI! Não podemos permitir que o caos urbano e ambiental aqui se instale de forma irreversível!

É preciso que todos conheçam e compreendam a lógica de seu urbanismo, o tombamento de suas escalas urbanas, suas características e seus valores.

E, sobretudo, é preciso haver respeito por tudo que Brasília representa.



# UBERABA E A PROFECIA DE D. BOSCO

---

WILLIAM ALMEIDA DE CARVALHO<sup>1</sup>

---

## I – Introdução

Como os mitos se formam e qual foi o papel de Uberaba na montagem do mito do sonho de D. Bosco sobre a criação de Brasília é o que se propõe a discutir esse artigo. Os que trabalham com o simbólico devem ter o máximo cuidado para não resvalarem para o campo da mistificação e da superstição na sua ânsia de cavalgar a história das mentalidades. É bem conhecido o caso do soldado que vigiava um banco de jardim num quartel na década de 50. Anos depois, o oficial que iria comandar o referido quartel questionou o porquê daquele soldado plantado dia e noite ao lado do banco, com a ordem impeditiva de qualquer pessoa sentar-se. Ninguém lhe deu uma resposta satisfatória, pois o máximo que alegavam é que sempre tinha sido assim: aquele soldado estava ali há décadas com o fito de fazer cumprir a ordem estapafúrdica. Intrigado o referido oficial resolveu fazer uma pesquisa e descobriu que tal soldado estava plantado ao lado do banco desde a década de 50. Compulsados os alfarrábios da

---

1 *Acadêmico do IHG-DF – Cadeira nº 111.* (Patrono: Joaquim Felício dos Santos). Membro da Academia de Letras de Brasília, Vice-presidente da Academia de Letras e Artes Buziana - ALAB, ex-Secretário de Estado do Distrito Federal, ex-membro do Gabinete Civil da Presidência da República, sociólogo e pós-graduado em Administração Pública e doutor em Ciência Política Pantheon-Sorbonne, empresário, jornalista.

época, descobriu que tal praxe foi iniciada no comando de um oficial que era, hoje, um general reformado e muito amigo do seu pai. Entrou em contato com o general e questionou o porquê da referida ordem. Compulsando a memória o velho general aos poucos foi recordando. “Ah! Meu filho, tudo começou quando íamos receber a visita do Ministro da Guerra. Horas antes da chegada do Ministro, fui dar uma última olhada no quartel para ver como estavam os preparativos de recepção. Para meu espanto, descobri que o banco do jardim estava imundo e descascado. Dei então a ordem: raspem imediatamente o banco, passem uma mão de tinta branca e ponham uma sentinela para que ninguém se sentasse nesse banco. Pouco tempo depois fui transferido e acho que esqueceram de revogar a ordem desde então!”

Muitos mitos e lendas se formam por uma determinada razão e com o tempo as pessoas perdem a memória do que realmente aconteceu. Criam-se então *versões* que tentam explicar o ocorrido que vão passando de pai para filho daí em diante.

## II – Os Goianos Mineiramente Jantam os Mineiros

Vamos, nesse artigo, relatar o que realmente aconteceu com a *versão* (mitológica) da profecia de D. Bosco sobre Brasília. A pesquisa do levantamento dos fatos reais foram colhidas no artigo do nosso confrade no Instituto Histórico e Geográfico do DF – Dr. Jarbas da Silva Marques – **O Sonho de Dom Bosco** (Revista do IHGDF, nº 3, BSB, 2000), que por sua vez bebeu muitos dados no livro de outro confrade do IHGDF – Dr. Lourenço Fernando Tamanini – intitulado **Brasília – Memória da Construção**.

Neste centenário do nascimento de Juscelino Kubitschek é bom recordar que a provocação para a mudança da Capital da República ao futuro Presidente surgiu no seu primeiro comício de campanha na cidade de Jataí no Estado de Goiás no dia 4 de

abril de 1955 pelo popular Antônio Soares Neto – o Toniquinho – que forçou o candidato a prometer que se eleito “cumpriria a Constituição e transferiria a capital pra o Planalto”.

Logo após tomar posse, Juscelino enviou ao Congresso a **Mensagem de Anápolis**, criando a NOVACAP e iniciando o processo de construção de Brasília. Os políticos de Goiás, contudo, mineiramente, começaram a se agitar, pois apesar de que no projeto de lei que criava a NOVACAP definia o planalto central de Goiás como o local da nova capital, temiam o poder de fogo da bancada mineira no Congresso. Os mineiros tinham o intuito secreto de tentar aprovar uma emenda, mandando construir Brasília em Minas Gerais, às margens do rio Paranaíba, na região da cidade de Tupaciguara, como sempre quisera Israel Pinheiro, o todo poderoso *capo* da NOVACAP.

Os políticos goianos montaram então uma pequena operação de guerra ao saberem que Juscelino e Israel Pinheiro iriam à maior Exposição de Gado Zebu do mundo na cidade Uberaba, não só para o evento como também para se reunirem com os prefeitos e políticos do Triângulo Mineiro.

Uberaba possuía naquele tempo somente um jornal – **Lavoura e Comércio** – e uma única emissora de rádio. Ambos pertenciam ao jornalista Quintiliano Jardim, amigo de longa data de Juca Ludovico, governador de Goiás. O governador entrou em contato com Quintiliano e “comprou” todo o espaço do jornal e o tempo da emissora de rádio para o dia três de maio de 1956, data estratégica, pois Juscelino passaria todo o dia na cidade. Os goianos assim possuíam o monopólio dos meios de comunicação no teatro de operações, pelo menos por um dia.

O governador Ludovico encarregou o primeiro prefeito de Goiânia - Venerando de Freitas Borges – de uma curiosa e delicada missão, como se verá adiante. Venerando foi incorporado à

comitiva do governador e chegaram todos no dia três pela manhã à cidade triangulina.

Em Uberaba, enquanto Juscelino hospedou-se na casa do alcaide, por sinal chamado de João Prefeito, Israel acomodou-se no Grande Hotel.

Venerando Borges dirigiu-se, então, ao Grande Hotel e aguardou no *hall* de entrada que Israel aparecesse. Portava consigo uma munição escolhida a dedo pela elite goiana: um livro, cujo título era **A Nova Capital do Brasil – Estudos e Conclusões**. O governador Ludovico requisitara, algum tempo antes, que diversas personalidades brasileiras, nos mais diversos setores de atividade, se pronunciassem favoráveis à localização da futura capital no Planalto Central goiano e que tudo fosse editado nesse livro. O encarregado de reunir e copilar todo esse material num livro foi Segismundo de Araújo Mello que se lembrou de incluir, no início da coletânea, o sonho visão de D. Bosco.

A elite política goiana tinha pleno conhecimento que o católico Israel Pinheiro tinha uma particular devoção a D. Bosco. Tanto assim que alguns meses mais tarde, determinou que a primeira edificação de Brasília fosse uma capelinha – chamada de Ermida – dedicada ao referido santo. Os goianos em Uberaba tinham a plena certeza de que se Israel viesse a saber que D. Bosco antevira o surgimento de Brasília no Planalto Goiano e não na sua querida Minas Gerais, deixaria de lado sua teimosia contumaz e passaria a apoiar a pretensão goiana. O busilis da questão era: como fazer chegar “naturalmente” às mãos de Israel o providencial livrinho sem parecer que fosse dirigido intencionalmente pela elite goiana.

Venerando agiu como uma raposa mineira. Quando Israel adentrou no recinto do hotel, entrou com ele no elevador, como se fosse um outro hóspede qualquer, segurando o livrinho junto

ao peito de modo que Israel pudesse ler o título: **A Nova Capital do Brasil**. Quando Israel viu o livro automaticamente não se conteve: “Ô moço, você podia me emprestar esse livro?” O bote maquiavélico e ansiosamente preparando tinha o seu desfecho: “Dr. Israel, eu tenho outro exemplar, pode ficar com esse”. O projeto goiano alcançava pleno êxito, selando assim a rendição do último baluarte da resistência. Os goianos podiam dormir agora mais tranqüilos e voltar para casa. *Alea jacta est*.

### III – A Montagem do Mito do Sonho de D. Bosco

O primeiro a mencionar o sonho de D. Bosco no Brasil foi o escritor Monteiro Lobato no **Diário de São Paulo** em 1935. No seu artigo intitulado **Até os santos afirmam que há petróleo no Brasil** citava o sonho de D. Bosco no tocante ‘a existência de petróleo no Planalto Central, pois defendia arduamente a existência do ouro negro no pantanal mato-grossense.

Quando Segismundo de Mello começou a preparar o livro que foi “inocentemente” doado a Israel Pinheiro, lembrou-se de procurar Alfredo Nasser, um político goiano que utilizara num de seus escritos o sonho de D. Bosco como reforço de argumentação. O ex-senador Nasser não se recordava mais do artigo e muito menos da fonte. Segismundo buscou auxílio no seu cunhado Germano Roriz, grande amigo dos salesianos, que o colocou em contato com o padre da mesma ordem Cleto Caliman. Obteve deste uma cópia em italiano, com a respectiva tradução, da passagem que falava sobre o sonho.

Ao ler a tradução, Segismundo ficou desapontado. O texto, que teria alguma referência com a nova Capital, rezava simplesmente o seguinte: “Entre os graus 15 e 20, aí havia uma enseada bastante extensa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Nesse momento disse uma voz

repetidamente: Quando vierem a escavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível”.

Pe. Cleto contou, vários anos depois em depoimento a Lourenço Tamanini, que Segismundo, depois de ler o texto, teria lhe sondado matreiramente: “Pe. Cleto, aqui não está bem sintetizado o problema da futura capital. D. Bosco se refere a riquezas incalculáveis e à formação de um lago. O senhor não poderia dar um jeito para que a visão tivesse mais um sentido de cidade, de civilização?”

O sacerdote respondeu que talvez se pudesse fazer alguma coisa, mas as consequências correriam por conta e risco de Segismundo.

Qual foi então a diabrura de Segismundo? O texto do sonho seria reproduzido *ipsis literis* no corpo do livro a fim de resistir a qualquer confronto posterior, mas haveria um foto de D. Bosco e na legenda se diria então algo mais. Quando se abre o livro hoje, depara-se com a foto de D. Bosco com o seguinte texto goiano *à la carte*: “São João Bosco, profetizou uma civilização, no interior do Brasil, de impressionar o mundo, à altura do paralelo 15°, onde se localizará a nova Capital Federal”.

Essa expressão – *uma civilização de impressionar o mundo* – nunca foi dita nem escrita pelo santo, tornando-se assim a visão oficial e com o tempo, mitológica, do sonho. O primeiro a morder a isca foi Israel Pinheiro e depois dele, todos nós.

Parabéns à elite política goiana que, pelas mãos de Segismundo, driblou os mineiros, levando a nova Capital para o Planalto Goiano e, ao mesmo tempo, criou um dos maiores mitos no imaginário brasileiro e por que não dizer brasileiro?

# NOSSO GOVERNO SEMPRE FOI DO DISTRITO FEDERAL. AFRONTANDO A CONSTITUIÇÃO E A LEI ORGÂNICA, ROLLEMBERG MUDOU PARA GOVERNO DE BRASÍLIA.

---

WÍLON WANDER LOPES<sup>1</sup>

---

A ousada atitude do governador Rodrigo Rollemberg mostrou que o preconceito entre os moradores do Plano Piloto com relação às Cidades Satélites continua forte.

Eles devem ter dito a ele:

**“tira este problemático DF pra lá!”**

LOGO que tomou posse como **Governador do Distrito Federal**, Rodrigo Rollemberg anunciou que iria usar a expressão **“Governo de Brasília”** para denominar sua gestão. E para explicar tal mudança, alinhou motivos marqueteiros sugeridos por sua equipe de Comunicação, nenhum deles capaz de justificar a alteração do nome da **única unidade federativa que é nominalmente citada na Constituição Federal**. Um valor a ser defendido. Aceitar a sugestão foi uma ousadia e tanto de Rollemberg!

CERTAMENTE satisfeito com a repercussão de seu gesto, especialmente entre os bem-nascidos e entre os malcriados do

---

<sup>1</sup> Advogado, jornalista e escritor. É membro acadêmico – Cadeira Nº 50 (Patrono: íris Meinberg). Foi Conselheiro do IHG-DF. Vive no DF desde 1959.

Plano Piloto, logo depois Rollemberg também começou a usar a expressão “**Governador de Brasília**” - que choca com o diploma que a Justiça Eleitoral lhe outorgou: o de **Governador do Distrito Federal**. Tais atitudes esbarram na Constituição Federal e, principalmente, na Lei Orgânica - que não é de Brasília, mas do Distrito Federal.

NA CONSTITUIÇÃO, a unidade federativa que abriga Brasília e suas antigas cidades-satélites, agora regiões administrativas, o **Distrito Federal**, é a única que tem seu nome explicitado, é preciso repetir, a partir do artigo primeiro: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do **Distrito Federal**...”

NO CAPÍTULO V, da Constituição Federal, que trata “Do **Distrito Federal** e dos Territórios”, na Seção I, está o artigo 32, que dispõe: “O **Distrito Federal**, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á, por Lei Orgânica(...)”. Logo abaixo, no parágrafo quarto do mesmo artigo, aparece, pela primeira vez, o nome do governo da referida unidade federativa: “Lei federal disporá sobre a utilização, pelo **Governo do Distrito Federal** (...)

E O QUE DIZ A LEI ORGÂNICA, referenciada na Constituição do Brasil? A começar pelo seu próprio nome - Lei Orgânica do **Distrito Federal**, em seu artigo primeiro já está escrito: “O **Distrito Federal**, no pleno exercício de sua autonomia política, administrativa e financeira, observados os princípios constitucionais, reger-se-á por esta Lei Orgânica”.

NO ARTIGO SEGUNDO, “o **Distrito Federal** integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil e **tem como valores fundamentais**: I - a **preservação de sua autonomia como unidade federativa**”. Em seguida, vem o artigo terceiro: “São **objetivos prioritários do Distrito Federal**: VIII - **preservar sua identidade** (...)”.

COM RELAÇÃO ao nome do cargo do Chefe do Poder Executivo, o artigo 87 é muito claro: “O Poder Executivo é

exercido pelo **Governador do Distrito Federal...**”, expressão que é encontrada diversas vezes na referida Lei Orgânica do Distrito Federal, que também dispõe em sua Seção II, no artigo 100, sobre as atribuições do governador: “Compete privativamente ao **Governador do Distrito Federal (...)**”.

TAMBÉM NA LEI ORGÂNICA, no artigo 101, está escrito: “São crimes de responsabilidade os **atos do Governador do Distrito Federal que atentem contra a Constituição Federal, contra esta Lei Orgânica** e, especialmente, contra: I – a **existência da União e do Distrito Federal**”.

Mais abaixo, no item VII, também são tipificados como crimes atos que vão contra “**O cumprimento das leis** e das decisões judiciais”.

COM CERTEZA, Rodrigo Rollemberg não atentou para o risco da sugestão marqueteira de mudar o nome da unidade federativa que governa. Um perigo até institucional!

A POLÊMICA mudança também serviu para reavivar um preconceito que existe desde os primórdios da construção de Brasília: a distinção entre a capital federal, onde o governo sempre providenciou estrutura e serviços de primeira qualidade no Plano Piloto, agradando seus funcionários (que não queriam deixar as praias cariocas e vieram para cá forçados), e as então chamadas cidades-satélites, onde sempre faltou tudo, inclusive respeito à sua laboriosa e ordeira população – que construiu Brasília.

A ATITUDE de Rollemberg mostrou que o preconceito continua forte entre os acomodados no Plano Piloto, que devem ter dito a ele: “**tira este problemático DF pra lá!**”

A ILEGAL (?) mudança trouxe discordância dentro do próprio governo. Ela é flagrante nos editais que os órgãos do DF publicam, usando as duas expressões: em uns, “**Governo de Brasília**”; em outros, “**Governo do Distrito Federal**” (veja foto na página seguinte).

**GOVERNO DE BRASÍLIA**

Secretaria de Estado de Gestão do Território  
Habitação do Distrito Federal  
Companhia de Desenvolvimento Habitacional  
do Distrito Federal - CODHAB/DF

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

O Presidente da Comissão de Sindicância, sediada no SCS Q.6, bloco A, lotes 13/14, Aea Sul, Brasília/DF, instituída pela Resolução da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal nº 106 de 11/02/2017, de 02 de maio de 2017, publicada no DODF nº 83 de 03 de maio de 2017, no uso de sua competência, considerando a necessidade de promover maior segurança jurídica a todos os documentos emitidos pela Comissão, INTIMA por presente Edital o Sr. Luís André Cruz Correa, ex Auxílio Técnico da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF, que se encontra em Brasília, a comparecer no dia 13/07/2017 às 15h30min, em audiência pública, a ser realizada no 6º andar do Edifício Sede da Seohab, para prestar esclarecimentos sobre os fatos, objeto de apuração do Processo Administrativo nº 392.001.003/2011.

Brasília-DF, 03 de julho de 2017.  
**Roberto de Sousa Gualberto**  
Presidente da Comissão de Sindicância

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS  
DEPARTAMENTO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

**AVISO DE ABERTURA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 05/2017 – PEIRU/DF**

Processo: 094.006.567/2017. Objeto: contratação de empresa para o Serviço de Registro de Preços (SRP), de empresas para fornecer materiais diversos de consumo e permanente de uso, tais como: big bag, sacos, pá, rastelo, balança eletrônico e mecânica, fogão, geladeira, batedeira, liquidificador, estêreo, prensa vertical, carro cuba, campainha, padeira, lâmpada, lâmpadeira, girica e porta big bag) para equipar os Centros de Trabalho, visando atender ao processo de manejo de resíduos e dos recicláveis realizados por cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis do Distrito Federal, conforme especificidade e as especificações estabelecidas neste edital e em seus anexos.

A Pregoeira do SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL torna público o Pregão Eletrônico SRP Nº 05/2017. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor estimado: R\$ 6.678.000,00 (seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil, quinhentos e quarenta e sete reais e dois centavos). Unidade Organizacional: 0001/0001/0001. Data de Abertura: 08/07/2017, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a partir de 08/07/2017, exclusivamente por meio de sistema eletrônico. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 20/07/2017, às 9h30min (horário de Brasília) no endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). O edital está disponível nos sites [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e do SLU (<http://www.slu.df.gov.br/licitacoes/andamento/pregao/2017/>) eletrônico. Para mais informações e esclarecimentos poderão ser obtidos nos telefones 3213-0203 e 3213-0194, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h.

Brasília/DF, 4 de julho de 2017.  
**NEIDE APARECIDA BARRROS DA SILVA**  
Pregoeira

# A mudança trouxe discordância dentro do próprio governo

3.2 COMISSÃO  
5.2 COMISSÃO MENSAGENS  
CONVOCAÇÃO  
RESTAURANTE DO ORIENTE (S)  
CNPJ: 24.321.74  
CONVOCA A BEATRIZ DE OLIVEIRA PEDREIRA DE CTPS: 28 DF a comparecer ao local de trabalho das Atividades L...  
de 3436  
desta pu  
de recit  
te o conf  
acordo c  
i da CLT.



9453  
O SIN...  
Presidente...  
sindicância...  
em segunda d...  
discussão e delib...  
1) Eleição de de...  
2017 em São Pa...

**UM EXEMPLO** da discordância entre Secretarias na gestão de Rollemberg (foto acima): no Jornal de Brasília, em uma mesma página, dois editais do governo. Em um se diz de Brasília; já no outro, do Distrito Federal

ARQUIVO DO GOVERNO DE BRASÍLIA

DO DISTRITO FEDERAL

O MAIS GRAVE, porém, é o fato de que, sendo chefe do Poder Executivo, Rollemberg desprezou flagrantemente o solene juramento que fez quando tomou posse no governo: o de **cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Distrito Federal**. O que a OAB, o Ministério Público e a própria Procuradoria Geral do DF pensam sobre tudo isso? Por que não tomaram nenhuma providência para alertar Rollemberg?

POR OUTRO LADO, há uma oposição ferrenha que quer destituir o governador do cargo. Com tal propósito, já existem, na Câmara Legislativa, com diferentes fundamentos, diversos pedidos de impeachment do governador Rodrigo Rollemberg. E há o supracitado e perigoso artigo 101 da Lei Orgânica. Daí poderão advir sérias consequências...

EM RESUMO: todos sabem: o nome do nosso Executivo sempre foi **Governo do Distrito Federal**. No início do seu governo, Rollemberg mudou para **Governo de Brasília**. Se era apenas uma jogada de marketing para o novo governo ter sua marca, e diferente do governo anterior, por que quase três anos depois a mudança continua? Para alguns pode parecer só uma ousadia folgazã, mas **há atos formais do governo sendo publicados com o nome alterado**.

ALÉM DISSO, a popularidade de Rodrigo Rollemberg está muito baixa, em torno de 10% apenas – prova de que sua equipe (que já não é a mesma que propôs a mudança) precisa rever sua política de Comunicação – especialmente medidas tão polêmicas e até temerárias...

ESTE TEXTO é apenas uma consideração de ordem cidadã, suprapartidária e até mesmo institucional, ao Governador Rollemberg, da Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília, a qual tenho a honra de presidir e que tem como objetivo maior **“promover a defesa dos valores de Brasília e do DF, defendendo-**

**os quando necessário”**. Nele, com todo o respeito, cumpro minha obrigação, esperando que o Governador do Distrito Federal, agora avisado da responsabilidade da medida aqui analisada, tome as providências cabíveis.

# RELAÇÃO NOMINAL DOS SÓCIOS ACADÊMICOS

## **ADALBERTO LASSANCE**

PATRONO: Antônio Americano do Brasil

Cadeira nº: 38

## **ADIRSON VASCONCELOS**

PATRONO: Francisco Adolfo de Varnhagen

Cadeira nº: 27

## **ADONIAS DOS REIS SANTIAGO**

PATRONO: Elias Brito Sobrinho

Cadeira nº: 44

## **AFFONSO HELIODORO DOS SANTOS**

PATRONO: Juscelino Kubitschek

Cadeira nº: 76

## **AFONSO LIGÓRIO**

PATRONO: Mário Augusto Teixeira de Freitas

Cadeira nº: 35

## **ALAOR BARBOSA**

PATRONO: Domingos Velasco

Cadeira nº: 68

**ALARICO VERANO**

PATRONO: Guimarães Rosa

Cadeira nº:104

**ALBENE MIRIAM MENEZES KLEMI**

PATRONO: Tiradentes

Cadeira nº: 20

**ALBERTO MARTINS DA SILVA**

PATRONO: Deodoro da Fonseca

Cadeira nº: 10

**ALDO PAVIANI**

PATRONO: Francesco Tosi Colombina

Cadeira nº: 127

**AMADOR DE ARIMATHÉA**

PATRONO: Salviano Guimarães

Cadeira nº: 91

**ANDERSON BATISTA DE MELO**

PATRONO: Djalma Polli Coelho

Cadeira nº: 22

**ANDERSON BRAGA HORTA**

PATRONO: Medeiros e Albuquerque

Cadeira nº: 46

**ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA**

PATRONO: Euclides da Cunha

Cadeira nº: 36

**ANTONIO TEMÓTEO DOS ANJOS SOBRINHO**

PATRONO: Clóvis Salgado da Gama

Cadeira nº: 08

**ARNALDO SERAFIM**

PATRONO: Aires da Mata Machado Filho

Cadeira nº: 115

**CARLOS EULER CURRLIN PERPÉTUO**

PATRONO: Lauro Müller

Cadeira nº: 32

**CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA**

PATRONO: João Capistrano de Abreu

Cadeira nº: 11

**CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO**

PATRONO: Ribeiro da Costa

Cadeira nº: 51

**CARLOS VALOUSSIÈRE DE CASTRO BRANDÃO**

PATRONO: Machado de Assis

Cadeira nº: 83

**CELITA OLIVEIRA SOUSA**

PATRONO: Pe. Primo Scussolino

Cadeira nº: 43

**CLÁUDIO QUEIROZ**

PATRONO: Oscar Niemeyer

Cadeira nº: 64

**CLEUSA NEVES DA SILVA LOPES**

PATRONO: Altamiro de Moura Pacheco

Cadeira nº: 96

**CRISTINA MARIA COSTA LEITE**

PATRONO: Israel Pinheiro

Cadeira nº: 98

**DANILO GOMES**

PATRONO: Pe. Osvaldo Sérgio Lobo

Cadeira nº: 54

**DARIO DE SOUZA CLEMENTINO**

PATRONO: Pedro Aleixo

Cadeira nº: 105

**DEMOSTENES TRES ALBUQUERQUE**

PATRONO: Gen. Ernesto Dornelles

Cadeira nº: 28

**DINAIR ANDRADE DA SILVA**

PATRONO: Pedro Ludovico

Cadeira nº: 56

**DINIZ ESTEVES**

PATRONO: Aurélio de Lyra Tavares

Cadeira nº: 114

**EUGÊNIO GIOVENARDI**

PATRONO: Gilberto Freyre

Cadeira nº: 94

**FABIO DE SOUSA COUTINHO**

PATRONO: Eurico Gaspar Dutra

Cadeira nº: 74

**FAGUNDES DE OLIVEIRA**

PATRONO: Lauro Sodré

Cadeira nº: 61

**FERNANDO LOURENÇO FERNANDES**

PATRONO: Domingos Jorge Velho

Cadeira nº: 41

**FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO**

PATRONO: Joaquim Nogueira Paranaguá

Cadeira nº: 58

**FRANCISCO XAVIER DA SILVA GUIMARÃES**

PATRONO: Adroaldo Mesquita da Costa

Cadeira nº: 59

**GERALDO CAMPOS**

PATRONO: José Maciel de Paiva

Cadeira nº:63

**GILBERTO AMARAL**

PATRONO: Felinto Epitácio Maia

Cadeira nº: 60

**GISELE VICTOR BATISTA**

PATRONO: Augusto Tasso Fragoso

Cadeira nº: 17

**HERMENEGILDO FERNANDES GONÇALVES**

PATRONO: Santiago Dantas

Cadeira nº: 14

**HUGO STUDART**

PATRONO: José Ludovico de Almeida

Cadeira nº: 47

**JAIRO VALLADARES PINTO**

PATRONO: André Malraux

Cadeira nº: 66

**JOÃO CARLOS TAVEIRA**

PATRONO: Tomás Antônio Gonzaga

Cadeira nº: 70

**JOAQUIM CAMPELO MARQUES**

PATRONO: Hipólito José da Costa

Cadeira nº: 30

**JOSÉ CARLOS BRANDI ALEIXO**

PATRONO: Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta

Cadeira nº: 72

**JOSÉ CARLOS GENTILI**

PATRONO: Dario Cardoso

Cadeira nº: 73

**JOSÉ LUIZ DE MOURA PEREIRA**

PATRONO: Barão de Mauá

Cadeira nº: 01

**JOSÉ SANTIAGO NAUD**

PATRONO: Luiz Carlos Prestes

Cadeira nº: 77

**JOSÉ THEODORO MASCARENHAS MENCK**

PATRONO: José Sette Câmara

Cadeira nº: 118

**LÉLIO VIANA LÔBO**

PATRONO: Santos Dumont

Cadeira nº: 79

**LENINE FIUZA LIMA**

PATRONO: Pedro Américo

Cadeira nº: 80

**LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA**

PATRONO: Sílvio Romero

Cadeira nº: 82

**LUCILIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO**

PATRONO: Alvarenga Peixoto

Cadeira nº: 116

**LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA CERQUEIRA**

PATRONO: Edgard Roquete Pinto

Cadeira nº: 85

**LUIZ SOLANO**

PATRONO: Gelmires Reis

Cadeira nº: 86

**LUSITANO ABRANTES MALHEIRO**

PATRONO: Vasco da Gama

Cadeira nº: 88

**MÁRCIO COTRIM**

PATRONO: Josué Montello

Cadeira nº: 90

**MARCOS ROBERTO TORRES DA SILVEIRA**

PATRONO: José Clemente Pereira

Cadeira nº: 87

**MARIA DE SOUZA DUARTE**

PATRONO: Pompeu de Sousa

Cadeira nº: 03

**MÁRIO DE ALMEIDA**

PATRONO: Júlia Kubitschek

Cadeira nº: 100

**MERCEDES GASSEN KOTHE**

PATRONO: Florestan Fernandes

Cadeira nº: 108

**MIGUEL SETEMBRINO DE CARVALHO**

PATRONO: Viriato Correia

Cadeira nº: 120

**NAPOLEÃO VALADARES**

PATRONO: Carlos de Laet

Cadeira nº: 42

**NINA TUBINO**

PATRONO: Jofre Mozart Parada

Cadeira nº: 95

**OSMAR ALVES DE MELO**

PATRONO: Barão do Rio Branco

Cadeira nº: 130

**PAULO CASTELO BRANCO**

PATRONO: Pedro Calmon

Cadeira nº: 81

**PEDRO JORGE DE CASTRO**

PATRONO: Luiz Cruls

Cadeira nº: 07

**PEDRO CARRANO**

PATRONO: Bartolomeu Bueno da Silva

Cadeira nº: 12

**ROBERTO CASTELLO**

PATRONO: Marechal José Pessoa

Cadeira nº: 117

**ROMILDO TEIXEIRA DE AZEVEDO**

PATRONO: Frei Caneca

Cadeira nº: 129

**RONALDO COSTA COUTO**

PATRONO: Antônio Francisco Lisboa

Cadeira nº: 128

**RONALDO PINHEIRO ROCHA**

PATRONO: Pe. Antônio Tomaz

Cadeira nº: 71

**RONALDO POLETTI**

PATRONO: Donald Belcher

Cadeira nº: 48

**RUY MONTENEGRO**

PATRONO: Cláudio Santoro

Cadeira nº: 92

**SÉRGIO MÁRIO PASQUALI**

PATRONO: João Batista Mascarenhas de Moraes

Cadeira nº: 33

**TÂNIA BATTELLA DE SIQUEIRA**

PATRONO: Joaquim Cardozo

Cadeira nº: 25

**TARCÍZIO DINOÁ MEDEIROS**

PATRONO: José Bonifácio de Andrada e Silva

Cadeira nº: 06

**VAMIREH CHACON**

PATRONO: Joaquim Nabuco

Cadeira nº: 121

**VERA RAMOS**

PATRONO: Ernesto Ule

Cadeira nº: 34

## **VICTOR ALEGRIA**

PATRONO: Fernão Dias Paes Leme

Cadeira nº: 15

## **WASNY NAKLE DE ROURE**

PATRONO: Cora Coralina

Cadeira nº 02

## **WILLIAM ALMEIDA DE CARVALHO**

PATRONO: Joaquim Felício dos Santos

Cadeira nº: 111

## **WILON WANDER LOPES**

PATRONO: Íris Meinberg

Cadeira nº: 50

## **SÓCIOS EMÉRITOS**

Benjamin Roriz

Maria Luiza Dornas

Pedro Henrique Lopes Bório

## **SÓCIOS HONORÁRIOS**

Antônio Soares Neto

Lilia Portugal Magnavita

## **SÓCIOS BENEMÉRITOS**

Antonio José Matias de Sousa

Eliana Pedrosa

Elson Cascão

Laudenor de Sousa Limeira

Luiz Imbroisi

Oswaldo Sergio Balbino dos Santos (Dinho)

## **SÓCIOS LICENCIADOS**

Adison do Amaral

Branca Bakaj

B. de Paiva

Dorália Duarte Galesso

Flávio Mendes de Oliveira Castro

Joaquim Roriz

Luiz Van Beethoven Benício de Abreu

Marcone Formiga

Rubem Azevedo Lima





Em apoio à sustentabilidade, à preservação ambiental, Pronto Editora Gráfica/ Kelps, declara que este livro foi impresso com papel produzido de floresta cultivada em áreas não degradadas e que é inteiramente reciclável.

---

Este livro foi impresso na oficina da PRONTO EDITORA GRÁFICA/ KELPS, no papel: Off-set LD 75g/m<sup>2</sup>, composto nas fontes Minion Pro corpo 12; outubro, 2017

Os artigos publicados na Revista são de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores.